



FIEMA
SESI
SENAI
IEL

FIEMA

CNI
SESI
SENAI
IEL

CNI

A INDÚSTRIA DO MARANHÃO: UM NOVO CICLO

José Ribamar Dourado
Roberto Guimarães Boclin

Brasília
2008



A INDÚSTRIA DO MARANHÃO



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA

Jorge Machado Mendes
Presidente

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI

Conselho Nacional

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente

SENAI - Departamento Nacional

José Manuel de Aguiar Martins
Diretor-Geral

Regina Maria de Fátima Torres
Diretora de Operações

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

Conselho Superior

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente

IEL – Núcleo Central

Paulo Afonso Ferreira
Diretor-Geral

Carlos Roberto Rocha Cavalcante
Superintendente

IEL – Maranhão

Afonso Sergio Ferreira de Oliveira
Superintendente



Federação das Indústrias do Estado do Maranhão



Confederação Nacional da Indústria



A INDÚSTRIA DO MARANHÃO: UM NOVO CICLO

José Ribamar Dourado
Roberto Guimarães Boclin

Brasília
2008

© 2008. IEL – Núcleo Central

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

IEL/NC

Unidade de Gestão Executiva – UGE

FICHA CATALOGRÁFICA

D739i

Dourado, José Ribamar

A indústria do Maranhão: um novo ciclo / José Ribamar Dourado, Roberto
Guimarães Boclin. – Brasília : IEL, 2008.

195 p. : il.

ISBN 978-85-87257-33-8

1. Indústria - Maranhão I. Roberto Guimarães Boclin II. Título.

CDU 65 (812.1)

Instituto Euvaldo Lodi – IEL/Núcleo Central

Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco B

Edifício CNC

70041-902 – Brasília

Tel.(0XX61) 3317-9080

Fax. (0XX61) 3317-9360

www.iel.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREFÁCIO

A NOVA ECONOMIA MARANHENSE, **13**

A INDÚSTRIA NA ECONOMIA DO MARANHÃO, **19**

A INDÚSTRIA TRADICIONAL, **29**

A INDÚSTRIA DO AÇÚCAR, **29**

O ALGODÃO E A INDÚSTRIA TÊXTIL, **34**

CULTIVO E BENEFICIAMENTO DO ARROZ, **42**

A INDÚSTRIA DO ÓLEO DE BABAÇU, **48**

A INDÚSTRIA MODERNA: SETORES DINÂMICOS, **59**

A MINEROMETALURGIA, **59**

CRONOLOGIA, **68**

A INDÚSTRIA DE ÓLEOS VEGETAIS, **71**

CADEIA PRODUTIVA DA PECUÁRIA, **73**

A CONSTRUÇÃO CIVIL, **78**

A INDÚSTRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS, **85**

DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL, **91**

TURISMO, **92**

PESCA – ALTERNATIVA INDUSTRIAL EM ABERTO, **101**

A PEQUENA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES, **105**

A CACHAÇA ARTESANAL, **107**

O PEQUENO EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL, **109**

NOVOS RUMOS PARA A INDÚSTRIA MARANHENSE, **115**

O CORREDOR CENTRO-NORTE DE EXPORTAÇÃO, **116**

O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO (ZEE-MA), **120**

O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, **122**

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO, **135**

POLÍTICAS ESTADUAIS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, **143**

INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA, **147**

ENERGIA ELÉTRICA, **147**

ESTRADA DE FERRO CARAJÁS (EFC), **148**

FERROVIA NORTE-SUL, **150**

SISTEMA RODOVIÁRIO, **151**

PORTO DO ITAQUI, **153**

TERMINAL PORTUÁRIO DE PONTA DA MADEIRA, **156**

O SISTEMA EMPRESARIAL DA INDÚSTRIA, **159**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA), **159**

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI), **169**

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI), **177**

INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL), **185**

POSFÁCIO, **189**

REFERÊNCIAS, **191**



Chapéu de fitas, adereço típico do Bumba-meu-boi, principal manifestação folclórica do Maranhão

APRESENTAÇÃO

Tenho como um privilégio especial a oportunidade de editar este livro, que pretende ser, antes de tudo, um registro da indústria maranhense de hoje como a continuidade de um processo histórico conduzido por grandes empreendedores do passado, e referencial para aqueles que vierem depois, construindo a indústria do futuro.

É inquestionável a importância da história empresarial maranhense, cujos grandes feitos, além do papel marcante que tiveram na vida econômica do Maranhão, deixaram marcas indeléveis na formação social e cultural desse estado, motivo por que são causa de orgulho para sua gente e especialmente para nós, empresários, que assumimos a missão de honrar as tradições de fibra, coragem e valentia daqueles que nos antecederam.

O Maranhão desde sempre se tem apresentado como um estado promissor, dotado de riquezas naturais abundantes, habitado por um povo originário de um caldeamento de raças diversas, com apreço pela cultura, pela terra e por suas raízes.

Este documento focaliza, em primeiro lugar, aquelas atividades empresariais em que por primeiro se aplicaram os maranhenses, no objetivo de sustentar con-

dições dignas de vida, para si e para as gerações futuras, e capazes de garantir o crescimento econômico do estado ao longo do tempo. Grandes experiências e grandes exemplos nos deixaram esses empreendedores, ora por suas conquistas e êxitos memoráveis, ora por sua fortaleza diante das adversidades geradas por fatores exógenos, alheios ao seu campo de ação e influência, mas que em nenhum momento arrefeceram-lhes o ânimo e a perseverança.

O trabalho faz, assim, uma breve abordagem histórica sobre a atividade açucareira iniciada ainda na primeira metade do século XVII; sobre o cultivo do algodão como principal atividade econômica durante todo o período colonial e no Império e que, depois, serviu de base para a indústria têxtil; sobre o cultivo secular do arroz, que era beneficiado ao longo do tempo por uma indústria primitiva mas eficiente; e sobre o babaçu, já no século XX, como atividade extrativista e industrial.

Foram experiências pioneiras que nos deixaram lições inesquecíveis de empreendedorismo, de adequação à realidade contemporânea, de enfrentamentos de adversidades muitas vezes intransponíveis; experiências de vida que são exemplos vivos de grandeza, de perseverança e de apego à causa da prosperidade no presente e no futuro.

Em seguida, o estudo tece breves considerações sobre a realidade industrial do Maranhão de hoje, com as transformações havidas nas últimas décadas, decorrentes da presença de grandes empreendimentos industriais que redirecionaram a economia do estado, vinculando-a ao mercado externo e dando-lhe uma função macrorregional, ao mesmo tempo em que menciona os principais ramos industriais instalados e as oportunidades que se abrem para o adensamento das mais importantes cadeias produtivas.

São apresentadas também as novas diretrizes e estratégias que esta Federação das Indústrias entende devem tomar o esforço produtivo e a ação de governo para garantir o crescimento e a consolidação da atividade econômica, com foco no segmento industrial. Trata-se da visão macrorregional, dos princípios de sustentabilidade e do planejamento estratégico adotado, que têm como principal objetivo ajustar a atividade industrial maranhense a essa nova realidade, acentuando o papel de relevo que tem no processo de desenvolvimento.

Nesse enfoque sobressai o papel dos micro, pequenos e médios empreendedores por sua expressiva participação quantitativa e qualitativa na economia e no segmento industrial do estado e por sua importância na necessária política de expansão e interiorização da indústria e substituição de importações.

Registrar a moderna indústria maranhense é um dos objetivos deste trabalho, bem como convocar energias para incrementá-la, diversificá-la, sempre de acordo com a realidade nova de integração multirregional e de inserção internacional. Por isso são apresentados também os principais instrumentos que estão disponíveis para apoiar e subsidiar o eventual interessado em investir no Maranhão: o sistema estadual da indústria, com os seus mecanismos de apoio técnico e incentivos financeiros, e o Sistema FIEMA, com sua estrutura de suporte ao empreendimento em todas as áreas – da educação, saúde, lazer e responsabilidade social à capacitação profissional, gestão e aperfeiçoamento empresarial.

Por fim, esta obra quer exprimir a profunda convicção que o empresariado industrial maranhense tem do papel histórico do Maranhão contemporâneo na economia brasileira. O Maranhão não é mais simplesmente o ‘oásis do Nordeste’; tem um lugar fundamental no processo de desenvolvimento econômico do país como um todo, integrado que está às suas grandes regiões produtoras, interligando-as ao mundo, oferecendo-lhes acima de tudo competitividade e condições extraordinárias de crescimento.

O Maranhão, como o Brasil, não é mais um estado do futuro; o Maranhão do presente tem a missão de ser um dos mais importantes pólos de desenvolvimento do país; cabe a nós, empresários e industriais, realizá-la. É o que queremos, e o haveremos de fazer.

JORGE MACHADO MENDES

Presidente da Fiema



Centro Histórico de São Luís
testemunha o secular dinamismo
empresarial maranhense

PREFÁCIO

O livro *A Indústria do Maranhão: um novo ciclo* apresenta uma descrição sucinta da atividade industrial do estado do Maranhão assim como ela se encontra hoje, não sem antes percorrer os momentos mais importantes de sua história.

Não revela um propósito de constituir um documento de pesquisa histórica mas, ao contrário, uma descrição de fatos e acontecimentos ligados ao processo de desenvolvimento do estado que, de algum modo e em certos momentos, tangenciam com importantes destaques o passado rico em situações que retratam traços do perfil da gente e em particular dos empreendedores maranhenses.

O desapego pelo histórico foi uma opção que se justifica por ser um tratamento coerente com os objetivos da obra, que se identificam com a análise do processo histórico da indústria no estado e com o estudo das potencialidades presentes para oferecer alternativas de desenvolvimento para o futuro.

Tudo certamente começando com Daniel de La Touche, o corsário, Senhor de La Ravardière, título que lhe foi concedido pela rainha-regente Maria de Médice para explorar as terras da linha equinocial e que resultaram na fundação do Forte e da Vila de São Luís, em 1612, em homenagem ao rei Luís XIII.

As culturas da cana-de-açúcar, do algodão, do arroz e do babaçu são apresentadas como exemplos da coragem, da obstinação e da determinação do empresário maranhense, desde suas origens até a atualidade, de suas lutas fortalecendo a construção de lideranças inesquecíveis, que fizeram da FIEMA, herdeira do legado de combatividade e vitórias, uma instituição respeitada e admirada por suas realizações.

À indústria têxtil foi reservado espaço que abrigasse a verdadeira grandeza de sua notável expressão econômica e social.

A obra ora editada aborda também o desempenho estratégico dos pequenos e médios empresários destacando a sua importância, fruto da capacidade empreendedora e das habilidades gerenciais inatas que, desenvolvidas, certamente serão determinantes do nosso progresso industrial.

Os grandes empreendimentos como Carajás, Alumar, Porto do Itaqui, pólo gusa, construção civil, entre outros, têm o mérito de, ao serem citados, apontar para o futuro que se aproxima, aceleradamente, para o estado do Maranhão.

A jornada de trabalho e de glórias que construíram a FIEMA é apresentada, com os louvores merecidos, ao lado das realizações de suas instituições vinculadas SESI, SENAI e IEL, indiscutíveis contribuições econômicas e sociais da indústria brasileira.

O planejamento estratégico proposto pela FIEMA para o nosso estado completa o qualitativo da obra de inestimável valor para o acervo de nossa indústria.

Quem, um dia, ler este livro – editado pela FIEMA por brilhante iniciativa do líder empresarial Jorge Mendes –, concluirá, com o orgulho que simboliza o caráter de nossa gente, que as cores do passado se projetam no futuro, fortalecendo as nossas esperanças e expectativas de felicidade, conquistas e realizações.

JOSÉ MANUEL DE AGUIAR MARTINS
Diretor-Geral do SENAI/DN

A NOVA ECONOMIA MARANHENSE

Para a maioria dos historiadores, a primeira tentativa real de colonização do Maranhão deveu-se aos franceses, que trouxeram para cá profissionais artesãos, como carpinteiros, pedreiros, tecelões, serralheiros, fundidores, sapateiros, alfaiates, além de astrônomos e padres, e construíram os fortes de Itapari, Sardinha e Cahur, estabelecendo-se para consolidar aqui o que seria a França Equinocial, de objetivo nitidamente comercial.

Mas, logo depois, vieram os portugueses sob o comando de Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos; aportaram em Guaxenduba, próximo da foz do rio Munim, onde ergueram o forte de Santa Maria, enfrentaram os franceses e os expulsaram. Mais tarde, também os holandeses chegaram a ocupar São Luís por três anos, e do mesmo modo foram expulsos.

A primeira atividade econômica realizada no Maranhão, com franceses ou portugueses, foi o comércio de produtos da terra – tabaco, algodão, pimenta e madeiras. Consta a existência de extensos algodoads já no início do século XVII; uma bem montada serraria deixada pelos franceses talvez represente a primeira empresa industrial do estado.



São Luís: a nova cidade se espraia pela faixa litorânea

Da segunda metade do século em diante, passaram a compor o leque de produtos extrativos de interesse comercial o cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o âmbar, a canela, o pau-brasil, o pau preto, o anil e o urucu, com o governo colonial aconselhando e ordenando medidas que levassem a uma grande produção.

Dentre os produtos agrícolas comercializados e com produção incentivada pelo governo colonial, destacam-se o algodão, o açúcar, o tabaco e o arroz. O algodão, que percorreu toda a história econômica do Maranhão até as primeiras décadas do século XX como o mais importante produto econômico do estado, manteve em destaque o seu valor, chegando inclusive a ser utilizado como moeda por um longo tempo.

O açúcar e o arroz, ao lado do algodão, serão objeto de abordagem especial neste trabalho. O tabaco teve sua importância assegurada pelos bons preços que conseguia em alguns países da Europa.

Não é relevante a produção industrial dos tempos coloniais, até porque a indústria por muito tempo foi vedada aos colonos. A principal exceção a essa regra foi o açúcar e a aguardente da mesma origem, a cana-de-açúcar. Todos os demais bens industriais eram trazidos da metrópole.

O surto industrial maranhense teve início efetivo a partir da segunda metade do século XIX, no fim do Império e início da República, como saída encontrada pelo empresariado para superar as dificuldades por que passava a atividade algodoeira do estado. Outros ramos industriais foram surgindo a partir de então, com maior ou menor sucesso, merecendo destaque a extração, já no século XX, do óleo de babaçu, que décadas depois veio a assumir a condição de mais importante produto industrial do Maranhão.

Transformações profundas ocorreram na indústria maranhense, principalmente depois do declínio do óleo de babaçu. A minerometalurgia e a siderurgia surgem como os ramos mais proeminentes dos instalados no estado a partir do Projeto Grande Carajás, dos anos 80 do século passado, além de outros que vão surgindo na esteira do fortalecimento do agronegócio. Diante dessa realidade, mantêm-se as expectativas de um forte crescimento industrial, o que de algum modo vem ocorrendo, embora em ritmo menos acelerado do que o esperado.

À exceção desses grandes projetos, a grande maioria dos empreendimentos industriais do Maranhão de hoje encontra-se na categoria das micro, pequenas e médias empresas. Reproduzem elas, no estado, atividades tradicionais que, em maior ou menor volume ou especialização, são encontradas em todo o país. São elas responsáveis por parte significativa do produto industrial maranhense, têm papel relevante na organização econômica e social e se constituem na forma mais eficaz de tornar efetivas as políticas voltadas para elevação da renda e do emprego, e para a substituição de importações, interesse do estado e das classes empresariais.

São de ramos industriais os mais diferentes, com forte destaque para a construção civil, que tem o maior número de empresas instaladas, seguida da fa-

bricação de produtos alimentícios e bebidas, produtos minerais não-metálicos, artigos de vestuário e acessórios, móveis, máquinas e equipamentos, edição e impressão, produtos químicos, entre vários outros.

Destacam-se no ramo de bebidas duas modernas fábricas de cervejas, filiais de grandes marcas nacionais, além de numerosas outras de refrigerantes. Fios, tecidos, fibras vegetais, madeiras e móveis, compensados e laminados, confecções de roupas, metalurgia básica, panificação e confeitaria, óleos vegetais e produtos químicos e farmacêuticos, curtimento de couros, artefatos de cimento, gesso e amianto, indústrias gráficas, construção pesada, plásticos, calçados de couro, entre outros, são ramos presentes no estado, mas cuja exploração tem ainda muito campo para crescer e fortalecer-se.

No caso específico da agroindústria atrelada ao agronegócio, embora a região de Balsas já conte com um pólo agropecuário mais antigo e consolidado, com unidades dedicadas ao beneficiamento do arroz e outras ocupadas em produzir fertilizantes a partir da mistura de produtos químicos importados do exterior, ainda não dispõe de um parque de agroindústrias compatível com a produção primária que gera. Na mesma situação encontram-se a região tocantina, que tem um setor primário também muito importante, e, mais recentemente, a região do Baixo Parnaíba, polarizada pelo município de Chapadinha, onde o cultivo da soja começa a destacar-se em quantidade e qualidade.

Não é intenção deste trabalho descrever todos os ramos da indústria existentes no estado, nem relatar as unidades que deles se ocupam, mas destacar alguns segmentos ditos estruturantes, ou seja, aqueles cuja amplitude e dinamismo podem reorientar a atividade industrial de modo a construir cadeias produtivas fortes, especializadas, de acordo com a realidade econômica do estado que carrega potencialidades e vantagens competitivas indiscutíveis e grande disponibilidade de recursos naturais e humanos.

São consideradas, assim, algumas cadeias produtivas indutoras do adensamento e da dinamização do segmento como um todo, gerando efeitos multiplicadores para frente e para trás, como é o caso das cadeias da minero-metalurgia, da construção civil e de todas aquelas relacionadas ao agronegócio, por exemplo. Dentre essas, vale ressaltar a produção de biocombustíveis, que assume papel



Edgar Rocha



Edgar Rocha



Edgar Rocha



Edgar Rocha

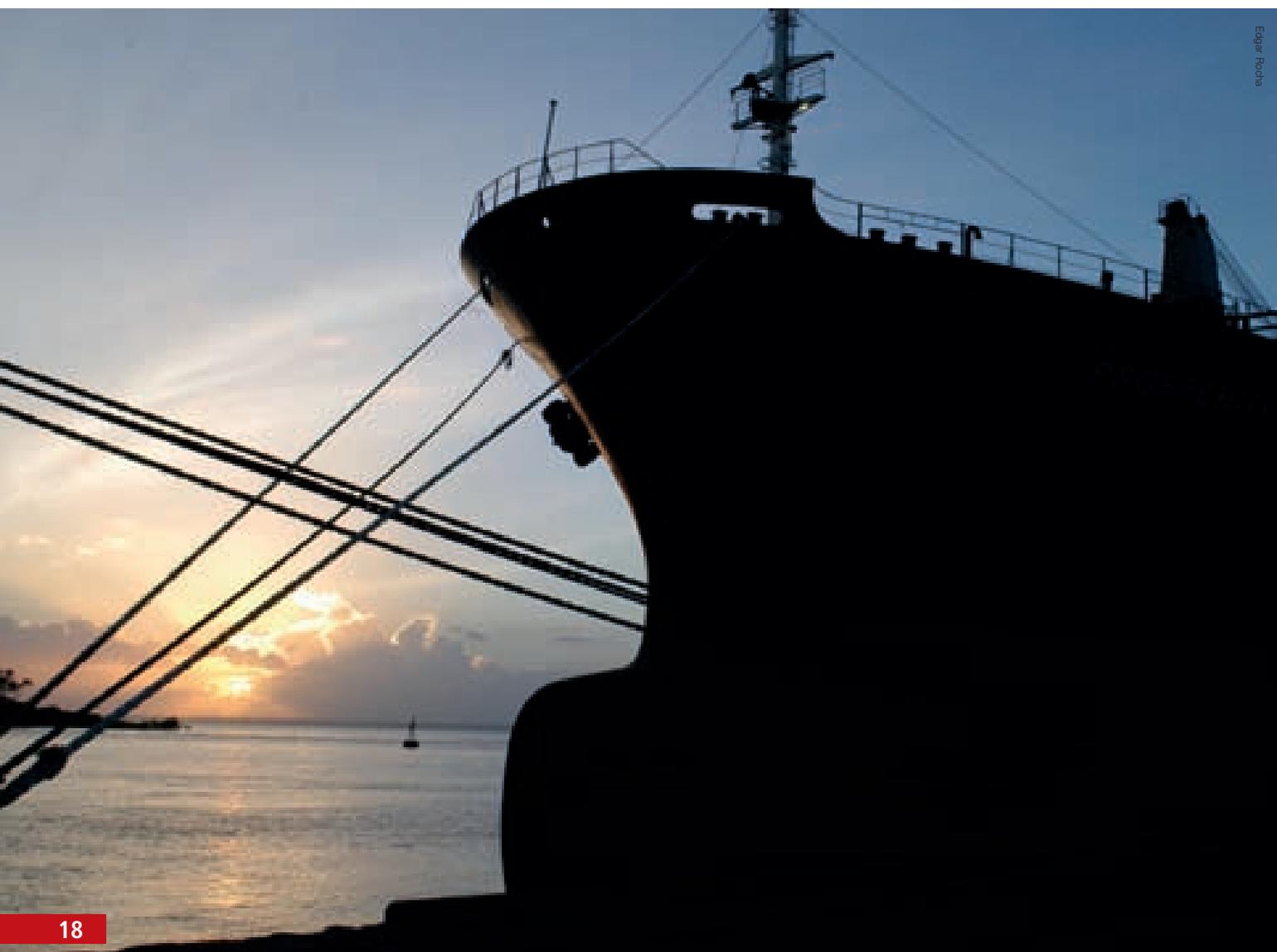


Dourado

A nova atividade produtiva, a infra-estrutura e a logística reconfiguram as cidades e a economia do estado

cada vez mais relevante no contexto produtivo do estado, e o beneficiamento e industrialização da soja e demais produtos agrícolas de escala.

Este trabalho, que é um quadro muito sucinto da atividade industrial do Maranhão, se atribui duas finalidades básicas. Em primeiro lugar, após uma breve retrospectiva histórica, quer registrar o momento por que passa a indústria maranhense – os principais ramos em exploração, os projetos de destaque em porte e modernidade, as oportunidades de investimento; depois, tecendo considerações sobre os rumos que deve tomar a atividade no Maranhão, pretende discorrer sobre potencialidades industriais do estado, vantagens competitivas e instrumentos disponíveis para o investidor industrial em território maranhense, inclusive sobre sistemas de incentivo e apoio institucional e corporativo com que pode contar.



A INDÚSTRIA NA ECONOMIA DO MARANHÃO

Com mais de 333.000km², o Maranhão é o segundo maior estado nordestino em extensão territorial e tem o segundo maior litoral brasileiro – nos dois casos, só suplantado pela Bahia. A disponibilidade de terras agricultáveis, excluindo-se alguns estados da Amazônia Legal, é a maior do país, mesmo considerando as áreas de reserva legal e as áreas protegidas; uma extensa rede hidrográfica perene e clima favorável durante o ano todo compõem o quadro de vantagens naturais do estado para o investimento produtivo.

Uma importante infra-estrutura ferroviária, composta pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), pela Ferrovia Norte-Sul (FNS) e pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), do mesmo modo como uma vasta malha rodoviária federal e estadual, corta o território maranhense em todas as direções; na ilha de São Luís, um extraordinário complexo portuário formado pelos portos do Itaqui, da Alumar e da Ponta da Madeira constitui, de fato, o terminal marítimo brasileiro mais próximo dos mercados americano e europeu.



O terminal multimodal de transportes, de Estreito (MA), integra as regiões produtoras do Norte, Centro-Oeste e do sul maranhense com o Porto do Itaqui via Estrada de Ferro Norte-Sul

Grandes transformações ocorreram no sistema produtivo do estado, nas duas últimas décadas, a ponto de promover alterações profundas na economia assim como na própria organização urbana e social.

O extrativismo, primeira atividade econômica do Maranhão e que ultimamente se concentrou na exploração madeireira e do babaçu, vem perdendo força ano a ano, ora em conseqüência da extinção das florestas e ocupação dos espaços por pastagens ou projetos agrícolas, ora pelas dificuldades ainda não superadas na exploração do babaçu de modo a torná-lo um produto competitivo. Observa-se, todavia, crescimento importante, com grandes perspectivas, na exploração de minerais não-metálicos, como o calcário, o gesso e outros, sinalizando para utilizações industriais importantes na área da construção civil assim como na atividade agrícola.

A agricultura e a pecuária deixam, aos poucos, as características de atividades extensivas e de sobrevivência e vão assumindo porte e qualidade de agrogonégio, transformando os sistemas produtivos, agora sustentados na pesquisa

e na alta tecnologia. A mecanização viabiliza a expansão sempre maior da área de produção; os recursos tecnológicos, o manejo adequado, a logística de armazenagem e transporte possibilitam o escoamento e a exportação em condições competitivas.

Enfim, a agropecuária tradicional é substituída por uma atividade moderna de larga escala e alta tecnologia que ocupa espaços cada vez maiores no território estadual: a produção de soja, arroz e cana-de-açúcar predomina na região sul-maranhense (municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Fortaleza dos Nogueiras, Sambaíba e São Raimundo das Mangabeiras) e se expande pela região tocantina (Imperatriz, Açailândia, Porto Franco e outros). A soja especificamente já se destaca também na região do Baixo Parnaíba (municípios de Chapadinha, Anapurus, Brejo e outros). Uma pecuária com tecnologias modernas de manejo e melhoramento genético consolida-se na região do Médio Mearim (município de Bacabal e adjacências) e na região do Pindaré (municípios de Santa Inês, Zé Doca e outros). O mesmo fenômeno ocorre com menor intensidade, mas firmemente, nas demais regiões do estado, citando-se por sua importância as de Caxias, Presidente Dutra e Timon.



Transporte ferroviário, Maranhão

Até o ano 2000, a maior parte da área ocupada pela agricultura destinava-se ao cultivo do arroz, seguido do milho. A partir de então, essa realidade começou a mudar com o aumento continuado da área destinada à soja, cuja produção cresce seguidamente em razão daquele aumento, como também pela adoção sempre maior de recursos técnicos predominantes nesse tipo de atividade.

De 1996 para 2005 a área colhida da soja passou de 62.328ha para 372.074ha; e a produção, de 135.123 toneladas, para 996.909 toneladas; ou seja, para um aumento de quase 600% na área colhida, houve um incremento de 738% na produção. No mesmo período o arroz aumentou 20% em área colhida, crescendo 28% na produção. A maior concentração se dá na região sul do estado, particularmente nas microrregiões Gerais de Balsas e Chapadas das Mangabeiras.

A produção do arroz ocorre com maior intensidade nas microrregiões do Pindaré, Alto Mearim e Grajaú, além das Chapadas do Alto Itapecuru, Presidente Dutra, Imperatriz, Caxias e Médio Mearim; a mandioca, nas microrregiões da Baixada Maranhense, do Gurupi, do Baixo Parnaíba e do Litoral Norte. Já o feijão registra maior presença nas microrregiões de Pindaré, Alto Mearim, Grajaú e Baixo Parnaíba.

O cultivo da cana-de-açúcar, embora distribuído em várias microrregiões, tende a ter uma presença mais marcante no leste, sul e sudeste do estado, com forte presença nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras, Porto Franco e Coelho Neto. A área colhida, que em 1996 foi de 16.906ha, para uma produção de 829.257 toneladas, passou para 31.728ha, em 2005, para uma produção de 1.968.414 toneladas – incrementos de 67,67% e 137,37%, respectivamente.

A pecuária vai obtendo um destaque importante na economia maranhense; o crescimento significativo do rebanho bovino coloca o Maranhão como o segundo maior produtor do Nordeste, depois da Bahia, com mais de 18% do total do rebanho regional. Do ano 2000 para 2005, o rebanho bovino passou de 4 milhões de cabeças para 6,5 milhões, um crescimento superior a 60% em cinco anos; hoje, contam-se mais de 7 milhões de cabeças. Devem ser ressaltadas as políticas de defesa animal e de melhoramento genético como características cada vez mais presentes na atividade pecuária maranhense.

Em geral, a agropecuária do Maranhão experimenta assim um processo de crescimento bastante significativo, que repercute no aumento das exportações e numa alteração importante na pauta exportadora tradicional do estado. Além do minério de ferro e derivados, e do alumínio, nela se destacam os grãos de soja como o terceiro item de maior valor, com US\$ 189 milhões, e participação de 15,36 %, em 2004, e US\$ 222 milhões e participação de 14,78%, em 2005. De 2000 para 2005, o valor das exportações saltou de US\$ 758 milhões para US\$ 1,5 bilhão, apresentando um crescimento de quase 100%.

Quanto ao setor secundário, por ramos ou gêneros, observa-se na última década o crescimento muito significativo da metalurgia. Ferro fundido bruto, alumínio não-ligado, ligas de alumínio em forma bruta e alumina calcinada representaram, sozinhos, quase 60% das exportações maranhenses em 2005.

Do ponto de vista do mercado, é interessante observar que, no ano 2000, apenas 16,7% da produção industrial destinava-se ao mercado interno – alimentos, têxtil, madeira e construções; a forte concentração se dava na produção de bens intermediários para exportação. Essa realidade explica a grande dependência da economia maranhense da importação de produtos industriais vindos de outras regiões do país ou do exterior.

Não há dúvida de que o Projeto Ferro Carajás, conduzido pela Vale, e o Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar) abriram um novo ciclo da economia maranhense ao redirecionar a atividade produtiva para outros setores que não aqueles tradicionais do extrativismo e industrialização do babaçu, da indústria têxtil, do cultivo e beneficiamento do arroz, por exemplo. Viabilizou-se a exploração sustentada em larga escala da siderurgia e da metalurgia como elos fortes da produção industrial do estado.

Para Polary¹,

a economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de dinamismo e modernização: o agronegócio, com destaque para a moderna produção da região sul-maranhense, onde se expandem a soja e a pecuária, e o complexo minerometalúrgico, concentrado no oeste e norte do estado, em torno do alumínio e do minério de ferro.

¹ José H. Braga Polary, economista, professor da Universidade Federal do Maranhão.

Mudou também, profundamente, nas duas últimas décadas, a infra-estrutura de transportes. A malha rodoviária cobre todas as regiões do estado e interliga todos os municípios entre si, com a capital e com os demais estados e regiões do país. Foi reincorporado à economia o sistema de transporte ferroviário, com a construção da Estrada de Ferro Carajás e da Ferrovia Norte-Sul – no trecho maranhense e no do norte do estado do Tocantins – e com a modernização da Companhia Ferroviária do Nordeste, antiga Estrada de Ferro São Luís-Teresina. O moderno complexo portuário sinaliza a expansão do transporte marítimo que, além de produtos primários, inclua produtos industriais e pessoas e se integre ao dinamismo do sistema econômico regional e do estado.

A convergência da logística e infra-estrutura disponíveis para o Porto do Itaqui, aliada ao fato de ser a capital e contar com a maior densidade de recursos humanos e centros de ensino, consolidou São Luís como o núcleo urbano mais influente e importante da economia maranhense.



Edgar Rocha

Embarque de alumínio no Porto do Itaqui

O PIB do estado, que era de R\$ 13,88 bilhões em 2003, passou para R\$ 16,55 bilhões, em 2004, um dos maiores crescimentos entre os estados da federação. Esse desempenho resulta de atividades vinculadas à minerometalurgia – especialmente o ferro-gusa, a alumina calcinada, o alumínio não-ligado – e ao agronegócio, com a soja: esses dois setores têm sido o carro-chefe das exportações do estado e são responsáveis pelo seu crescimento econômico com índices superiores à média brasileira e nordestina. De fato, desde 1980 que esse crescimento se acelera, ampliando a participação relativa do estado no Produto Interno Bruto (PIB) da região Nordeste. Relativamente ao Produto Interno Bruto do Brasil, a participação em percentual do estado foi de 0,90% em 2003, passando para 0,94% em 2004.

Na formação do PIB maranhense, o setor industrial é responsável por 25,4% (ou seja, R\$ 4,2 bilhões, a preços correntes de 2004), contra 20,1% do setor agropecuário e 54,4% do terciário. Dentre as atividades secundárias, destacam-se a Indústria de Transformação, responsável por 17,9% do PIB estadual, vindo depois o segmento da Construção (4,6%) e os serviços industriais de utilidade pública (Eletricidade, Gás e Água) com 2,9%.

A indústria maranhense ocupa, assim, o segundo lugar na composição do Produto Interno Bruto do estado, e essa participação vem crescendo ao longo dos últimos dez anos.

Não é essa uma posição histórica. Os produtos primários sempre prevaleceram sobre os produtos industriais, inclusive constituíram a base da exportação maranhense ao longo dos séculos. Até mesmo o açúcar, cuja produção se iniciou ainda na primeira metade do século XVII, em nenhum momento suplantou os produtos oriundos do extrativismo e da agricultura e, no mais das vezes, sequer foi capaz de atender o mercado interno.

Criou-se mesmo, no meio empresarial maranhense, a convicção de ser o Maranhão um estado essencialmente agrícola e extrativista: uma indústria dinâmica, de valor expressivo, sempre se apresentou como um fenômeno histórico raro, de breve duração.

Não é o que indica o novo quadro econômico do estado. Recursos naturais, infra-estruturas de transportes, logística, integração com as macrorregiões Norte,

Centro-Oeste e Nordeste abrem perspectivas concretas de crescimento e fortalecimento para a indústria maranhense ao lhe darem funções essenciais para o desenvolvimento regional.

A essa nova realidade prendem-se o governo do estado e a classe dos empresários da indústria, que definem políticas voltadas para o aproveitamento maior da potencialidade industrial do Maranhão de modo a capacitá-lo a exercer o seu novo papel na economia das regiões integradas e do país.

E os empresários industriais estão respondendo a essa nova realidade com alguns investimentos de vulto, ora ampliando, ora relocando projetos existentes, ora modernizando-os, mas conscientes de que ainda é muito grande o espaço que precisa ser ocupado para alcançar aquele objetivo. E têm propostas para isso.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão é o exemplo óbvio dos ideais e dos propósitos empresariais. Nele estão expressas políticas e prioridades cuja materialização implica o envolvimento da sociedade como um todo, dos empresários e agentes de governo, principais atores no processo de ajustamento da economia à nova realidade, especificamente no setor industrial, ao qual compete adensar as cadeias produtivas vinculadas à agregação de valor.

Esse processo está em andamento, assim o indicam os dados econômicos. Todavia, é evidente que exige nova dinâmica no aproveitamento sustentado das potencialidades de recursos naturais e humanos, na agregação de valor aos produtos do agronegócio e na efetivação das vantagens comparativas do estado – desde a localização estratégica em relação aos mercados internacionais e ao eixo de desenvolvimento e integração regional do Araguaia-Tocantins até a disponibilidade de infra-estrutura e logística especiais.

Uma outra constatação instiga o empresário industrial maranhense: a grande prevalência, no estado, do micro e pequeno empreendimento e o amplo e valioso mercado interno para produtos industriais de menor valor. Trata-se de um mercado pouco destacado pelos analistas econômicos, mas que mostra a sua força quando se avalia o volume das importações realizadas pelo estado de outras regiões do país, expondo o grande potencial inexplorado pelos investidores locais.

Em síntese, esses são indicadores que, no conjunto, desvelam a amplitude das oportunidades que a nova realidade econômica do Maranhão oferece aos empreendedores industriais. De um lado, o grande investimento focado na agregação de valor a commodities oriundas da exploração mineral e do agronegócio, por exemplo, destinadas ao grande mercado nacional e ao mercado externo; de outro, o pequeno/médio investimento, orientado a explorar de forma sustentada o grande mercado interno do pequeno consumo industrial, materializando, na realidade, um efetivo e necessário programa de substituição de importações.

Esses dois aspectos vêm definindo estratégias de atuação para a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA). São dados considerados pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado que, ao tempo em que tem como fundamentais para a economia os grandes projetos industriais de agregação de valor às commodities – hoje principal item das exportações – dá ênfase a vetores relacionados ao pequeno investimento: arranjos produtivos locais, programas de substituição de importações.

O quadro econômico aqui sucintamente visualizado é o campo em que a FIEMA se dispôs a atuar quando assumiu para si a prioridade do desenvolvimento industrial, lado a lado com suas outras atribuições institucionais. Além da elaboração do Plano, numerosos outros atos ela tem levado a efeito no objetivo de divulgar, esclarecer, estimular e apoiar o investimento produtivo na indústria, como forma de dar complementaridade aos investimentos que ocorrem nos outros setores da economia, contribuindo dessa forma para fortalecer e consolidar o desenvolvimento econômico, social e humano do estado.



Fotos do complexo portuário Itaqui/Ponta da Madeira



Coco babaçu,
principal produto do
extrativismo vegetal
maranhense

A INDÚSTRIA TRADICIONAL

A Indústria do Açúcar

Os historiadores acreditam que a cana-de-açúcar se tornou conhecida há 10 ou 12 mil anos a.C., e o açúcar, há cerca de 3 mil anos a.C. No início, o açúcar foi manipulado para fins terapêuticos e ainda no século XVI era empregado pelos ricos e nobres como valioso remédio para muitas doenças. Somente a partir do século XVII é que passou a ser produzido em escala comercial; na Europa, como alimento, era iguaria das cozinhas de todas as classes sociais.

Nesse tempo, Portugal plantava cana-de-açúcar nas ilhas de Cabo Verde, Açores e Madeira em terras que eram poucas para a cultura de um produto caro, escasso e de grande demanda. Com a descoberta e colonização do Brasil, este logo foi visto como alternativa comercialmente vantajosa para os plantadores e para os negócios portugueses. Mais tarde, o emprego de mão-de-obra escrava trazida da África possibilitou a Portugal abastecer a Europa com o açúcar aqui produzido e enriquecer, atraindo a cobiça de franceses, espanhóis e ingleses.

As primeiras mudas, vindas da ilha da Madeira, chegaram ao Brasil em 1502, constituindo a primeira lavoura a ser instalada no Brasil; ainda na primeira metade do século XVI, o cultivo da cana-de-açúcar difundia-se da faixa litorânea para o interior, e já em 1550, ao longo do litoral, numerosos engenhos fabricavam açúcar de qualidade equivalente ao produzido pela Índia.

No Nordeste, fixou-se nas manchas úmidas do sertão, desenvolvendo-se em dois tipos de organização do trabalho: 1) a grande lavoura, voltada para a produção e exportação do açúcar, com o uso extensivo da terra e intensivo da mão-de-obra, representando parcela importante no volume de produção do Brasil, até mesmo nos dias atuais; e 2) a pequena lavoura, empregando mão-de-obra reduzida, voltada para a subsistência do proprietário ou para o pequeno mercado regional ou local, em volume de produção pouco significativo, se comparado com o sistema anterior.

Estratégica por todo o período colonial, a cana-de-açúcar foi sinônimo de prosperidade; incentivado com a isenção do imposto de exportação, o Brasil tornou-se, desde meados do século XVII, o maior produtor de açúcar de cana do mundo, posição que manteve por muito tempo.

O cultivo da cana e a fabricação do açúcar deram origem a uma das mais fortes características do Brasil Colônia, a casa do engenho, que, em geral, consistia nas instalações necessárias à produção do açúcar – moenda, fornos, casa de purgar e posto para secar. No entorno ficavam a casa-grande, moradia do proprietário e sua família, e a senzala, onde viviam os escravos.

No Maranhão, o cultivo da cana e a fabricação do açúcar tiveram papel relevante até o século XIX, com a instalação de numerosos engenhos nos vales dos principais rios, em praticamente todas as regiões, com a utilização intensiva de mão-de-obra africana, durante o último século do tráfico de escravos para o Brasil (1750-1850).

Concentrado principalmente no Vale do Itapecuru e na Baixada Maranhense, regiões onde se desenvolveram grandes plantações de algodão e de cana-de-açúcar, e em São Luís e Alcântara, o contingente africano exerceu forte influência sociocultural, contribuindo para tornar essas cidades famosas, sobretudo pela grandiosidade dos sobradões coloniais, construídos com mão-



Engenho São Pedro, o único exemplar da política dos engenhos centrais, no Maranhão (séc. XIX)

de-obra escrava, e pela forte influência africana na música, com sua harmonia e beleza, e na culinária.

No Pará, os primeiros engenhos foram instalados pelos holandeses, possivelmente antes de 1600 (o primeiro engenho português no Pará começou a funcionar entre 1616 e 1618). Tanto no Pará quanto no Amazonas os engenhos desviaram sua produção para a cachaça, em detrimento do açúcar.

A fabricação do açúcar iniciou-se ainda na primeira metade do século XVI, com a construção do primeiro engenho, em 1622, por Antônio Muniz Barreiros, à margem do rio Itapecuru. Quando da invasão holandesa, em 1641, já existiam cinco dessas fábricas, que se constituíam de simples molinetes movidos por animais. Os holandeses, no período em que aqui estiveram, construíram outros sete engenhos, inclusive um na Ilha Grande, no lugar por nome Araçagy.

Com a expulsão dos holandeses, a produção açucareira espalhou-se pelos vales dos rios Mearim e Pindaré e ainda em Guimarães, produzindo o açúcar branco e o mascavo; no entanto, políticas de preço equivocadas e até mesmo a falta de navios para exportação fizeram com que os engenhos passassem a produzir aguardente, que tinha preço bem melhor. Em 1712 havia molinetes espalhados por toda parte, mas produzindo aguardente, em vez de açúcar.

Nessa época a colônia enfrentou um período de extrema penúria, abeirando-se da miséria. A recuperação somente se deu a partir da criação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que, no fim da era colonial, viabilizou ao Maranhão e ao Pará um período de franca prosperidade.

Foi um fausto, no entanto apoiado muito mais no algodão e no arroz que no açúcar; este, por toda a segunda metade do século XVIII, com uma produção insignificante, não atendia sequer ao consumo interno, situação que perdurou por toda a primeira metade do século XIX. O Maranhão era abastecido por Pernambuco.

A recuperação do açúcar iniciou-se em meados do século XIX sob o estímulo do governador Joaquim Franco de Sá, que assumiu como prioridade desenvolver a lavoura em geral, com destaque para a cana-de-açúcar. Para isso desencadeou intensa divulgação das possibilidades econômicas da fabricação do açúcar a partir da utilização de maquinários modernos: máquina a vapor, engenho de três moendas, caldeira de cobre, alambique do sistema de Deirone e Caile, e retificador.

A propaganda surtiu efeito: multiplicaram-se os engenhos e, em 1860, já existiam 410 fábricas de açúcar, das quais 284 utilizando máquinas movidas a vapor ou por força hidráulica e 136 a tração animal. Só o vale do Pindaré contava com 96 instalações, vindo depois Guimarães, na Baixada. Em 1870 eram 500 os engenhos de açúcar na província.

Os resultados apareceram e a indústria açucareira passou a apresentar números positivos, tornando-se não só auto-suficiente em relação ao consumo interno, mas ainda voltando a exportar: 1873, 5.000 toneladas; 1874, 6.800; 1875, 6.900; 1876, 10.900; 1877, 10.200; 1878, 5.200; 1879, 7.000; 1880, 9.500; 1881, 13.500; 1882, 16.100, não se incluindo nesses números o consumo da província, que era em média de 1.000 toneladas ao ano.

Foi esse o segundo ciclo do açúcar no Maranhão; o terceiro seria a fase dos engenhos centrais, de curta duração, e que, no Maranhão, consistiu apenas no Engenho São Pedro, no vale do Pindaré.

A proposta dos engenhos centrais teve origem no governo imperial, numa tentativa de racionalizar a produção açucareira no país, ou seja, separar a atividade agrícola da atividade industrial, ambas operadas pelos fazendeiros que tradicionalmente plantavam, colhiam e industrializavam a cana-de-açúcar.

O Engenho São Pedro, construído a partir de 1881, foi inaugurado em 1884, iniciando sua produção na mesma data. Era um grande complexo industrial que, além de um extenso e moderno maquinário, contava, inclusive, com um trecho de ferrovia, o primeiro construído no Maranhão, para o transporte da cana. Mas, por uma série de circunstâncias negativas – queda nos preços do açúcar, problemas no fornecimento da cana e questões administrativo-financeiras – os resultados ficaram muito aquém do esperado: 846 toneladas em 1884 e 1.375 em 1885. A partir de 1886 a produção começou a decair ainda mais, e os problemas avolumaram-se nos anos seguintes, agravados, ainda, pela proibição do trabalho escravo.

Após várias tentativas para preservar o empreendimento, o Engenho São Pedro, endividado e descapitalizado, teve leiloadas suas máquinas e instalações, e a produção do açúcar voltou a ser operada apenas pelo sistema tradicional, perdendo importância nas décadas seguintes, principalmente se comparada à produção dos outros estados nordestinos e do sudeste do país.

Na atualidade, a indústria açucareira maranhense resume-se praticamente à manipulação do produto para comercialização: grandes depósitos que se encarregam de embalar e distribuir o produto. Vale mencionar, todavia, que as empresas de produção de álcool combustível instaladas no estado propõem-se também a produzir açúcar de primeira qualidade.

Mas o cultivo da cana-de-açúcar se mantém nos dias atuais, ora como base de uma pequena produção artesanal de aguardente; ora como suporte a unidades de produção de álcool combustível. Vale mencionar que estudos técnico-científicos indicam uma disponibilidade muito significativa de terras aptas para o cultivo, sinalizando para a expansão da cultura como uma das mais destacadas alternativas na política estadual de fomento à produção de biocombustíveis.

O Algodão e a Indústria Têxtil

O algodão, conhecido pelos nativos antes da chegada dos portugueses, foi o mais importante produto econômico do Maranhão, desde o período colonial até meados do século XX.

No início foi utilizado na fabricação de tecidos para as roupas de colonos e escravos. A partir da segunda metade do século XVIII, em decorrência da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, houve grande desenvolvimento na produção de tecidos na Europa, com o algodão ocupando lugar muito expressivo na exportação brasileira, e no Maranhão, sendo responsável por importante acumulação de capital e fator determinante das diferentes fases do desenvolvimento estadual.

O ciclo econômico do algodão, essencial na construção do estado, iniciou-se e desenvolveu-se no modelo mercantilista, com a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, sob a égide da Companhia do Comércio do Maranhão, criada em 1682 para promover o desenvolvimento da colônia com base na monocultura.

O governo português ameaçava confiscar lavouras de quem não plantasse algodão ou cravo, produtos que interessavam comercialmente à metrópole, provocando protestos dos lavradores locais, como a rebelião comandada pelos líderes do comércio, Manoel e Tomás Beckman, em 1684. Embora duramente reprimida, a revolta afetou o desempenho da Companhia, conduzindo a seu encerramento pouco depois.

No entanto, em 1752, a Câmara de São Luís propôs à metrópole a criação de uma nova companhia, com o objetivo de promover o desenvolvimento da colônia, regularizando a navegação e estimulando a lavoura, com exclusividade na exploração do comércio de escravos negros.

A decisão de adotar-se a mão-de-obra escrava foi aceita pelo governador-geral do estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que a encaminhou ao seu irmão, o ministro do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que não apenas encampou a idéia, mas ampliou seus objetivos, dando o monopólio do comércio da Região Norte do Brasil a um grupo de comerciantes portugueses.



Companhia de Fiação e Tecidos de Cãhãmo, em São Luís, hoje Ceprama (Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão)



Gomador da fábrica Rio Anil

A Companhia detinha o monopólio da exportação e importação no estado do Maranhão, promovendo o aquecimento da economia de Portugal, integrando as colônias ao mercantilismo e assegurando lucros necessários à superação do quadro crítico em que se encontrava o país. O único produto excluído do sistema era o vinho, privilégio de outra empresa lusa.

Na segunda metade do século XVIII, com o início da Revolução Industrial, as exportações brasileiras de algodão apresentaram forte crescimento, contribuindo para a prosperidade econômica e o aumento da população. Para se ter uma idéia dos benefícios auferidos, entre 1760 e 1771 as exportações de algodão passaram de 651 para 25.473 arrobas.

A Companhia contribuiu efetivamente para a modernização dos negócios, importando mão-de-obra escrava, adotando novas técnicas agrícolas e, principalmente, implantando o crédito, medidas que impulsionaram a agricultura, principalmente o algodão, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa, que nesse momento deixara de contar com a produção norte-americana em virtude da declaração da independência de treze colônias inglesas, em 1776.

Mesmo tendo obtido excelentes resultados, a Companhia enfrentou a oposição dos jesuítas, que protestavam contra a abolição da Mesa do Bem, e de muitos comerciantes, que se atreveram até a criticá-la. Em 1778, a rainha D. Maria I, atendendo a apelos e pressões, encerrou as atividades da empresa, mas o impulso dado por esta à economia maranhense foi decisivo para a fase de prosperidade experimentada pelo Maranhão no final daquele século.

Em 1780 o algodão respondia por 24% das exportações do Brasil Colônia, superado apenas pelo açúcar, que liderava com 34%. A importância das exportações brasileiras nesse período foi de tal sorte significativa que chegava a ser comparada às exportações dos Estados Unidos. E é provável até que a economia colonial brasileira tivesse tamanho e diversificação bem maiores que a dos Estados Unidos, podendo ter sido a maior economia do Novo Mundo nos três séculos de mercantilismo.

Nessa época, o PIB per capita do Brasil era de 61,2 dólares, e o do estado do Maranhão e Piauí – resultante da divisão administrativa de 1772 –, era de 112 dólares, enquanto o da região da Paraíba, 22,4 dólares.

Em 1808, com a política de abertura dos portos, as exportações maranhenses, cujo valor anual superava um milhão de libras e movimentava 155 navios, estavam à frente das de Pernambuco, igualando-se às da Bahia. Nesse mesmo tempo, o Pará exportava o equivalente a 14% desse valor, e São José do Rio Negro, atual Amazonas, apenas 5%.

Em 1815, elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, o Brasil deixa oficialmente de ser colônia, passando a capitania do Maranhão à condição de província, quando contribuía para o tesouro português com mais tributos do que as colônias do reino. O Maranhão evolui, sua população prospera, dá apreço à cultura. São Luís cresce a ponto de, em 1822, ser a quarta cidade brasileira em número de habitantes, suplantada apenas pelo Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

O progresso econômico, no entanto, não se mantém. Após as lutas da Independência, a economia maranhense entra em declínio. A estagnação prolonga-se e dá causa a revoltas, como a Balaiada, de 1838, e mais tarde à migração para os seringueiros da Amazônia. No início da República a economia do estado é sustentada pela manufatura algodoeira e do açúcar e pela produção e beneficiamento de arroz.

O parque têxtil do Maranhão

A cotonicultura, além de expandir a economia, deu ao Maranhão a condição de pioneiro no Brasil em alguns aspectos do negócio do algodão. Em fins do século XVIII, foi o primeiro grande produtor e exportador brasileiro. Ao final do terceiro decênio do século XIX, a economia do Maranhão poderia ser denominada “a economia do algodão”.

A participação desse produto na exportação do estado variou entre 73% e 82%, e mesmo nos períodos de crise o algodão se manteve como o mais importante produto de exportação maranhense, até os primórdios do século XX.

Entretanto, a partir de 1846, a cultura maranhense do algodão passou a fazer-se a custos crescentes. A importação de escravos se tornara inviável; a expansão da economia agroexportadora do café, no sudeste brasileiro, e o conseqüente aumento da demanda de mão-de-obra escrava transformaram o tráfico interno dessa força de trabalho em negócio cada vez mais atrativo para proprietários maranhenses; vender escravos era mais lucrativo que produzir algodão.





Fábrica Manufactura
de Caxias, Maranhão,
início do século XX.

Novo ânimo sobreveio com a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, de 1860 a 1865, que teve como efeito o aumento forte da demanda pelo algodão no mercado internacional, estimulando a atividade algodoeira também no Maranhão. Contudo, os americanos, ao retomarem sua produção após o conflito, logo reverteram esse quadro, com a melhor produtividade dos seus cultivos, entre outros fatores. E a lavoura algodoeira maranhense entrou novamente em crise, agravada pela extinção da escravatura, em 1888, e pela força do extrativismo da borracha amazônica, que entrou na disputa pela força de trabalho ainda disponível no Maranhão.

Jerônimo de Viveiros descreve a situação: "Para logo, cerca de 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas algodoeiras fecharam as portas"... "Por tudo isso, no próprio ano de 1888, a desvalorização da fazenda agrícola maranhense atingia a 90%".

Foi nessa época que aconteceu o que o mesmo Jerônimo de Viveiros chama de loucura industrial. Os lavradores, pressionados pela mudança do sistema de produção e pelas dificuldades na comercialização dos seus produtos, decidem investir em fábricas. Em 1895 existiam no estado 27 unidades fabris, sendo que 17 pertencentes a sociedades anônimas e 10 a particulares. Desse total, 10 fábricas de fiação e tecidos de algodão; 1 de fiar algodão; 1 de tecido de cânhamo; 1 de tecido de lã; 1 de meias; 1 de fósforos; 1 de chumbo e pregos; 1 de calçados; 1 de produtos cerâmicos; 4 de pilar arroz; 2 de pilar arroz e fabricar sabão; 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente.

A primeira fábrica têxtil maranhense foi inaugurada em 1883. Trata-se da Companhia Industrial Caxiense: 1.000 contos de capital, incorporado pelo Dr. Francisco Dias Carneiro, com 130 teares e 250 operários, produzindo tecidos crus e tintos. Em seguida, em 1889 era instalada a Companhia União Caxiense, investimento de 850 contos, 220 teares, com 350 empregados, produzindo tecidos crus. O Dr. Francisco Dias Carneiro também participava deste empreendimento juntamente com dois outros empresários, Antonio Joaquim Ferreira Guimarães e Manuel Correia Baima do Lago. Em Caxias ainda se instalou a Fábrica Sanharó, 150 contos, 26 teares, 60 operários; fabricava panos de algodão.

Em São Luís, a primeira fábrica do gênero só se instalou em 1890; foi a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, construída na Camboa do Mato, às margens do rio Anil, com capital de 1.200 contos, 300 teares, produzindo tecidos em geral, riscados grossos e finos e fios em novelos.

Outras fábricas viriam associar-se às pioneiras:

- a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, em 1891, 900 contos de capital, com 105 teares e objetivo de fabricar tecidos de juta;
- a Companhia Progresso Maranhense, em 1892, com 150 teares, 160 operários, produzindo panos de algodão;
- a Companhia Fabril Maranhense – Santa Isabel, capital realizado de 1.700 contos, 450 teares, 600 operários, produzindo riscado e domésticos de algodão;
- a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, em 1893, 1.600 contos, 172 teares, 60 máquinas de fiação e 18 de branqueamento, produzindo morins e madapolões, com 209 operários;
- a Companhia Manufatureira e Agrícola, de Codó, capital de 1.000 contos, 150 teares, produzindo fazenda, fios e corda, com 250 operários;
- a Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton, instalada em São Luís, em 1893, produzindo meias e tecidos para camisas, com 30 operários;
- a Companhia Industrial Maranhense, 250 contos, 1894, destinada à manufatura de fio, punhos e linha de pesca, com 50 operários;
- a Companhia Lanifícios Maranhenses, 600 contos, 22 teares e outros aparelhos, com o objetivo de tecer todos os produtos de lã, seda e algodão, ocupando 50 operários.

Ao todo, em 1921, a indústria têxtil maranhense tinha um capital investido da ordem de 8.028 contos de réis, empregando 3.537 operários, com 2.336 teares, 71.608 fusos e uma produção estimada em 11.776 contos de réis. Entre 1921 e 1945, essa produção alcançava 4 milhões e meio de metros de tecidos, ocupando 3.871 operários.

A tecnologia e os equipamentos adotados eram de procedência inglesa; movidos a vapor, ainda operavam por volta dos anos 60 do século XX. Os teares e fusos utilizados até os anos 50 do século XX eram de fabricação anterior a 1900.

A fraca competição de outros estados do Nordeste pela matéria-prima e as restrições da mão-de-obra decorrentes das novas leis trabalhistas não favoreceram os investimentos na renovação dos equipamentos, e isso resultou na estagnação tecnológica da indústria maranhense.

Por conta disso, o estado experimentou um período de intensa redução da produção e dos investimentos, que, aos poucos, passaram a direcionar-se para as fibras sintéticas, nas novas fábricas do Sudeste. A partir do final dos anos 60, novas possibilidades surgiram, com o BNDES incluindo o setor têxtil nos grupos preferenciais para financiamento. Entretanto, os investimentos maranhenses nesse setor foram pouco representativos até 1970, devido ao alto índice de obsolescência do parque fabril, notadamente no tocante à fiação e tecelagem de algodão.

Não resistindo ao confronto com as fábricas do Sul e Sudeste, a indústria têxtil maranhense sucumbiu. Dentre as causas mais notórias, cita-se a falta de atualização tecnológica e o custo elevado dos encargos sociais, além de circunstâncias locais como baixo poder aquisitivo do consumidor, a escassez de mão-de-obra qualificada e a impossibilidade material para a modernização dos maquinários.

Hoje, o segmento têxtil do estado se resume a umas poucas fábricas de fiação, que, embora demonstrem dinamismo empresarial, não traduzem a potencialidade estadual para o setor, principalmente agora, quando o cultivo do algodão volta a assumir posição de relevo no setor primário maranhense.

Cultivo e Beneficiamento do Arroz

O arroz já existia no Maranhão como produto nativo; a espécie, conhecida como Vermelho ou Veneza, miúda e quebradiça, não foi aceita pelos colonizadores, que, sem êxito de início, impuseram o cultivo do arroz Carolina no correr do século XVIII.

O nome “arroz da Carolina” é uma alusão à sua procedência, mais precisamente a Carolina do Sul, nos Estados Unidos, onde floresceu uma próspera sociedade baseada nesse cultivo, entre os séculos XVIII e XIX; ali, o arroz foi introduzido pelos escravos oriundos do oeste africano ainda no período da América Colonial.

O “arroz branco” que enfrentou forte resistência por parte dos agricultores locais, teve excelente adaptação às condições edafoclimáticas da região compreendida pelas então vilas de Itapecuru-Mirim, Alcântara, Guimarães, Icatu e Mearim, na província do Maranhão, contribuindo para o soerguimento econômico da colônia, levando o governo colonial a proibir o cultivo de qualquer outro arroz que não fosse o da Carolina.

A proibição do “arroz de Veneza” pelo governador do Maranhão ainda tem reflexos até hoje, porquanto terminou se disseminando para as demais províncias do Nordeste, onde não houve restrição ao cultivo, sendo ainda muito plantado e tendo a preferência dos orizicultores, especialmente nas várzeas do Semi-árido dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. No Meio-Norte, a variedade foi praticamente extinta, havendo apenas registro, no município de Guimarães (MA), em 1982, da coleta de sementes de duas variedades nativas conhecidas como Agulha Vermelho e Agulhinha Vermelho (Mesquita, 1984).

As primeiras produções significativas do arroz Carolina só apareceram na segunda metade do século XVIII, quando foram exportadas para Lisboa 2.800 arrobas, consignadas à Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que, considerando a boa qualidade do produto, enviou para a colônia os utensílios necessários à construção da primeira fábrica de soque de arroz de que se tem notícia.

As colheitas foram crescendo, e o arroz passou a constar entre os itens de exportação da Colônia. Por volta de 1770 já eram três as fábricas de soque que substituíam os piladores de madeira movidos pelo vento. Segundo Jerônimo de Viveiros, em História do comércio do Maranhão, em 1772 a colheita foi de 64.959 arrobas, exigindo treze naus para transportá-la para a Metrópole; no ano seguinte a produção chegou a 100.000 arrobas, que foram para o Reino em 15 naus.

No último ano da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1777) foram colhidas 360.000 arrobas, registrando-se, a partir de então, uma trajetória ascendente de produção até os primeiros anos do século XIX, quando havia carga para trinta navios anualmente.

Desde então o arroz passou a fazer parte da economia maranhense, para consumo interno e como item importante de exportação, por muitos momentos da história, assegurando, ao lado do algodão, a prosperidade da província e, mais

Reprodução: Edgar Rocha



Fábrica São Luís, de beneficiamento de arroz

Reprodução: Edgar Rocha



Fábrica de beneficiamento de arroz no início do século XX



O beneficiamento de arroz em tempos modernos, Itapecuru-Mirim (MA)



Beneficiamento de arroz, vista interna das instalações

adiante, a do estado do Maranhão, com as áreas produtivas mais destacadas localizando-se no Vale do Itapecuru e na Baixada Maranhense.

No meio-norte do Brasil, região que compreende os estados do Maranhão e Piauí, o arroz é cultivado em praticamente todos os municípios, sendo a principal cultura na maioria deles e, diferentemente do que ocorre nos demais estados nordestinos, o alimento básico da população. Embora não existam referências estatísticas confiáveis, é razoável afirmar que o consumo de arroz pelos habitantes da região se situa bem acima da média do consumo per capita nacional, que é de 52kg.

O estado do Maranhão, historicamente, tem sido auto-suficiente em arroz, produzindo, hoje, um volume mais que duas vezes o necessário para seu consumo, estimado em 400 mil toneladas/ano. Mas enfrenta um problema: a qualidade do produto, em parcela ainda muito significativa, deixa a desejar, com reflexos negativos principalmente na exportação para outros estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o arroz originário do Maranhão, em grande parte comercializado na Rua do Acre, era conhecido como “arroz maranhense”, como indicativo de sua baixa qualidade.

Outra consequência dessa realidade ocorre no próprio mercado interno, que, pela mesma razão da qualidade inferior do produto local, absorve quantidades expressivas de arroz proveniente de regiões produtoras tradicionais do país e até mesmo de outros países.

No ano de 1945 a produção maranhense de arroz chegava a 42 mil toneladas, produzidas numa área colhida de cerca de 32 mil hectares. Em 1982, no início do processo de abertura dos cerrados, a produção atingiu o seu ápice, com mais de 1,5 milhão de toneladas numa área de quase 1,2 milhão de hectares. De lá para cá, a produção tem oscilado em volumes bem menores.

Hoje, o cultivo do arroz se concentra nas mesorregiões do oeste maranhense, que responde por 30% do volume produzido no estado – destaque para a microrregião Pindaré: sozinha, produz o equivalente a 24% do total do estado; vem depois a região leste maranhense, com 22%, a norte maranhense, com 11%, e a sul maranhense, correspondente aos cerrados do sul do Maranhão, com menos de 10%, muito embora seja onde se utiliza tecnologia de nível mais elevado. A variedade desenvolvida pela Embrapa para as terras altas de sequeiro é a “Primavera”, apropriada para o Maranhão.

O clima trópico-semi-árido exerce forte influência sobre as safras e é o principal problema enfrentado pelos produtores, que, em grande maioria, se utilizam do sistema de sequeiro; muito poucos fazem uso da irrigação. Levantamento com base em dados de rendimento de grãos e pluviosidade desde o ano de 1945 mostra que pelo menos oito das últimas 53 safras de arroz do Maranhão (1951, 1981, 1983, 1985, 1987, 1990, 1992 e 1993) foram afetadas pela seca.

Antes de ser levado ao consumo o arroz é descascado e polido pelo processo conhecido como alvejamento, que o deixa branco; em seguida, é submetido à oleatura, um leve engorduramento dos grãos para ficarem brilhantes; passa então, por um processo de seleção, onde os grãos, para fins de comercialização, são separados em Tipo 1 e Tipo 2, quebrados, defeituosos, marinheiros e quirera. Finalmente, é empacotado e está pronto para o mercado.

A demanda do “arroz integral” – não polido – expande-se a cada dia, na medida em que cresce o conhecimento sobre seu valor nutricional, superior ao do arroz polido. Mesmo o farelo de arroz, destinado ao arraçoamento animal, passa a ser progressivamente utilizado para consumo humano, isoladamente.

No Maranhão, o beneficiamento do arroz ocorre da maneira mais simples e tradicional e também por processos mais modernos de seleção, padronização e ensacamento.

Pequenos usineiros, localizados em zonas rurais, vilas ou cidades menores, transformam o arroz em casca em arroz branco, numa prestação de serviço aos pequenos produtores. O pagamento é feito em dinheiro ou, em alguns casos, pela entrega de parte da mercadoria. Outro serviço que prestam é a guarda dos subprodutos – farelo e quirela (ou quirera), que são vendidos como ração para animais.

O arroz cultivado pelos pequenos produtores do Maranhão é o chamado “comum”, com grãos redondos e curtos, e quase sempre é vendido na mesma região em que é produzido e processado. Assim, a população rural costuma comprar o cereal a granel, fazendo com que o empacotamento do grão não seja necessário. Além do mais, como o arroz comum não tem classificação legal, não pode ser comercializado sob marcas e nomes de fantasia.

É na região de Balsas que o arroz se apresenta com a melhor qualidade, resultado do uso de técnicas de cultivo mais avançadas e de melhor estrutura

produtiva. A agricultura local cresceu muito nos últimos anos por força de investimentos da iniciativa privada.

Usinas de beneficiamento de médio porte são encontradas tanto em pequenas quanto nas grandes cidades; utilizam baixa tecnologia para descascar o arroz e vendê-lo em sacos de 60kg. A descapitalização freqüentemente enfrentada por esses agentes impede a modernização da estrutura de beneficiamento, que exige altos investimentos.

As grandes indústrias, por sua vez, localizam-se nas regiões onde se produz arroz longo ou longo-fino, sobretudo no centro-sul do Maranhão, têm facilidade para comprar grandes quantidades de arroz em casca e possuem alta tecnologia para processar e empacotar o grão, imprimindo sua marca. Comercializam o produto beneficiado no mercado local, estadual ou para outros estados do Nordeste.

Um dos problemas que as grandes agroindústrias maranhenses enfrentam é a falta de padronização do arroz em casca e, em menor escala, a falta de constância da oferta. Isso resulta num grão beneficiado pouco uniforme e dificulta a conquista do consumidor. O custo de transformação para esses agentes é mais elevado do que para os de pequeno e médio porte, sobretudo por causa da embalagem. Contudo, suas margens de lucro são também maiores, por venderem um produto mais valorizado.

O Maranhão ainda é um grande produtor de arroz. A expansão das tecnologias de cultivo mais modernas, assim como da irrigação, além de impulsionar o crescimento da produção, será fator de melhoria da qualidade do produto e de expansão e fortalecimento da indústria de beneficiamento, viabilizando, também nesse setor, a política de substituição de importações.

A Indústria do Óleo de Babaçu

Na produção do babaçu, contribuem espécies do gênero *orbignya*: o babaçu propriamente dito (*orbignya speciosa*), a piassava (*orbignya bichleri*) e o perinão (*orbignya teixeirna*), que podem coexistir em mistura na mesma localidade, mas que são facilmente reconhecíveis.

No Maranhão, embora ocorram as duas outras espécies, prevalece o babaçu propriamente dito, uma palmeira brasileira de grande porte (até 20m), tronco cilíndri-

co e copa em formato de taça, de grande ocorrência no Maranhão. Desde longa data suas folhas e tronco foram utilizados na construção de casebres, e o óleo extraído de suas amêndoas serviu para iluminação das fazendas durante o Império.

Dada a grande abundância, era um produto sem valor comercial até fins do século XIX, quando teve sua primeira cotação: 140 réis por quilo de amêndoa, feita no Maranhão pela firma comercial Martins & Irmão, pioneira na extração de óleos vegetais a partir do babaçu.

O fruto – o coco babaçu – dá em cachos, tem formato elipsoidal, pesa entre 90 e 280 gramas e se constitui de quatro partes: o epicarpo, ou casca, camada mais externa bastante rijá; o mesocarpo, camada farinhosa rica em amido, de 0,5cm a 1,0cm de espessura; o endocarpo, material fibroso e rijo, de 2cm a 3cm de espessura, e as amêndoas, de 3 a 4 por fruto, com 2,5cm a 6cm de comprimento e 1cm a 2cm de largura. A safra ocorre entre setembro e março.

Ainda hoje as palhas da palmeira são usadas para cobrir casas e para a fabricação de produtos artesanais; o palmito, para alimento e industrialização; o fruto – o coco babaçu – tem múltiplo aproveitamento: da casca, fazem-se produtos artesanais; do mesocarpo, extraem-se amido e farinha protéica; do endocarpo, energia, quer pela queima direta como lenha, quer pelo carvão vegetal; da amêndoa, óleos vegetais, entre outros produtos.

Os produtos do babaçu tradicionalmente comercializados são o óleo extraído da amêndoa, que representa 7% do peso total do fruto, e a torta, que resulta do processo de extração.

Historicamente, o babaçu tem sido de grande importância para a economia maranhense, principalmente na primeira metade do século XX, quando ganha espaço diante do predomínio do algodão e do arroz. E o ponto de partida foi a I Guerra Mundial, quando se iniciou um crescente fluxo exportador para o mercado europeu, com destaque para a Alemanha, por muito tempo o principal comprador.

Do babaçu eram então exportadas exclusivamente as amêndoas. Jerônimo de Viveiros apresenta os números dessa exportação: em 1912, 588 quilos; em 1913, 16,9 toneladas; em 1914, 19,5; em 1915, 836,4; em 1918, 4.010,1; e em 1919, 5.603,2 toneladas.



Fábrica de detergentes em que se utiliza o óleo de babaçu

Com o crescimento do negócio, logo se evidenciou a importância econômica que teria a quebra mecânica do coco. Apesar das inúmeras tentativas, nenhuma delas obteve êxito desejável; mesmo assim, o volume de amêndoas extraídas a machado não deixou de crescer, e a economia do babaçu, ao lado da do algodão e do açúcar, contribuiu fortemente para a superação da crise generalizada resultante das mudanças no sistema de produção desencadeadas pela abolição da escravatura.

Entre 1828 e 1930, ainda segundo Jerônimo de Viveiros, seis grandes firmas da praça de São Luís exportavam a amêndoa de babaçu: Francisco Aguiar & Cia, Berringer & Cia, Jorge & Santos, Leão & Cia., Oliveira & Irmão e C. S. de Oliveira & Cia.

Na década de 30 o babaçu se firmou como um dos principais itens exportados, chegando em 1939 a ser o mais importante de todos, representando nada menos que 50,1% do valor da exportação total do estado. Com a eclosão da II Guerra Mundial, o Brasil perdeu o mercado europeu, que, para o Maranhão, sig-

nificava o mercado da Alemanha, principal comprador do babaçu. Esse fato levou à busca de outros mercados, principalmente o dos Estados Unidos.

Esse objetivo se concretizou com a assinatura do Acordo Geral do Babaçu, em 1942, pelo qual se assegurava aos Estados Unidos o suprimento de matéria-prima para a fabricação de óleo, margarina e sabão, e ao Maranhão, a garantia da colocação da maior parte do seu principal produto. Durante a vigência desse acordo, de 70% a 75% da produção do babaçu do Maranhão foram exportados para aquele país.

Logo os preços internos da amêndoa e do óleo de babaçu elevaram-se, tornando-se a principal fonte de renda de muitos dos proprietários de terras, que praticamente sobreviviam dos lucros auferidos pela atividade de venda das amêndoas; as quebradeiras de coco que se ocupavam da extração desse produto foram estimuladas a aumentar sua produção nessa atividade, que tinha reflexos positivos na sua qualidade de vida.

Até então, a grande parte da produção de amêndoas de babaçu era exportada sem beneficiamento – situação vantajosa para os estados produtores do óleo de babaçu e prejudicial ao Maranhão, no caso um simples fornecedor da matéria-prima.

O contrato mencionado tinha vigência de quatro anos, prorrogada, no entanto, até junho de 1947, estipulando-se preços maiores e a divisão por igual da produção: 50% para o mercado externo, 50% para o mercado interno. Condição esta, no entanto, prejudicada pela crescente indústria de óleo do sul do país, que forçou a subida do preço da amêndoa para que não faltasse matéria-prima.

Essa nova realidade repercutiu na exportação maranhense. A indústria do babaçu começa a se firmar: em 1948, as amêndoas industrializadas no Maranhão representavam 10,11% da produção total; em 1949, 20,17%. Neste último ano, segundo o Departamento de Estatística da Associação Comercial, foram exportadas 31.383 toneladas de amêndoas e 5.420, de óleo; em 1950, 33.797 toneladas de amêndoas e 11.057 de óleo. Em 1951, existiam 58 usinas de óleo de babaçu em todo país, das quais 11 estavam no Maranhão.

O encerramento do contrato de exportação para os Estados Unidos resultou em um grande abalo na economia maranhense, que então passou a depender

somente das indústrias de óleo do Sudeste; estas buscavam na extração do óleo de babaçu o aproveitamento dos seus potenciais ociosos, e a maior disponibilidade de amêndoas forçava a baixa dos preços para os níveis que lhes eram mais favoráveis.

Assim, contribuindo com quase 90% da produção nacional de amêndoas, o Maranhão não era, contudo, o primeiro produtor nacional de óleo, detendo uma participação de apenas 17% do total nacional. Daí por que, a partir da década de 50 do século XX, surgiram várias empresas processadoras da amêndoa do babaçu. Até o início da década de 80 constituíram-se na mais importante atividade econômica do estado, definindo o auge da economia babaçueira. No período, 49 empresas de médio e de grande porte instalaram-se no Maranhão, produzindo óleo refinado e óleo industrial para abastecimento das indústrias alimentícias e de higiene e limpeza, além de torta e farelo, itens estes exportados exclusivamente para o exterior. A produção anual de óleo de babaçu girava em torno de 130 mil toneladas e era o principal item da pauta de exportação do estado.

Dos anos 80 para cá, no entanto, o processamento de amêndoas de babaçu caiu muito. O número de empresas esmagadoras reduziu-se drasticamente; hoje, à exceção de uma importante indústria instalada em São Luís, a atividade está restrita a pequenas usinas integradas a fábricas de sabão e de material de higiene e limpeza, em cujo processo industrial é utilizado o óleo por elas produzido.

As causas dessa nova realidade são muitas e vão desde a expansão expressiva da produção de óleos vegetais de outras origens e a preços menores em países asiáticos até o crescimento explosivo da produção de óleo de soja no Brasil, repercutindo na migração da demanda por óleos comestíveis e derivados.

O fato é que a indústria de óleos maranhense teve que se direcionar basicamente para os segmentos de higiene, limpeza e cosméticos. Mesmo assim, desde a década de 90 vem sofrendo concorrência forte dos óleos asiáticos, dada a redução das alíquotas de importação que favorece a entrada dos produtos a preços inferiores aos do mercado brasileiro.



Edegar Nogueira

Cacho de coco
babaçu ainda na
palmeira

No entanto, o babaçu ainda é um oleaginoso brasileiro importante mesmo tendo como principal concorrente no mercado de óleos comestíveis o óleo de soja, que é menos saturado e pode ser oferecido a preços mais reduzidos; com isso, a produção do óleo de babaçu comestível está estimada apenas em cerca de 5,5 mil toneladas/ano e se destina, predominantemente, ao mercado nordestino.

Diante desse quadro, restam as indústrias de higiene, limpeza e cosméticos como principal mercado brasileiro para o óleo de babaçu; localizadas basicamente na região sudeste do país, absorvem elas em torno de 35 mil toneladas anuais de óleo industrial de babaçu.

Outros potenciais industriais do babaçu

O babaçu detém um grande potencial inexplorado. Embora a sua utilização econômica esteja associada à extração e industrialização do óleo da amêndoa, o fruto pode ser aproveitado como fonte energética ou ainda como matéria-prima para indústrias de alimento.

Além do grande volume de amêndoas que deixam de ser exploradas para uma imensa diversidade de utilizações industriais, estima-se uma disponibilidade de 1,07 milhão de toneladas/ano de endocarpo, que representa um potencial termodinâmico calculado em 20 milhões de gigajoules/ano, que, distribuídos uniformemente ao longo do ano, significam um potencial de 615 MW, considerado somente o período da safra. A utilização do endocarpo na indústria de ferro-gusa é ainda pequena por questões de estrutura de fornecimento, principalmente.

Do endocarpo, ainda, pode-se produzir o carvão ativado, utilizado em filtros e produtos de absorção de resíduos tanto em sistemas e aparelhos domésticos quanto na "indústria petrolífera e de bebidas, em laboratórios, no tratamento de efluentes e nas usinas de álcool" (Revista Maranhão Industrial nº 7, 2005). No Maranhão, a Empresa Industrial de Bacabal (EIB), localizada no município de Bacabal, produz 150 toneladas/mês desse tipo especial de carvão, além de 300 toneladas/mês de coque metalúrgico, similar ao utilizado em altos-fornos.

A pequena economia do babaçu

As alterações ocorridas na economia do babaçu nas últimas décadas, assim como novas políticas fundiárias adotadas pelos governos, provocaram mudanças do sistema de produção agropecuária do estado. Grandes empresas passaram a adquirir terras em larga escala e a utilizá-las em atividades intensivas, incompatíveis com a exploração babaçueira tradicional.

Assim, enquanto as empresas produtoras de óleo definhavam, a pecuária ganhava espaço, transformando babaçuais em pastagens, com implicações drásticas na vida dos pequenos trabalhadores rurais agroextrativistas; se o babaçual permitia coexistência com as roças, os pastos exigiam exclusividade no terreno, não permitindo o desenvolvimento de nenhuma outra cultura.

Muitos posseiros e ocupantes da terra sujeitaram-se à alternativa migratória, deslocando-se em grande número para as cidades, onde não existe ocupação para todos. Por essa razão, a atividade extrativista se mantém, praticamente em todo o estado, mas realizada por populações residentes tanto na zona rural como em áreas urbanas, com destaque para as microrregiões da Baixada Maranhense, de Imperatriz, do Médio Mearim e de Chapadinha.

Trata-se de uma pequena produção mercantil realizada por famílias de posseiros, arrendatários agrícolas, pequenos proprietários e parceiros de grandes proprietários de terra ou por pessoas sem posse ou propriedade, mas com o direito de coleta. Dessa força de trabalho vale destacar o papel fundamental desempenhado pelas mulheres, responsáveis pela etapa de quebra e separação da amêndoa, com aproveitamento endógeno da casca e do endocarpo como combustível em fornos a lenha, e do mesocarpo na alimentação.

Responsáveis por essa exploração são as quebradeiras de coco – cerca de 300 mil, em estimativa pessimista, que constituem a peça mais importante da produção e que, organizadas em movimentos sociais como o MIOCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu)², intensificam

² Desde a década de 80 esses movimentos agrupam quebradeiras de coco babaçu com o objetivo de garantir o direito de acesso e o uso comum das áreas de babaçu ocupadas por fazendeiros e pecuaristas, de modo a continuarem a explorar babaçu, inclusive a agregar-lhe valor visando à competição no mercado. Em 1995 constituíram o MIOCB, reunindo quebradeiras de coco de quatro estados – Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará – para discutir propostas de melhoria no trabalho e alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais.

suas relações com a área urbana e buscam melhorias em suas condições de trabalho.

A atividade das quebradeiras de coco organizadas, além de reviver e fortalecer uma verdadeira cultura fundada no trabalho extrativo do babaçu e modelada em tradições, práticas, hábitos, costumes, danças, cantigas e culinária, aplica-se no artesanato e na pequena produção industrial com base no babaçu e nos seus subprodutos.

A comunidade Lago do Junco, no interior maranhense, em trabalho desenvolvido pela Cooperativa de Quebradeiras de Coco, produz sabonetes e óleos para a indústria cosmética, chegando a exportar para Europa e para os Estados Unidos; é uma produção de pequena escala, mas muito indicativa das potencialidades econômicas do produto.

Biodiesel

Uma planta-piloto para extração do óleo destinado a produzir biodiesel foi instalada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, com financiamento da Finep. O trabalho, realizado em conjunto com a Universidade Estadual, aborda a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do agronegócio do babaçu destinado à produção do biodiesel.

No momento são avaliadas as características do combustível, cuja qualidade até agora se confirma como excelente, e sua viabilidade. Essa alternativa de utilização é sem dúvida interessante por ser o babaçu explorado por pequenas comunidades de extrativistas e também por fomentar o sistema de produção, porque poder gerar milhares de empregos diretos e indiretos, especialmente para famílias de baixa renda.

O programa Biodiesel do Maranhão prevê também a utilização da mamona, considerando vantagens ecológicas, econômicas e sociais, por envolver pequenos produtores dispersos por todo o estado. Os custos são mais reduzidos, e da matéria-prima, renovável, também se extrai um óleo que pode ser usado como aditivo.

Outras oportunidades

Do babaçu, tudo se aproveita. Se o coco é utilizado na fabricação de óleos, carvão, leite, ração para gado e em trabalhos artesanais, as folhas da palmeira – as palhas – servem para cobrir casas e são transformadas também em cestos e esteiras e fornecem celulose para a fabricação de papel. A partir do babaçu também são extraídas substâncias para a fabricação de detergentes, sabão, margarina, cosméticos, asfalto e outros produtos.

No Maranhão, muitas empresas de médio e pequeno porte atuam no setor; são fábricas de sabões e de outros produtos de limpeza que produzem óleo de babaçu para o próprio consumo. No entanto, ainda são grandes as oportunidades de investimento, como bem demonstra o levantamento sobre as importações maranhenses de outros estados do país, realizado pela FIEMA, onde se identifica um mercado muito amplo, ainda não atendido pela indústria local.

A industrialização do babaçu, desde a amêndoa e todos os seus subprodutos, ainda tem perspectivas extraordinárias de incremento, considerando-se o grande potencial sustentado pelos babaçuais do estado.



Vista da palmeira do babaçu



Os óleos
vegetais são
apenas uma
das múltiplas
utilizações do
babaçu

A INDÚSTRIA MODERNA: SETORES DINÂMICOS

A Minerometalurgia

O Projeto Grande Carajás foi criado com o objetivo de promover a exploração econômica da província mineral de Carajás. Tocado pela Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, é, sem dúvida, um dos principais fatores do redirecionamento da atividade industrial maranhense, que passa a ter a metalurgia básica como ramo dos mais competitivos.

De fato, na esteira de Carajás nasceu o pólo guseiro, e grandes perspectivas se abriram para a instalação de um pólo siderúrgico para produtos semi-acabados e acabados, fato que tem sido objeto de negociações. A construção e instalação de uma planta de grandes proporções para a produção de placas de aço continua entre os objetivos da empresa e do governo do estado.

Por outro lado, o Consórcio Alumar, instalado no estado desde a década de 80, vem produzindo alumínio e alumina quase exclusivamente para fora do estado, para o mercado nacional e para o exterior.

São esses os dois maiores projetos do Maranhão que, de fato, ainda não estão repercutindo como poderiam na economia estadual, nem sob a forma de tributos, por força da legislação de estímulo à exportação, nem na forma de expansão, beneficiamento e industrialização dos seus produtos, que são básicos.

Esse efeito até agora não materializado é, no entanto, o esperado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, quando detalha o vetor da minerometalurgia, enfatizando a implantação e irradiação da siderurgia, ao lado do beneficiamento e industrialização do alumínio e de minérios brancos – calcário, gesso e caulim. A multiplicação de unidades industriais será, sem dúvida, fator expressivo de desenvolvimento do estado. São oportunidades de investimento em aberto.

Alumínio

Formado pelas empresas ALCOA, ALCAN, BHPBILLITON e ABALCO, o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) é um dos maiores complexos de produção de alumínio e alumina do mundo. Implantado desde julho de 1980, investimento da ordem de US\$ 1,7 bilhão, desempenha papel importante na transformação do perfil industrial do Maranhão, produzindo milhares toneladas de alumínio e alumina.

O complexo foi instalado na Ilha de São Luís, precedido por um detalhado levantamento da região, entrando em operação em maio de 1984. Hoje, com 92% dos empregados recrutados no Maranhão, movimenta anualmente US\$ 430 milhões, dos quais uma fatia considerável fica no estado, na forma de impostos, salários, compras e serviços, gerando negócios em cadeia, movendo a economia.

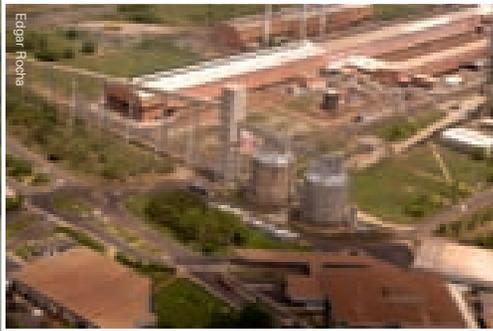
Refinaria/redução

Na refinaria, a bauxita é transformada em alumina. O minério é refinado pelo processo Bayer; moído e misturado em solução de soda cáustica; depois, segue para a digestão, onde ocorre a dissolução da alumina, que, separada das impurezas por sedimentação e filtração, é precipitada na

forma de hidrato e enviada a um forno de calcinação, onde se transforma em alumina calcinada.

Pronta, a alumina tem dois destinos: a maior parte segue para a redução, onde alimentará as cubas para fabricação do alumínio; o excedente vai para os silos de estocagem na área do porto para ser exportado de acordo com os interesses de cada uma das empresas consorciadas. A Alcoa entrega sua cota para ser comercializada e exportada pela Abalco; a Billiton destina parte de sua alumina para a Valesul, no Rio de Janeiro, onde também produz alumínio em sociedade com a Companhia Vale do Rio Doce – o resto é exportado. Já a Alcan destina parte da alumina que lhe pertence para sua fábrica de alumínio primário em Aratu, na Bahia, enquanto a outra parte é exportada para o Canadá.





Pelo porto próprio, a Alumar recebe a bauxita que vem do Pará e exporta alumínio



Porto da Alumar
no Rio dos
Cachorros, Ilha
de São Luís



Embarque de alumínio
no Porto do Itaquí

Na redução, a alumina que chega em estado líquido é dissolvida num banho eletrolítico fundido a 950 °C dentro das cubas eletrolíticas, onde é reduzida para alumínio, que, retirado das cubas, é transportado para ser resfriado em moldes, no lingotamento. A estrutura básica da redução se compõe, assim, das áreas de lingotamento, tecnologia e qualidade, eletrodos e MSVIP, sala de cubas e Departamento de Serviços.

A quase totalidade do alumínio produzido pelas empresas consorciadas deixa o Maranhão através do Porto do Itaqui. Apenas uma pequena parte – menos de 10% – é transportada por via rodoviária para o sudeste do país.

No momento, o Consórcio ALUMAR está expandindo sua refinaria, obra que tem participação muito significativa de empresas locais e cuja conclusão está prevista para 2008. Trata-se de um investimento de R\$ 4,1 bilhões, com 6 mil empregos na fase de implantação e 8 mil no pico da obra. Com essa ampliação, a produção de alumina passará de 1,5 milhão, para 3,5 milhões de toneladas, e o número de empregos permanentes na refinaria passará dos atuais 600 para 1.200.

Minério de ferro

Em 1967 foi descoberta no estado do Pará a jazida hoje denominada de Província Mineral de Carajás, com reservas de minério de ferro de alto teor calculadas em aproximadamente 2,1 bilhões de toneladas.

Diante desse fato, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a United States Steel solicitaram ao governo brasileiro concessão para exploração da mina e para a construção de uma ferrovia interligando-a a Ponta da Madeira, na Ilha de São Luís, estado do Maranhão, onde seria construído um terminal marítimo. A concessão foi outorgada e, mais tarde, com a saída da United States Steel, foi ratificada somente para a Vale.

Realizadas essas obras, a Vale, privatizada, opera o Sistema Norte, integrado pelo Complexo Minerador da Serra dos Carajás, no Pará, que lavra, beneficia e estoca o minério; pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), que o transporta; e pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (TMPM), no Maranhão, que o embarca.



Fábrica de pelletização, da Vale, em São Luís



Todas as operações são monitoradas em salas de controle localizadas em Carajás e São Luís, dotadas de equipamentos de alta tecnologia, que garantem maior produtividade e segurança. Uma usina de beneficiamento moderna assegura o produto em três granulometrias distintas – o pellet feed, o sinter feed e o granulado. O sistema tem capacidade para produzir 85 milhões de toneladas/ano.



Minério de ferro estocado à espera do embarque

Cronologia

1966: início da prospecção empresarial de minérios na região de Carajás; 1970: fundação da Amazônia Mineração S. A. (AMZA) pela Vale e U. S. Steel, em abril; 1974: conclusão dos estudos de viabilidade do Projeto Ferro Carajás; 1976: emissão pelo governo federal da concessão para construção e operação da ferrovia entre a Serra de Carajás e Ponta da Madeira, no litoral do Maranhão; 1977: aquisição pela Vale das ações da AMZA pertencentes à U. S. Steel; 1981: incorporação pela Vale da razão social da AMZA; 1982: início do lançamento dos trilhos da EFC nos primeiros 15km, em agosto; 1984: chegada da ponta dos trilhos à divisa entre Maranhão e Pará, em setembro; inauguração da ponte sobre o rio Tocantins em Marabá, em outubro; 1985: chegada da ponta dos trilhos a Carajás no dia 15 de fevereiro; inauguração oficial da EFC no dia 28 de fevereiro; 1986: inauguração do transporte comercial de passageiros, em março; 1987: início do transporte de soja, em abril; início do transporte de produtos derivados de petróleo, em outubro; 1989: inauguração do trecho inicial da Ferrovia Norte-Sul, em abril, passando a ser operada com apoio da EFC e permitindo a exportação dos grãos produzidos no norte do estado de Tocantins pelo porto de Ponta da Madeira.

Usina de pelotização de São Luís

Durante a lavra, beneficiamento e manuseio do minério de ferro são gerados ultrafinos, inadequados à utilização direta nos reatores de redução para a produção de ferro primário. A pelotização é o processo de aglomeração desses finos, gerando um produto de qualidade superior para as usinas siderúrgicas. No final da década de 60 a Vale instalou um complexo de usinas de pelotização em Vitória, no Espírito Santo, atualmente com capacidade de produção de 25 milhões de toneladas de pelotas/ano.

Usina semelhante foi construída em São Luís, no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, com operação iniciada em 2002 e capacidade para produzir 7 milhões de toneladas de pelotas/ano. Todo minério que usa é oriundo de Cara-

jás, e é a primeira usina no mundo a utilizar somente prensa de rolos na moagem do minério.

Pólo guseiro

O complexo de ferro-gusa do Maranhão resulta de entendimentos do governo do estado com a iniciativa privada, numa combinação de condições favoráveis de atração de investimentos e fatores de localização geográfica, transporte e logística.

Investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão e produção de aproximadamente 1,8 milhão de toneladas inteiramente voltada para a exportação geram receitas anuais em torno de US\$ 600 milhões e asseguram 3 mil empregos diretos e 21,5 mil indiretos, salário médio de R\$ 1.100,00, com 92% dos empregados oriundos da própria região.

Empresas	Fornos	Capacidade (mil t/mês)		
	Nº	p/ forno	p/ empresa	%
Cia. Siderúrgica do Maranhão – COSIMA	2	11.000	22.000	17
Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré	2	11.000	22.000	17
Ferro Gusa do Maranhão Ltda – FERGUMAR	2	9.000	18.000	14
Fusa Nordeste S/A	2	9.000	18.000	14
Maranhão Gusa S/A – MARGUSA	2	8.000	16.000	7
Siderúrgica do Maranhão S/A	2	8.000	16.000	7
VIENA Siderúrgica do Maranhão S/A	4	9.000	36.000	28
Total	16	–	148.000	100
Produção média	–	9.250	21.143	–

Desde 1984, quando foi produzida a primeira tonelada de ferro-gusa em Açailândia, distante 445km de São Luís, que essa indústria se consolida no estado do Maranhão, que hoje ocupa lugar entre os quatro maiores produtores de ferro-

gusa do Brasil. Responsável por 15% da produção nacional, conta com um parque industrial de sete siderúrgicas.

Em Açailândia estão a Viena, instalada em 1984, pertencente ao Grupo Andrade Valadares; a Gusa Nordeste, 1989, do Grupo Ferroeste; a Simasa, em 1993, e a Pindaré, 1997, ambas do Grupo Queiroz Galvão; e a Fergumar, em 1995, do Grupo Aterpa. Nos municípios de Pindaré-Mirim e Bacabeira, respectivamente, estão a Cosima, também do Grupo Queiroz Galvão, e a Margusa, do Grupo Gerdau, em operação desde 1997.

Juntas essas empresas produziram, em 2006, 1.677.091t de ferro-gusa; no acumulado do ano, o setor teve uma média de produção de quase 140 mil toneladas/mês. Já no primeiro semestre de 2007, a produção alcançou um total de 869.479t. A exportação no mesmo período alcançou 758.646 toneladas de ferro-gusa e se destinou principalmente a países como Estados Unidos, Espanha e Japão. Todas as unidades de produção são abastecidas pela Vale com minério de ferro oriundo da mina de Carajás.

As unidades do pólo guseiro do Maranhão operam com carvão vegetal na grande maioria oriundo de manejo e resíduos de serraria e de agropecuária (85%); o restante provém de projetos de reflorestamento próprios, no que prevalecem as empresas mais antigas, cujos primeiros plantios já atingiram idade de corte.

Hoje, com mais de 121 mil hectares reflorestados, as empresas já garantiram 35% de auto-suficiência. A expectativa é que, até 2015, o setor tenha conseguido reflorestar 400 mil hectares com espécies nativas, o que significará a realização completa da meta da auto-sustentabilidade.

Também visando à auto-sustentabilidade e à economia na produção, merece destaque a iniciativa de algumas dessas empresas, que instalaram usinas termoelétricas em suas unidades, gerando energia para atender à demanda de produção, com sobras para atender a eventuais demandas locais.

Micro, pequenas e médias empresas

O setor maranhense da minerometalurgia, no entanto, não se limita aos grandes projetos. Cerca de 240 empresas, na grande maioria pequenas e micro,



industrializam produtos de metal; algumas fabricam máquinas e equipamentos para outras pequenas indústrias ou para o agronegócio; outras se ocupam da fabricação ou montagem de veículos, reboque ou carrocerias; outras trabalham a metalurgia básica.

Há, no entanto, um grande espaço ainda a ser explorado na extensão do território estadual, especialmente nas regiões por onde o agronegócio se expande.

A Indústria de Óleos Vegetais

No Maranhão, a potencialidade industrial do agronegócio de grãos é uma realidade, especificamente quando se trata da produção de soja consolidada na região sul-maranhense e, mais recentemente, na região do Baixo Parnaíba, polarizada pelo município de Chapadinha.

O fato é que até muito recentemente a totalidade da soja produzida nos cerrados maranhenses era exportada in natura por grandes empresas exportadoras que atuam nas regiões produtoras oferecendo apoio técnico e logístico, sementes e insumos, garantindo para si a compra do produto, que depois exportam ou encaminham para industrialização fora do estado. O beneficiamento do grão em solo maranhense é incipiente e representa uma parcela ainda muito pequena da produção.



Silo para estocagem da soja a ser embarcada no porto de Ponta da Madeira

Apenas uma empresa, que passou a operar em fins de 2006, ocupa-se com o beneficiamento da soja, o que significa um avanço da cadeia produtiva de grãos ao agregar valor ao produto no estado, gerando emprego e renda. Trata-se da ABC Indústria e Comércio S.A. (ABC Inco), instalada no Distrito Industrial de Porto Franco, com o objetivo de esmagar 1.500 toneladas de soja por dia, para a produção de óleo e farelo de soja, e atender os mercados do Norte e Nordeste, exportando o excedente.

Além do estágio de produção atual de soja no estado, são fatores relevantes na atração de investimentos no setor as condições técnicas do município de Porto Franco: por ali passam a Ferrovia Norte-Sul e o complexo rodoviário formado pela Belém-Brasília e pelas BRs 230, 222 e 226, conectando a região a todo o país.

Óleo vegetal do babaçu

O óleo extraído de amêndoas de babaçu pode destinar-se à indústria de velas, sabões, produtos de higiene e limpeza em geral, cosméticos e mais, assim como pode ser utilizado para o consumo humano.

Número muito significativo de micro, pequenas e médias empresas espalhadas pelo território maranhense produz e utiliza esse óleo em suas indústrias, esmagando as amêndoas em velhas prensas remanescentes dos tempos áureos da indústria do babaçu no estado.

Entretanto, amêndoas selecionadas, esmagadas em prensas mecânicas modernas, permitem atualmente obter um produto de alta qualidade. O óleo de babaçu bruto é refinado em vários níveis; pode ser clarificado, neutralizado e desodorizado de acordo com as especificações indicadas para utilização na oleoquímica ou na indústria alimentícia.

O mercado de óleos comestíveis exige um óleo neutro, claro e sem odor, de qualidade superior, obtido por processamento de alta tecnologia. Modernos equipamentos permitem ampliar a utilização do óleo de babaçu bruto, rico em ácidos láuricos, nos segmentos de produtos de higiene pessoal e de limpeza, desinfetantes e velas.

Dentre esses produtos originários do óleo de babaçu podem ser destacados 1) o óleo clarificado, obtido na primeira fase do refino, em que prevalece a importância da cor e cujos níveis de acidez são determinados pelo cliente; 2) a torta de babaçu, subproduto do processamento das amêndoas, ingrediente de ração animal, rico em fibras (+/- 23%), minerais (+/- 6%), extrato etéreo (+51%) e proteína bruta (+/- 18%), fornecido moído, em sacos de 50kg; e 3) o óleo comestível de babaçu, refinado, desodorizado e filtrado, até resultar límpido e cristalino, indicado especialmente para frituras, além de ser excelente nos demais usos culinários.

Representante de destaque dessa nova indústria do babaçu, no Maranhão, é a OLEAMA – Oleaginosas Maranhenses S/A, que, fundada ainda em 1961, faz parte da história econômica do Maranhão. Ao longo do tempo, a empresa expandiu-se e modernizou-se, diversificando suas atividades; hoje, exporta óleos industriais extraídos do babaçu para outros estados do Brasil e para o exterior e produz óleo comestível, além de produtos de limpeza, sempre à base do óleo de babaçu.

Cadeia Produtiva da Pecuária

Desde o início da colonização, fazendeiros vindos do vale do São Francisco extasiaram-se com os imensos campos gerais que encontraram no sudeste maranhense e, denominando a região de Pastos Bons, deram origem à sua povoação e a um criatório extensivo de gado, que, no correr dos séculos, exerceu um papel importante na ocupação do território e no povoamento do interior do Maranhão.

Em 1974, Pastos Bons foi elevada à condição de vila e se tornou ponto de partida de bandeiras organizadas para conquistar as terras na direção do oeste maranhense que ainda permaneciam desconhecidas. As extensas pastagens foram aos poucos ocupadas por fazendas de gado e por povoações, abrindo-se caminhos para as boiadas na direção dos centros consumidores de carne e fornecedores de sal.

A atividade pecuária incorporou-se desde então à cultura e à economia da região, exercida, no entanto, até muito recentemente, de maneira extensiva, orientada muito mais para o consumo das famílias e comunidades locais.



Essa realidade aos poucos se transforma. A pecuária maranhense é uma das atividades econômicas que mais se desenvolveram nos últimos anos. O significativo aumento da cobertura vacinal, a efetiva atuação das barreiras sanitárias e o profissionalismo dos pecuaristas na busca do manejo mais adequado e do melhoramento genético têm sido fatores decisivos na forte ampliação do rebanho, no aumento do peso médio da carcaça e na lenta, mas contínua, melhoria da classificação relativamente à febre aftosa. De alto risco em 2002, essa avaliação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento passou para médio risco, esperando-se para o mais breve possível, com vacinação, a classificação de “livre da febre aftosa”.

Por sua vez, evoluiu extraordinariamente o peso médio animal. De 180 quilos, com 5 anos de idade na década de 70, o boi pronto para o abate pesa hoje, com três anos de idade, cerca de 500 quilos. Naquela época o rebanho do estado se formava de animais comuns, conhecidos como pé-duro, em sua grande maioria; o número de bois da raça Zebu era pequeno, quase a exceção. Hoje, 90% do efetivo são de raças zebuínas, como o Nelore, o Guzará e o Gir.

O rebanho bovino maranhense tem experimentado um crescimento muito forte nos últimos anos. De cerca de 4 milhões de cabeças no ano 2000, o efetivo passou, em 2005, para 6,45 milhões, evidenciando um incremento de 57,5% em cinco anos. As estimativas indicam que no ano de 2007 o rebanho maranhense deve ter atingido os 7 milhões de cabeças.

A produção ainda é, na maior parte, extensiva, em regime de pasto, com pastagens naturais melhoradas, com utilização de braquiárias como forrageiras. As fases de produção são a cria, geralmente feita pelos pequenos produtores,

e a recria e engorda, feitas pelos médios e grandes produtores. Ainda é grande, também, a variação do grau de tecnologia utilizada. Há produtores que abatem animais aos 24 meses de idade, e outros, aos 36 meses ou mais. A raça Nelore, com aptidão para corte, é usada também na exploração de leite, com o aproveitamento de bezerros para engorda. Mas amplia-se significativamente a utilização de tecnologia; difunde-se a inseminação artificial, com profissionais capacitados para esse trabalho, desenvolvem-se sistemas modernos de manejo. Bacabal, Santa Inês e Açailândia se apresentam hoje como pólos irradiadores de genética melhorada.

Frigoríficos

Ao lado de centenas de abatedouros informais, que, de fato, são os grandes fornecedores de carne bovina para o mercado interno do estado, existem no Maranhão cinco grandes frigoríficos, com capacidade de abate em torno de 30 mil cabeças por mês, que abastecem o mercado interno e exportam para outros estados da federação.

O Frigorífico Eldorado, instalado no município de Igarapé do Meio, é o mais novo deles. Com instalações modernas, a unidade começou a operar em 2006 e já obteve do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a habilitação para exportar carne e derivados para os países da lista geral, de que fazem parte a China, todos os países africanos, latino-americanos e do Oriente Médio. Foi o primeiro do Nordeste a conquistar essa condição.

O Frigotil está sediado em Timon, cidade vizinha a Teresina, capital do Piauí. Dispondo de instalações, equipamentos e processos industriais em conformidade com os padrões mundiais para o abate, manipulação, preparo e conservação da carne e derivados, a empresa utiliza-se de rígidos controles de qualidade em todas as etapas: da procedência e seleção dos animais a serem abatidos até o acondicionamento e embarque do produto final.

Na cidade de Bacabal opera a unidade maranhense da MAFRINORTE, empresa com sede em Castanhal, no estado do Pará, e que atua na industrialização e comercialização de carne e subprodutos bovinos há 24 anos. Com três unidades

fabris, pode produzir até 10 mil toneladas/mês, gerando 3.300 empregos diretos e indiretos. A linha de produção em sua totalidade passa, em todas as etapas, por um permanente e rigoroso controle técnico de qualidade, no atendimento das exigências do mercado.

Além desses, contam-se ainda os dois frigoríficos localizados na região to-cantina. O Frisama, na cidade de Açailândia, e o Frigorífico Vale do Tocantins, na cidade de Imperatriz. Juntos, podem abater até 10 mil cabeças/mês, industrializando a carne e derivados, que atendem ao mercado regional.

Os frigoríficos maranhenses industrializam linhas de carne tradicional e ma-turada, miúdos e glândulas, fígado, coração e toda a variedade de subprodutos – farinha de carne, farinha de osso, farinha de sangue, bÍlis concentrada, cerdas bovinas e sebo industrial.

Os industriais da carne do Maranhão preocupam-se agora com a rastreabi-lidade dos rebanhos. A implantação desse sistema, que permite o controle de toda a cadeia ao registrar informações individuais dos animais desde o nasci-mento até o abate, garante que a carne assim produzida passou por rígido con-trole sanitário, com inspeções regulares. Além disso, a arroba do boi rastreado tem maior valor de mercado.

A indústria do couro

Segundo a Associação dos Criadores do Maranhão (ASCEM), com uma taxa de abate de 15%, mais de um milhão de animais são abatidos anualmente, gerando igual número de couros que não são totalmente beneficiados no estado; grande parte é exportada salgada ou in natura para outros estados do Nordeste.

Os três curtumes existentes no Maranhão limitam-se a tratar o couro até o nível do wet blue, fase intermediária do processo de industrialização. Mais antigos no estado são o Curtume Industrial Tocantins e a MR Couros, ambos localizados no município de Governador Edson Lobão, a 660 quilômetros de São Luís; o outro, pertencente ao Grupo Bertin, um dos maiores empreendi-mentos do ramo no país, está localizado na cidade de Bacabal, na região do Médio Mearim.

O produto é vendido principalmente para as indústrias de semi-acabados e de acabamento final de Minas Gerais e Goiás – de onde a maior parte segue para o exterior – e para fábricas de calçados, bolsas e acessórios do Rio Grande do Sul.

O governo do estado, assim como a Federação das Indústrias, está empenhado na ampliação da atividade industrial no setor coureiro, incentivando a instalação de indústrias, visando à produção de acabados e semi-acabados de couro, fortalecendo, assim, a cadeia produtiva da pecuária como um todo.

A indústria de laticínios

Com um dos mais importantes rebanhos bovinos do país e uma produção significativa de soja e milho (deste, 400 mil toneladas, a segunda maior do Nordeste), o Maranhão deveria contar com uma elevada produção de leite, de vez que os farelos de soja e milho asseguram suplementação alimentar em bases constantes e conseqüente produtividade mais elevada. Mas não é o que ocorre.

O perfil tecnológico atual, com base apenas no pasto, resulta numa baixa produtividade de leite. Mesmo assim, com um total de 321 milhões de litros/ano, ou seja, 892 mil litros/dia, para um total de 505 mil vacas ordenhadas, o Maranhão é o quinto produtor de leite do Nordeste, fato que se deve a condições climáticas mais estáveis do que as dos demais estados da região.

Imperatriz e Açailândia concentram quase metade dessa produção, com 403 mil litros/dia (45,2%). A região de Santa Inês vem em seguida, com 124 mil litros/dia, ou 14% da produção total. Destacam-se ainda as regiões de Porto Franco e do Médio Mearim (Bacabal), as duas totalizando 17% da produção geral.

Também a indústria de processamento é muito restrita. São dezenas de pequenas unidades processadoras operando na informalidade e cuja produção não é contabilizada nas estatísticas. Nenhuma planta industrial produz o leite longa vida. Quase todo leite produzido é consumido no próprio estado, que tem um potencial de consumo de 610 milhões de litros/ano, suprido, na maior parte, pelas importações de leite em pó e longa vida.

A Construção Civil

O segmento da construção civil no Maranhão tem um papel histórico na cidade que hoje é reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Esse fato, no entanto, é apenas inspiração para os responsáveis pela São Luís moderna que vai surgindo, principalmente dos últimos trinta anos para cá. Na realidade, a cidade cresceu muito, ocupou espaços, verticalizou-se e expandiu-se horizontalmente.

O mesmo fenômeno ocorre também no interior do estado, onde muitas outras cidades crescem e se modernizam com edificações novas – residenciais, comerciais e públicas –, não só oferecendo novo visual urbano mas, principalmente, testemunhando a presença de uma economia mais dinâmica, consolidada por atividades produtivas mais consistentes.

E a construção civil tem tido um papel fundamental nesse processo de transformação porque torna visíveis as alterações para melhor do sistema produtivo. Se é um setor que depende de certa melhora na economia para ativar-se, essa própria ativação, por sua vez, é fator de melhora na economia, dá-lhe dinamismo e impulsiona o desenvolvimento.

É um fato que a cadeia produtiva da construção civil envolve muitas atividades industriais, comerciais e de serviços, gerando empregos e fazendo circular a renda, dando vida ao médio, ao pequeno e ao microempreendimento. E a construção civil do Maranhão por todos os cantos se revitaliza, multiplica suas atividades, induz outras. E o mercado responde com a demanda de novos produtos e com a oferta de financiamentos mais acessíveis.

É o setor que agrega o maior número de empresas industriais no estado do Maranhão, a grande maioria delas com sede em São Luís; são empresas de todos os portes, a maioria classificada entre pequena e média.

Uma nova realidade no meio construtivo maranhense é a chegada de grandes empresas de outros estados, que, sozinhas ou em consórcio com empresas locais, ao tempo em que realizam incorporações importantes, propiciam o advento de novos recursos técnicos, modernizando os empreendimentos e de algum modo promovendo transformações importantes no mercado.



Novas construções
ampliam e modernizam
São Luís, a capital do
Maranhão



Edgar Rocha



A construção maranhense cresce, moderniza-se e tem o suporte da indústria cerâmica estadual

De acordo com a Pesquisa Anual da Indústria da Construção - 2004, tem aumentado, no Brasil, a participação das obras de edificação em relação às obras de infra-estrutura; o mesmo fenômeno ocorre no Maranhão, principalmente em se tratando de edificações residenciais.

O crescimento de 6,6% na construção de moradias, num contexto de queda de 4,0% no total da construção em geral, fez com que esse produto se mantivesse como o principal da atividade, aumentando sua participação de 18,3% para 20,3% do total das construções.

Por outro lado, a demanda por edificação é típica do setor privado. Em 2003, por exemplo, esse tipo de cliente respondia por 70,7% do valor total das obras de edificação, contra 67,5% em 2002. Vale mencionar que, no mesmo período, um importante aumento foi verificado nas edificações comerciais, que tiveram alta de 14,5%.

No Maranhão, como no país, muitas empresas se destacam pela grandeza dos empreendimentos e pela alta qualidade dos seus produtos. Recentemente foram premiadas as empresas que se destacaram em 2006 nas seguintes categorias de empreendimentos: Comercial, de Desenvolvimento Urbano, Residencial Vertical, Residencial Horizontal, de Cunho Social; quanto à Ordem Científico-tecnológica e quanto à Excelência em Obras Públicas, e Empreendimento Turístico e Destaque em Responsabilidade Social, sendo proferida menção honrosa a parceiros, instituições e personalidades que contribuíram para o fortalecimento do setor da construção civil.

A escolha foi feita por uma comissão de representantes do Conselho Regional de Engenharia, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, do Instituto de Arquitetura, da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Na realidade, é importante ressaltar os altos níveis de qualidade a que chegam as empresas do setor da construção que permanentemente estão atentas às tendências predominantes na sociedade e prendem-se aos mais modernos conceitos de engenharia, valorizando a localização, o esmero construtivo e os materiais de qualidade. As certificações ISO 9001:2000 e PBQP-H Nível A,

conquistadas, ratificam a excelência dos produtos oferecidos à população e respaldam o respeito adquirido junto a fornecedores e clientes.

Um dado importante é a participação efetiva dos empresários da construção civil, através de sua organização sindical, na expansão das atividades do setor, ora apoiando os grandes empreendimentos construtivos residenciais e comerciais, ora conduzindo programas e projetos orientados à construção de imóveis destinados a atender a faixas populacionais de poder aquisitivo menor.

Neste último caso, vale mencionar algumas dessas atividades. O projeto Casa da Gente incorpora dois programas da Caixa Econômica Federal, ambos direcionados a populações de baixa renda: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) atende a população com faixa de renda de R\$ 500,00 a R\$ 1.200,00; o projeto Imóvel na Planta prevê a construção de imóveis residenciais para famílias com renda superior a R\$ 1.200,00. Os dois programas já estão somando cerca de 4 mil imóveis entregues.

A indústria do gesso

A disponibilidade de grandes reservas de gipsita, aflorantes ou com baixíssima relação de mineração, minério com excelente qualidade química para todas as finalidades comerciais, especialmente para a construção civil, representa uma extraordinária vantagem técnica e locacional, uma vez que as principais ocorrências de gipsita no Maranhão estão localizadas no município de Grajaú, a não mais do que 20km da cidade.

Grajaú está a apenas 152km da cidade de Porto Franco, por onde passam a rodovia Belém-Brasília e a Ferrovia Norte-Sul; esta interliga-se à Estrada de Ferro Carajás e permite o acesso ferroviário até o Porto do Itaqui, em São Luís, viabilizando, portanto, o atendimento de grande parte do mercado brasileiro e o acesso ao mercado internacional.

Ao lado da vantagem locacional, a cidade de Grajaú conta com bom nível de infra-estrutura de serviços gerais, escolar, de saúde, judiciária, militar/policial e com comércio típico de entreposto de média rotatividade. Tem disponibilidade de energia elétrica, abundância de águas superficiais e subterrâneas de boa qua-



lidade e, nas suas cercanias, dispõe de grandes reservas de florestas naturais e artificiais para produção de lenha industrial.

Considerando um mercado real/potencial do tamanho do Brasil central e do centro-oeste brasileiro, a disponibilidade de mão-de-obra na região e mais algumas importantes vantagens fiscais oferecidas pelo governo do estado, o pólo gesso do Maranhão apresenta valiosas oportunidades empresariais.

Em Grajaú já estão instaladas várias pequenas empresas dedicadas à mineração e industrialização do gesso, formando um pequeno parque industrial, cujo produto é comercializado no próprio estado do Maranhão e em alguns estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

No município de Codó, encontra-se uma indústria de maior porte que explora uma reserva mineral de 20 milhões de toneladas que lhe garante o suprimento de matéria-prima e a produção de um gesso de qualidade, de grande aceitação no mercado brasileiro.

A indústria de cerâmica para construção

Até agora, embora já estejam identificadas no estado importantes jazidas de minérios brancos – calcário, gipsita e caulim, inexistem no estado indústrias de cerâmica branca, projeto prioritário para o segmento da construção civil indicado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão.

Mas é bastante forte a indústria da cerâmica vermelha, a ponto de ser, em princípio, suficiente para atender o mercado estadual, não ocorresse a movimentação natural do comércio de um estado para outro no território nacional.

A cerâmica vermelha maranhense é produzida por centenas de indústrias de todos os portes, desde a simples olaria, que se encontra praticamente em todos os municípios do estado, até a indústria mais evoluída, detentora de tecnologias de produção as mais avançada. São dezenas de milhões de peças produzidas todo mês, principalmente tijolos, telhas, blocos e lajotas, largamente demandadas pela construção civil.

Algumas dessas empresas se destacam pelo avanço tecnológico e produzem desde tijolos, telhas e blocos de vedação a elementos para laje com alto

padrão de qualidade; dispõem de laboratório próprio para controle e monitoramento de todas as etapas do processo de fabricação, assegurando o rigoroso cumprimento das normas técnicas para esse tipo de produto. As agressões ao meio ambiente próprias da atividade são minoradas por políticas ambientais objetivas que incluem a manutenção de reservas florestais, projetos de reflorestamento e, ainda, programas de aproveitamento de resíduos sólidos de madeira a serem utilizados nas queimas.



A indústria de cerâmica vermelha é um ramo forte, com tendência a crescer

A Indústria de Biocombustíveis

No Brasil, a agroindústria canavieira se concentrou na região Nordeste até a Segunda Guerra Mundial; depois, paulatinamente, difundiu-se também pelas regiões do Centro-Sul, em função de melhores condições socioeconômicas e agrícolas. Em 1974 o açúcar respondia por quase 20% da pauta de exportações do país.

Com o advento do Programa Nacional do Álcool – Proálcool, em 1975, o país passou a priorizar a produção do etanol a partir da cana-de-açúcar; açúcar e etanol passam assim a concorrer pela mesma matéria-prima, embora se destinem a mercados bem diferentes.

O etanol apresenta extensa variedade de aplicações no mercado, sendo largamente utilizado como combustível automotivo, na forma de álcool hidratado, ou misturado à gasolina, como álcool anidro. Também tem aplicações na produção de bebidas alcoólicas, perfumes e cosméticos, medicamentos, detergentes. Renovável e pouco poluente, merece destaque como importante fonte energética.

Como produtor histórico de açúcar de cana, o Maranhão tem toda potencialidade para se transformar num dos maiores pólos sucroalcooleiros do país. “O Maranhão tem o tipo de terra, a hidrologia e o clima ideais”, dizem os especialistas.

De uma área total de 33,12 milhões de hectares de terras, o estado é das unidades federativas que menos ocupam espaço territorial com atividades agrícolas – apenas 1,64 milhão de hectares, 4,94% do território. Só os estados da Amazônia de maior extensão territorial têm ocupações proporcionais menores que a do Maranhão.

Por outro lado, 58,53% do território maranhense constituem áreas com restrição de uso no Maranhão. São 19,43 milhões de hectares de unidades de proteção, entre parques estaduais e nacionais, reservas biológicas e extrativistas, terras indígenas e áreas de reserva legal, realidade que faz do estado um dos campeões nacionais em áreas de preservação ambiental, com nada menos que 12 milhões de hectares de terras disponíveis para investimentos rurais, a se re-



Deurado



Deurado

Indústria de álcool combustível no sul do Maranhão contribui para a auto-suficiência do estado e exporta para estados vizinhos

alixarem sem agressão ao meio ambiente e sem comprometer a atual estrutura de produção de alimentos básicos.

De acordo com os estudos do potencial de produção de etanol no Maranhão, pode-se produzir ao menos 45 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra e 2 bilhões de litros de álcool – 13% da produção nacional – o que faz do estado a nova alternativa nacional para investimentos no setor. E o governo do Maranhão tem um programa de etanol que está empenhado em executar, por meio de incentivos e toda espécie de apoio legal possível.

Além disso, vale ter em conta que o estado dispõe de boa infra-estrutura e de um bom sistema intermodal que viabiliza o transporte do etanol das unidades produtoras às unidades de distribuição e ao Porto do Itaqui com custos mais reduzidos, compatíveis com os de outras regiões tradicionalmente produtoras de açúcar e álcool.

Embora o Maranhão receba álcool de outros estados exportadores do Nordeste, como Alagoas e Pernambuco, a quantidade de álcool produzida no estado é maior do que as vendas; ao tempo em que abastece a maior parte do mercado interno desse combustível, atende os estados do Ceará, Piauí, Tocantins e Pará. Essa condição de estado exportador iniciou-se a partir da safra 2001/2002.

Nesse contexto, porque pode aumentar a disponibilidade do produto para a região Norte-Nordeste, a expansão da produção do etanol maranhense é estratégica para o suprimento de álcool desses estados, reduzindo e até mesmo eliminando a necessidade de adquirir o produto oriundo do Centro-Sul.

Há ainda que se considerar o aumento da demanda do mercado brasileiro ao nível de 8,9% a.a. até 2010, segundo a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e Álcool (CARVALHO, 2005) – aumento médio de 1,5 milhão de m³ por ano – em consequência do aumento das exportações e do crescimento da indústria do biodiesel, em que o álcool etílico é utilizado numa proporção de 10% a 12% do volume produzido. Uma considerável demanda deverá originar-se no mercado interno, diante dos projetos de biodiesel que se difundem por todo o país.

Por fim, são grandes perspectivas do mercado externo, que se desperta cada vez mais para o uso do álcool carburante como medida de política ambiental e como estratégia para enfrentar crises de oferta do combustível fóssil.

O Maranhão, como foi visto, tem assim toda a condição de contribuir fortemente para o programa nacional do biocombustível – uma alternativa econômica, social e ambiental abraçada pelo país, que é pioneiro na produção e no desenvolvimento tecnológico nessa área.

Há oito bases de distribuição de combustíveis no Maranhão: sete localizadas em São Luís e uma em Açailândia. O transporte do álcool das destilarias até essas bases é feito por via rodoviária, a cargo de transportadoras terceirizadas, que se utilizam das rodovias BR 230 e 222 e da Belém-Brasília, principalmente. Açailândia atende a região sul do Maranhão e os estados de Tocantins e Pará; São Luís atende o restante do estado e os estados do Piauí e Pará.

Além das bases de distribuição, existe em São Luís um terminal marítimo com capacidade de armazenamento para 1,7 milhão de litros de álcool anidro e 2,2 milhões de litros de álcool hidratado, oriundos tanto do próprio Maranhão como dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Pernambuco e Alagoas. Esse terminal atende os estados do Maranhão, Piauí e Pará.

Três unidades produtoras do estado realizaram efetivamente a safra 2005/2006: a Maity Bioenergia, localizada no município de Campestre do Maranhão e que produz açúcar e álcool; a TG Agroindustrial, do município de Aldeias Altas, produzindo igualmente álcool e açúcar; e a Agropecuária e Industrial Serra Grande Ltda. (Agroserra), situada no município de São Raimundo das Mangabeiras, que produz comercialmente álcool anidro e hidratado.

A TG Agroindustrial, que está colhendo 2,5 mil hectares de cana-de-açúcar, prevendo uma produção de 25 milhões de litros de etanol no ano (2007), está plantando mais 2,5 mil hectares e planeja plantar mais 4 mil no próximo ano. No ano de 2007 realizou ainda, pelo Porto do Itaqui, e como experiência, a primeira exportação do produto para os Estados Unidos.

A Agro Pecuária e Industrial Serra Grande Ltda. (AGROSERRA) ocupa uma área total de 78.888 hectares, dos quais utilizou, em 2007, 23.817ha com cana-de-açúcar; 3.671, com soja; 51.400 hectares são reserva legal e área de preservação permanente.

Nas cinco safras anteriores, a área plantada da cana-de-açúcar cresceu de 13.867ha, em 2002 (2.725ha de área de plantio e 11.142ha de área de corte),

para 21.329ha, em 2006 (4.104ha de área de plantio e 19.713ha de área de corte). A partir de 2003, a empresa vem utilizando a irrigação no cultivo da cana, quando necessária, e a área irrigada se expandiu proporcionalmente, saindo de 7.264ha, em 2003, para 10.000ha, em 2007. A produção de cana também tem crescido ao longo dos últimos anos, passando de 602.125 toneladas, em 2002, para 1.001.278 toneladas, em 2006, com previsão de 1.200.000 toneladas neste ano de 2007.

Localizadas próximas à Estrada de Ferro Carajás e da Ferrovia Norte-Sul, duas dessas empresas – a Agroserra e a Maity – podem utilizar-se do sistema multimodal de transporte e conectar-se a baixo custo com o Porto do Itaqui; a outra, a TG Agroindustrial encontra-se junto aos trilhos da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e dela já se utiliza para transportar o seu produto ao mesmo destino. Outro fator relevante, como a disponibilidade de água, não apresenta restrições maiores no estado como um todo, menos ainda na região considerada e com os sistemas de reciclagem instalados em cada unidade.

As unidades instaladas se utilizam de energia em sistema de co-geração: a energia térmica e elétrica geradas de forma simultânea e seqüenciada a partir do mesmo combustível – o bagaço de cana. Neste caso, o excedente gerado permite que a energia elétrica alimente projetos de irrigação, indispensáveis para viabilizar a produção em algumas fases do cultivo.

Essa possibilidade pode levar à redução de custos, aumentando a atratividade do negócio e contribuindo para sua sustentabilidade na região. Além disso, a geração de energia excedente pode ser uma opção para projetos de unidades situadas em regiões sem alternativa de comercialização para a sobra do bagaço, permitindo ainda aumentar a eficiência energética e a competitividade na produção de álcool.

Também a possibilidade de ofertar a eletricidade excedente deve ser analisada tendo-se em conta os custos associados nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Assim, pode-se dizer que a bioeletricidade é o terceiro produto do setor, apresentando-se como uma oportunidade a ser considerada pelos investidores.

A descrição sintética dessas unidades produtoras ilustra bem a viabilidade dessa agroindústria no Maranhão e o nível de eficiência a que pode chegar o

Fonte do Ribeirão, no Centro Histórico de São Luís, é destaque pela beleza, por suas lendas e mistérios



Edgar Rocha

processo produtivo do etanol nesse estado. Presta-se, também, para destacar a responsabilidade social desses empreendimentos no tocante à gestão de recursos humanos e à preservação do meio ambiente como, ainda, à utilização econômica dos resíduos.

DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL

Além dos setores ditos dinâmicos, assim chamados porque decorrentes das transformações econômicas verificadas nas últimas décadas, algumas áreas mais tradicionais merecem especial consideração por ampliarem o leque de opções para o investimento. Esse entendimento levou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão a voltar-se para essas áreas que têm em conta principalmente a diversidade de atributos naturais e culturais do Maranhão bem como atividades econômicas hoje simples e tradicionais mas de potencial extraordinário e condições ímpares de aproveitamento.

Juntam-se, assim, neste capítulo, o turismo cultural e paisagístico, a pesca, a pequena indústria de confecções e a cachaça artesanal.

Turismo

A diversidade de atributos naturais e culturais de singular valor dá ao Maranhão condições ímpares para o aproveitamento turístico sustentável de modo a tornar o turismo uma atividade econômica relevante para o seu desenvolvimento. De fato, o turismo maranhense já é uma realidade, embora ainda tímida diante da enorme potencialidade de um estado que, além de recursos naturais notáveis, possui singular riqueza cultural, ecossistemas de sertão, de cerrado e de pré-Amazônia e uma localização privilegiada, por se encontrar entre as duas regiões brasileiras mais promissoras no cenário turístico mundial, a Nordeste e a Amazônica.

O Maranhão tem uma extraordinária diversidade de atrativos turísticos. Localizado numa zona de transição, o estado possui praias, florestas, cachoeiras, cerrados, manguezais e rios. Tem ainda o Delta do Parnaíba, o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, o paraíso ecológico dos Lençóis Maranhenses, a Floresta dos Guarás, a Chapada das Mesas e muito mais, além dos centros históricos de Alcântara e São Luís, este reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Entre muitos outros atrativos para o turismo, destaca-se a rica cultura popular do estado, com seus encantos e ritmos, seu maravilhoso artesanato, sua culinária e suas misteriosas lendas.

Com políticas de incentivo, o fluxo do turismo maranhense tem aumentado, e o estado é, atualmente, um dos roteiros mais visitados do Brasil.

Quem não conhece a culinária de cultura africana e indígena em sua mistura com a gastronomia portuguesa não tem idéia do que seja um arroz de cuxá ou uma torta de camarão. Peixes, camarões, frutos do mar encontram modos e sabores para serem servidos, fritos ou cozidos, ensopados à moda portuguesa ou mesmo cozidos com quiabo, jerimum, cará, inhame e tantos acompanhamentos saborosos e típicos da terra maranhense, sem esquecer a deliciosa carne do sol, iguaria irretocável pertencente às tradições da cozinha do Nordeste e do Norte. Para acompanhar, são servidos sucos de frutas tropicais e, como aperitivo, a cachaça da terra, a tiquira – aguardente de mandioca –, ou a catuaba, cujos efeitos energéticos são conhecidos, quando degustados sem exagero.

As festas de São Luís são tradicionais e fazem parte da cultura e das lendas e mitos que ornamentam a vida do maranhense.

A cultura adquire formas especiais no talento das manifestações populares, representadas pela coreografia exuberante e que são atrações durante todo o ano. As principais são o Tambor-de-Crioula e o Bumba-meu-boi.

As festas juninas têm de característico o Bumba-Meu-Boi, o personagem principal. Trata-se de uma ópera popular. Conta a história de um rico fazendeiro – nas horas vagas era até um vistoso dançarino – que possuía um belo novilho. Um dia, um empregado seu conhecido como Pai Chico rouba o boi a pedido de sua mulher, Catirina, que, grávida, desejava ardentemente comer algo “especial” – nada menos que simplesmente a língua do boi do fazendeiro! Desaparecido o animal, vaqueiros da fazenda e índios recebem ordens para encontrá-lo a qualquer custo. Depois de muita procura, o encontram doente e feio. O fazendeiro, muito triste, pede ao Pajé para, com a sua sabedoria esotérica, curar o novilho dos seus males. Depois de muitas rezas, ele finalmente fica recuperado, e o Pai Chico, finalmente descoberto como responsável, é perdoado, e uma grande festa comemora o feito.





Edger Rooha



O Bumba-meu-boi, em todo o estado, e Festa do Divino, em Alcântara (MA): o folclore como importante atração turística



Edgar Rocha



Edgar Rocha



Edgar Rocha

No Dia de São Marçal, 30 de junho, encerram-se as apresentações juninas, no Bairro do João Paulo, com um evento especial denominado “O Encontro dos Bois de Matracas”. Os ‘brincantes’ são atores autênticos que interpretam os seus personagens em meio a toadas e sons produzidos por diferentes instrumentos musicais que determinam o sotaque no qual o grupo folclórico se enquadra: Boi de Matraca, quando o instrumento predominante (às vezes, único) for a matraca – dois pedaços de madeira batidos no ritmo característico do Bumba-meu-boi; Boi de Orquestra, quando são utilizados instrumentos de sopro; Boi de Zabumba, se zabumbas, e Boi de Pandeirão, se pandeirões.

A festa da morte do Boi ocorre depois dos festejos juninos, com churrasco regado a cachaça. Cada município em geral tem o seu Boi, com o sotaque escolhido pelos organizadores. Na capital, alguns bairros mais tradicionais têm os seus.

O Maranhão é de fato um estado com características e peculiaridades muito especiais, muitas vezes surpreendentes. A variação das marés pode chegar a até sete metros; a água do mar que invade as cabeceiras dos rios, fazendo-os correr em sentido contrário, constitui uma característica peculiar da Amazônia. No Pindaré-Mearim esse fenômeno é causa de pororoca e atrai esportistas do Brasil inteiro para surfar as ondas rio acima numa festa que se firma a cada ano.

No litoral noroeste do estado, vastos areais formam os Lençóis Maranhenses. São 155 mil hectares de areais pontilhados de lagos cristalinos – formados por águas de chuvas e de lençóis subterrâneos –, e de dunas que alcançam a até 40 metros.

São Luís, a capital do estado, abriga construções dos séculos XVIII e XIX destacadas pela beleza dos azulejos portugueses e arquitetura colonial; um acervo de cerca de 450 fachadas, igrejas e palácios levou a UNESCO a declará-la Patrimônio da Humanidade, em 1997.

Distante uma hora de barco de São Luís, Alcântara é outra visão inesquecível tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional como Cidade Monumento, com suas calçadas de pedra e construções que retratam o passado, como o pelourinho, a antiga cadeia e a igreja da matriz.

Essa realidade, ao tempo em que leva o governo do estado a trabalhar na construção de uma política pública que considere o potencial turístico, fortaleça

o mercado interno e esteja comprometida com o desenvolvimento, abre espaço à iniciativa privada para explorar, no que lhe compete, esse potencial.

Não há dúvida de que são muitos os pontos fortes para uma estratégia de investimentos no setor. Além do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, do Parque Estadual Marinho do Parcel Manoel Luís e Praia dos Lençóis, com seu potencial para o ecoturismo, de São Luís, Patrimônio Cultural da Humanidade, e de Alcântara, Cidade Monumento Patrimônio Nacional, existem sítios arqueológicos, paisagens especiais, potencial náutico, diversidade cultural e verdadeiros paraísos naturais espalhados pelos pólos turísticos já constituídos no litoral e no interior que estão abertos à exploração econômica, de acordo com as características próprias da atividade.

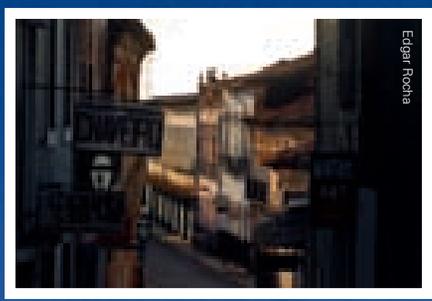
Ecoturismo, náutica, aventura, turismo cultural, gastronomia, meios de hospedagem, centros de convenção, alimentação, entretenimento e lazer, artesanato, com toda a diversidade de produtos industriais exigidos pela atividade turística em geral, são indicativos da grande oportunidade que é o turismo do Maranhão.

O centro histórico de São Luís

O centro antigo, ou histórico, do município de São Luís situa-se a oeste da ilha, área litorânea, entre os rios Anil e Bacanga, e compreende o núcleo primitivo da cidade, do primeiro quartel do século XVII (1612), e o seu entorno – espaço urbano expandido nos séculos XVIII, XIX e início do século XX.

Habitada por uma população de cerca de 40 mil habitantes, a área central de São Luís apresenta um total de 5.607 imóveis preservados por legislação federal, estadual e municipal. Esse acervo arquitetônico é constituído, em sua grande maioria, por prédios de função habitacional e comercial, representativos de um dos principais períodos econômicos do estado no século XIX.

Parte desse espaço, cerca de 1.200 imóveis, é que foi incluída pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial. Dois elementos justificaram essa inclusão: o desenho urbano ainda original e o conjunto de arquitetura civil influenciado pelo projeto pombalino da reconstrução de Lisboa.



Edgar Rocha



Edgar Rocha

Igreja dos Remédios e edificações tombadas: religiosidade e economia são marcas históricas de São Luís



Entre os conjuntos urbanos reconhecidos pela UNESCO, São Luís é o único cuja inscrição na Lista do Patrimônio Mundial está baseada em três critérios diferentes citados na Convenção do Patrimônio Mundial, que são: “I – Testemunho excepcional de tradição cultural; II – Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra um momento significativo da história da humanidade; e III – Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época”.

O relatório do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS) conclui que São Luís “é o maior conjunto colonial urbano e arquitetural de tradição portuguesa na América Latina e, inquestionavelmente, um dos bem-sucedidos exemplos do modo de viver no Brasil dos séculos 18 e 19” (UNESCO, 1998). O perímetro reconhecido pela UNESCO é maior que a área de tombamento federal e está incluído na área sob tutela dos governos estadual e municipal.

Roteiro turístico Lençóis-Delta-Jeri

O roteiro turístico integrado Lençóis-Delta-Jeri reúne três estados e 12 municípios e vai interligar as cidades cearenses de Chaval, Barroquinha, Camocim e Jijoca de Jeriquaquara; as cidades piauienses de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, e as cidades maranhenses de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araióses. O foco é o turismo voltado para a natureza.

Estudos técnicos demonstram as potencialidades de desenvolvimento econômico e social de uma extensa área do litoral e adjacências nas fronteiras dos três estados. Nessa rota, espalhados pelos doze municípios, o turista encontra belezas naturais, aventura, aptidão para esportes náuticos e ecoturismo, ambiente de sol e mar, cultura, folclore e arte popular singulares proporcionando aos visitantes conhecer o maior delta das Américas em mar aberto, nadar em lagoas cristalinas, visitar berçário de cavalos marinhos, contemplar o encontro do rio Parnaíba com o Oceano Atlântico, além das belezas naturais das dunas de Jeriquaquara e os encantos dos Lençóis Maranhenses.



No entanto, a região ainda não obteve o aproveitamento pleno da sua capacidade de gerar dinamismo econômico e social. O que se pretende é unificar os esforços em prol da integração de modo a produzir reflexos positivos na qualidade de vida da população.

Trata-se assim de um objetivo que abre amplas perspectivas para o investimento no setor, compatíveis com a realidade da região que ainda não dispõe de infra-estruturas adequadas à exploração sustentada das riquezas naturais, especialmente no espaço do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.



Lençóis Maranhenses: deserto e oásis, natureza deslumbrante preservada

Pesca – Alternativa Industrial em Aberto

O Maranhão é a segunda maior costa litorânea brasileira, depois da Bahia, e mantém a pesca como atividade importante na economia. Com cerca de 80 toneladas anuais, o estado responde pelo maior volume de pesca artesanal do país, em que se destacam também o camarão, o caranguejo e o sururu (mexilhão) – todos com importante presença na culinária regional.

Todos os municípios costeiros praticam a pesca, tendo como produto, na costa e reentrâncias, a pescada, o bagre, o peixe-serra, a corvina e a tainha; em alto mar, a cavala, o pargo, a garoupa, a cioba, capturados principalmente nas proximidades de bancos de recifes. A pesca é mais significativa nos municípios de Carutapera, Luis Domingues, Godofredo Viana, Cândido Mendes, Turiaçu, Bacuri, Cururupu, Cedral, Guimarães, Alcântara, São Luis, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Axixá, Morros, Icatu, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Barreirinhas e Tutóia.

Algumas pesquisas indicam uma alta densidade de biomassa na plataforma continental maranhense com estimativas do rendimento máximo sustentável que excedem as capturas atuais.

Importante também é a pesca continental: os numerosos rios têm alta piscosidade, assim como igarapés e lagos, todos com a atividade pesqueira muito ativa. A pesca fluvial assume o papel de uma atividade a mais para a complementação alimentar e aumento da renda familiar da população ribeirinha. Com o uso de instrumentos artesanais, a população ribeirinha captura várias espécies, que consome e que vende, complementando a renda familiar. Branquinha, curimatá, piaú, surubim, pescada, mandi, cascudo, traíra e mandubé são as espécies mais encontradas.

Entre os rios destacam-se o Pindaré, o Mearim, o Itapecuru, o Grajaú e o Munim como principais fontes produtoras. A pesca nos lagos é também de grande importância, sendo o Lago-Açu o principal produtor do estado.

Os moluscos – representados por sururu, ostras, sarnambi entre outros, são abundantes nas faixas litorâneas e estuarinas; muito apreciados e de alto valor nutritivo, destinam-se ao consumo ou comercialização e constituem essencial fonte alternativa de subsistência às populações carentes; ocorrem principalmen-

te nas baías de Sarnambi, Tubarão, Caçacueira, Lençóis, São José, Tutóia e estuários dos rios Cururuca, Mosquitos e Coqueiros.

O camarão ocorre em áreas de reentrâncias, baías, golfos e igarapés, e os municípios de Guimarães, Cururupu, Bacuri, Tutóia, Paço do Lumiar e São José de Ribamar são os principais produtores. Já o caranguejo é encontrado nos grandes manguezais da ilha de São Luís e do município de Araisos, principalmente.

No Maranhão, pelo menos um milhão de pessoas vivem da pesca. Desse total, aproximadamente 300 mil são pescadores artesanais, representando a maior população de pescadores do Brasil. Consciente dessa realidade, o governo do estado realizou o Zoneamento Costeiro e promove o Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável para Pesca e Aqüicultura (Lei da Pesca e Aqüicultura) – que contempla políticas públicas voltadas para as famílias dos pescadores artesanais – e execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para os pescadores artesanais, o PRONAF/Pesca.

A ênfase principal da política estadual de pesca e aqüicultura é o incremento da produção do pescado e camarão, visando ao abastecimento do mercado interno e também à exportação, aproveitando o potencial pesqueiro do estado.

A Superintendência da Pesca e Aqüicultura (SUPAQ) incentiva a busca de apoio do PRONAF por via de financiamentos à pesca artesanal. No ano de 2005 foram liberados cerca de quinhentos projetos para as colônias de pescadores de São Luís, Anajatuba, Icatu, Cururupu e Paço do Lumiar, e doze projetos do tipo D (empréstimos de até R\$ 25 mil) para a colônia da Raposa.

Em 2004 foram liberados R\$ 1.213 mil em financiamentos do PRONAF-B Pesca (contrato com empréstimo de até mil Reais). Foram atendidas, diretamente, 1.213 famílias de pescadores maranhenses e, indiretamente, 4.852 pessoas. Acessaram a linha de crédito do PRONAF-B Pesca pescadores de São Luís, São Bento, Raposa, Icatu, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Humberto de Campos, Cururupu, Carutapera, Alcântara, São José de Ribamar e Anajatuba.

Para ter acesso ao PRONAF, o pescador deve estar associado a uma colônia de pescadores; no Maranhão existem cerca de setenta colônias delas. As colônias enviam o cadastro dos pescadores interessados à Superintendência Estadu-



A pesca artesanal predomina nas comunidades litorâneas e no interior do estado

al da Pesca e Aqüicultura, que prepara os projetos e os encaminha para liberação dos recursos pelos bancos oficiais.

Os recursos do PRONAF para pescadores são financiados pelo Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Obtido o empréstimo, o pescador tem um ano para começar o pagamento, que é feito em doze parcelas com um rebate de 25% do valor e juros de 1% ao ano para aqueles que estão com o pagamento em dia.

A pesca é realizada em todo o litoral do estado, destacando-se algumas áreas especiais, como as reentrâncias maranhenses, no litoral ocidental. Os ambientes estendem-se desde o alto mar até aos estuários, e a pesca se realiza sempre com características bastante artesanais, sendo as pescarias realizadas principalmente por embarcações a vela e remo, existindo um número reduzido de embarcações que utilizam motores – estes, em sua maioria, de baixa potência, entre 7 e 20Hp. Existe somente uma pequena frota “semi-industrial” composta de barcos pargueiros e lagosteiros.

Os equipamentos usados consistem em redes de emalhar e de deriva, espinhéis, currais (armadilhas fixas do tipo paliçada), zangarias, puçás e outros, variando conforme o ambiente de pesca. A grande variedade de equipamentos utilizados pelos pescadores artesanais, embora simples, é apropriada e bem adaptada às condições locais.

Apesar de a pesca representar 8% do produto interno bruto do Brasil, movimentando milhões de reais todos os anos e gerando cerca de 1 milhão de empregos diretos e mais 2 milhões de indiretos, há apenas onze cursos de graduação em Engenharia de Pesca em todo o país. Entre eles encontra-se agora o da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que teve sua aula inaugural em agosto de 2006, no auditório do Palácio dos Leões.

Entre as prioridades desse curso encontram-se três grandes áreas consideradas essenciais para a atividade pesqueira maranhense: a Aqüicultura e Ecologia Aquática, Pesca e Extensão Pesqueira e Tecnologia de Pescado. O curso objetiva a qualificação de profissionais na captura e conservação do pescado, como ainda na criação, manejo, nutrição, alimentação, reprodução e melhoramento de animais aquáticos.

É o Maranhão, mais uma vez, preparando-se para superar a notória e grande ausência verificada no setor: a indústria pesqueira. Aliás, esta é a finalidade da presença da pesca neste trabalho: descortinar o grande potencial existente no estado para uma sólida e expressiva atividade industrial pesqueira. O produto da pesca maranhense, em grande parte, é industrializado fora do estado, com adicionais de custos excessivos e evitáveis.

A Pequena Indústria de Confeções

O segmento de confeções notabilizou-se ao longo dos anos pela predominância de comerciantes informais, que adquiriam seus produtos em outros centros produtores para revenda pontuais, porta a porta.

Hoje existem numerosas unidades, pequenas e ativas, dedicadas à produção de roupas, concentrando-se principalmente em São Luís, Imperatriz e várias outras cidades do interior do estado. Algumas se organizam empresarialmente e aos poucos se firmam no mercado; outras, prosseguem ativas e se multiplicam em pequenas unidades industriais, muitas delas na informalidade. Somente em São Luis, em levantamento realizado pelo SEBRAE, foram catalogadas mais de 600 unidades produtivas do setor.

São microempresas que empregam, cada uma, em torno de seis pessoas e fabricam itens de vestuário em malha destinados principalmente a fardamentos profissionais e uniformes escolares, mas atuam nos diversos segmentos da moda.

Metade das empresas produz até 1.500 peças por mês, a maioria destas no setor informal (57,0%); em número bem menor, as unidades que produzem entre 1.500 e 5.000 peças por mês, vindo depois as que produzem de 5.000 a 15.000 peças e aquelas com produção superior, todas do segmento formal.

Além de São Luís, são praças com potencial importante de vendas as de Imperatriz, Bacabal, Palmas e Fortaleza, e há muito boas perspectivas de negócios no interior do estado, de um modo geral. Os principais compradores da produção maranhense de vestuário são os lojistas.



A pequena indústria da confecção: numerosa, ocupa milhares de pessoas, mas o mercado comporta muito mais

A Cachaça Artesanal

Desde os primórdios da colonização que a aguardente de cana, assim como a aguardente de mandioca – a tiquira, são produzidas no Maranhão. Como visto na história da atividade açucareira maranhense, a aguardente sempre se constituiu na saída econômica dos engenhos quando os preços do açúcar não atendiam aos interesses dos produtores, pois a aguardente sempre apresentou resultados mais atrativos, especialmente quando a pressão pelo açúcar era proibitiva à sua fabricação.

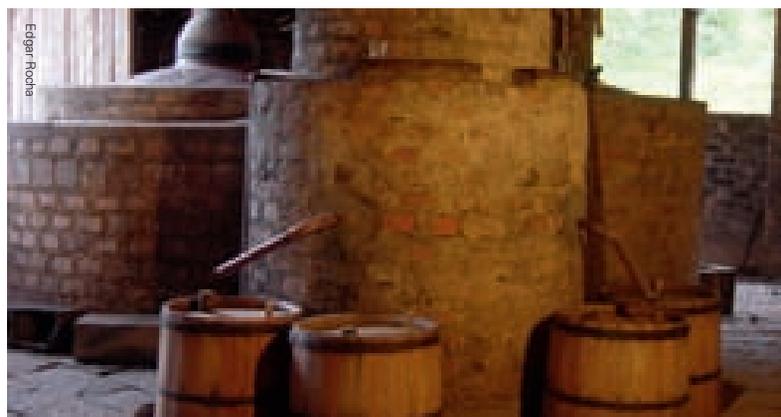
De fato, a bebida oriunda da destilação da cana jamais deixou de ser produzida no estado, embora venha perdendo importância desde um longo tempo e hoje se restrinja a uma produção artesanal, primitiva, de baixíssimo nível tecnológico, tanto que o produto não preenche as condições para ser denominado cachaça, de acordo com os requisitos industriais exigidos pelo Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça (PBDAC).

No entanto, se a produção maranhense perde em qualidade, não é nada desprezível em quantidade, fato que incentiva o governo do estado a fomentar arranjos produtivos nas principais regiões produtoras. A Federação das Indústrias, por sua vez, mobiliza-se diante do potencial dessa atividade produtiva e, juntamente com outras instituições, promove ações visando a qualificar o produto até níveis que permitam ser ele aceito no mercado nacional e no exterior.

Trata-se de um trabalho que tem por objetivo certificar a cachaça artesanal e que prevê estudos e até mesmo a constituição de cooperativas e de um pólo industrial que assegurem aos produtores maranhenses uma fatia do mercado de cachaça artesanal.

A principal região produtora de aguardente de cana no Maranhão é a do Médio Sertão Maranhense, onde se concentram cerca de 300 alambiques artesanais, responsáveis por uma produção de seis milhões de litros por safra. Esse volume é economicamente inexpressivo, considerando-se o baixo preço que os produtores são obrigados a praticar, preços às vezes inferiores a R\$ 1,00 por litro, que poderiam ser multiplicados muitas vezes, de acordo com a melhor qualidade do produto.

São dados que, ao tempo em que descrevem uma realidade negativa, demonstram um grande potencial que pode se tornar realidade, tendo-se em conta os incentivos de governo, o apoio das entidades de classe empresariais e o investimento relativamente baixo que a atividade requer.



A aguardente de mandioca (tiquira) e a cachaça, produzidas de forma artesanal: objeto de programas de melhoria de qualidade visando à certificação

O PEQUENO EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL

As indústrias maranhenses, em sua imensa maioria, são micro e pequenas empresas e se concentram, majoritariamente, no município de São Luís, capital do estado (47,0%), seguido de Imperatriz (12%), Balsas, Açailândia, Bacabal, Timon, Caxias, Codó e Santa Inês, que são também as maiores concentrações urbanas do estado.

Dado interessante a observar, no caso da indústria, é que apesar do pequeno número, os grandes empreendimentos empregam um contingente de trabalhadores apenas menor que o empregado pelas pequenas empresas, 31% e 33%, respectivamente; vêm depois as médias empresas, com 28,0%; e os microempreendimentos empregam 8%, o que significa serem empreendimentos familiares que, embora numerosos, individualmente empregam pouco.

Os dados, no entanto, demonstram a importância dos micro e pequenos empreendimentos industriais, tanto pelo elevado número de unidades, mais de 95%, como pelo número de empregos que geram, mais de 41%, e ainda pelo fato de serem os empreendimentos mais típicos do interior do estado, onde diversificam e difundem a atividade industrial.

Com uma população superior a 6 milhões de habitantes, o Maranhão é dividido em 217 municípios, dos quais o mais populoso é o da capital, São Luís, mas cuja população representa pouco mais que 16% do total do estado, que tem a menor taxa de urbanização do país, apenas 60%, contra os 81% da média nacional.

O estado vem apresentando crescimento sustentado no seu índice de desenvolvimento humano com a contribuição mais expressiva do fator educação, em que se observa a diminuição continuada de fatores negativos, como a taxa de analfabetismo e a evasão escolar, e o crescimento da média de anos de estudos do trabalhador.

Nesse contexto há um dado relevante para a atividade econômica como um todo. Da população economicamente ativa, 92% estão trabalhando e apenas 8% se encontram desempregados, média esta bem inferior à nacional, de 11%, e da nordestina, 10% (Pnad/IBGE de 2002). Ao lado disso, apenas 14,5% dos trabalhadores ocupados são empregados com carteira de trabalho assinada, média bem inferior à brasileira, que alcança 36%. O fato dá ao Maranhão um dos menores índices de formalização da atividade produtiva entre os estados brasileiros.

Em resumo, descontada a parcela de 8,1% dos funcionários públicos, mais de $\frac{3}{4}$ da população ocupada no Maranhão está no setor informal. Os empregados sem carteira de trabalho assinada representam 30% dos trabalhadores ocupados, parcela similar à de trabalhadores por conta própria.

Os empregadores formam um grupo de 5% dos ocupados, enquanto que os trabalhadores não-remunerados, ou de subsistência, somam quase 13% da população ocupada. Dos empregadores, a metade (50%) possui até cinco empregados e 36% são donos de negócios com seis a dez empregados.

Os trabalhadores por conta própria e os donos de pequenos negócios de até cinco empregados somam número superior a 260 mil pessoas, ou, em termos percentuais, representam mais de 32% da população ocupada. Esses dados são relevantes porque evidenciam o alto índice de empreendedorismo representado pela pequena empresa do Maranhão, certamente um dos maiores do Brasil (Pnad, 2002). O setor que concentra o maior número de microempreendedores é o de comércio e reparação, que representa 33% dos trabalhadores por conta própria.



A pequena metalurgia, um dos ramos mais difundidos no território estadual

Consultados, os microempreendedores do estado mostram-se de um modo geral bastante otimistas: 50% deles têm planos de aumentar o seu negócio, enquanto 20% querem permanecer onde estão. O plano de mudar de atividade é interesse manifestado por somente 8% dos empreendedores; já o percentual que deseja abandonar a atividade e procurar emprego é de 10%, sendo menor entre empregadores.

Esses são dados levantados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) em 2002, que reforçam a estratégia adotada pela FIEMA, em seu programa de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial, ao promover ações de apoio ao pequeno empreendimento industrial, especialmente no interior do estado. Já que o maranhense demonstra ser empreendedor, já que existe um grande mercado para o pequeno consumo não atendido pela indústria local, cabe um programa de substituição de importações sustentado na pequena empresa industrial, sendo necessário, para isso, prover o pequeno empresário de informações que o habilitem a empreender com competência e sucesso.



Arquivo FEEMA



Arquivo FEEMA



Arquivo FEEMA



Aliton Berrin



Aliton Berrin

Metalurgia, alimentos, higiene e limpeza e artefatos de cimento são alguns dos muitos ramos em que se expressam os micro e pequenos empreendimentos industriais

Assim, a primeira incursão da FIEMA nessa área consistiu em proporcionar cursos, principalmente a pequenos empresários do interior maranhense, envolvendo gestão dos negócios e empreendedorismo, especialmente entre jovens; e, em apoio às empresas já em atividade, a preparação de mão-de-obra.

Um programa de capacitação empresarial com cinco módulos – Planejamento Estratégico, Marketing, Gestão Econômica e Financeira, Gestão da Qualidade e Gestão de Pessoas – e o Programa de Novos Empreendedores, ministrado a mais de mil alunos em doze municípios foram as ações direcionadas especificamente a apoiar o pequeno empreendimento.

Com ações do Programa Educação Profissional e Tecnologia, que também abrangeram doze municípios, foram capacitados 1.038 trabalhadores em áreas como Informática e Eletricidade; Confecção – modelagem básica, modelagem industrial, corte e costura e costura industrial; Construção Civil – mestre-de-obras, carpintaria, pedreiro de acabamento, pintor, qualidade e produtividade no canteiro de obras, leitura e interpretação de projetos da construção civil e bombeiro hidráulico; Panificação e Confeitaria – doces e salgados e técnicas de fabricação; Processamento de Frutas e Pescado; Mecânica – mecânica, reparador de motores a diesel, mecânica de injeção eletrônica e mecânica de manutenção em máquina de costura industrial; Química – fabricação de produtos de higiene e limpeza), alimentos e bebidas; e Saúde e Segurança no Trabalho – primeiros socorros e combate a incêndio.

Do ponto de vista do apoio financeiro, as pequenas empresas contam, no Maranhão, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado do Maranhão (CEAPE-MA), fundado em 3 de março de 1989, com apoio de instituições internacionais e nacionais e de voluntários.

Trata-se de uma organização civil de interesse público (Oscip) dedicada a promover o desenvolvimento socioeconômico de pequenos empreendimentos e microempresas dirigidas por pessoas de baixa renda, com o objetivo de desenvolver e incorporar como usuário de crédito pessoas ou grupos de pessoas que não tenham acesso às fontes convencionais de crédito por não atenderem requisitos estabelecidos por instituições financeiras. São pequenos empreendedores informais interessados em desenvolver projetos produtivos a fim de

melhorar sua condição de vida, com conseqüente interferência na geração de emprego.

Nos últimos dois anos, o CEAPE-MA está presente em 45 municípios do estado, tendo atendido a mais de 100 mil clientes em sua política de massificação do crédito orientado como estratégia de combate à pobreza.

Por sua vez, o governo do estado tem a sua Agência de Desenvolvimento das Pequenas e Micro Empresas e Empreendedorismo (ADEME) com o objetivo de “propor estratégias prioritárias em favor de pequenos produtores e empreendedores, para que eles se constituam nos arquitetos potenciais de um futuro desejável para o estado”.

A ADEME atribui-se o papel principal de identificar e apresentar propostas para diminuir a desigualdade social e promover o crescimento econômico sem perder o foco no humano e atingir o desenvolvimento a partir do empreendedorismo, criando instrumentos para incentivar a formação de empreendedores e a cooperação entre governo, iniciativa privada e comunidade. Voltada para a economia solidária, a organização abrange não somente as cooperativas, mas todas as formas de organização – formais ou informais –, pois prioriza a autogestão do empreendimento e cooperação entre seus participantes, mantendo relações diferenciadas com as outras forças sociais, como o cooperativismo tradicional, os governos e outras organizações.

O movimento cooperativista tradicional, em particular, cresceu acentuadamente nos últimos anos como resultado da intensa atividade das organizações de socioeconomia solidária, que também vêm crescendo rapidamente e têm atuação destacada junto às mais diversas formas associativas – uniões e associações de moradores, cooperativas de pequenos produtores, sociedades beneficentes, clubes de mães, ações comunitárias, associações agroecológicas, associações de mulheres trabalhadoras, centros de apoio, centro de trabalho indigenista, cooperativas agrícolas, movimentos e comitês de trabalhadores, centros de educação e cultura, associações de áreas de assentamento etc.

São instrumentos com que podem contar os pequenos empreendedores na condução bem-sucedida dos seus negócios, transformando, aos poucos, a configuração econômica do estado como um todo.

NOVOS RUMOS PARA A INDÚSTRIA MARANHENSE

Este capítulo visa a apresentar um quadro sucinto das diretrizes e estratégias adotadas para nortear o desenvolvimento industrial do estado de modo a proporcionar eficiência ao investimento produtivo, em razão da adequação à realidade regional e local e às especificidades da economia estadual.

Em primeiro lugar, há uma realidade macrorregional importante, capaz de determinar características diferenciadas no empreendimento, assegurando-lhe o êxito em função da utilização apropriada do espaço, dos recursos naturais e da infra-estrutura e logística disponíveis.

Por outro lado, o território estadual apresenta diversidades ambientais muito significativas e que podem ser determinantes na decisão e na implementação de projetos, de acordo com sua localização e com os sistemas de exploração. Trata-se, portanto, de informações cuja utilização apropriada são garantia de sustentabilidade e sucesso para o empreendimento.

Por fim, aborda-se a adequação ao planejamento estratégico; linhas norteadoras do desenvolvimento industrial, que, levadas em consideração, reforçam a viabilidade econômica do investimento.

São, assim, estratégias propostas para o investimento econômico e industrial no estado a integração regional, bem representada pelo conceito do Corredor Centro-Norte de Exportação ou Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, como prefere o sistema da indústria; a sustentabilidade, expressa pela adequação ao Zoneamento ecológico-econômico do estado; e o planejamento, segundo as prioridades definidas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão.

O Corredor Centro-Norte de Exportação

A moderna indústria maranhense não mais pode ser vista isoladamente. O Maranhão está integrado a um espaço muito maior que seu próprio território, dentro do qual o estado exerce um papel exclusivo e crucial, de alto interesse para o seu próprio desenvolvimento como para o de uma grande e importante área do território brasileiro.

A exploração da província mineral de Carajás, no estado do Pará, e o desenvolvimento extraordinário do agronegócio nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil proporcionaram a construção de uma grande infra-estrutura que inclui ferrovias, rodovias e mais uma hidrovia, direcionando o fluxo da produção mineral e agropecuária da macrorregião para o complexo portuário do Itaqui, no Maranhão. A esse complexo infra-estrutural convencionou-se chamar de Corredor Centro-Norte de Exportação

Trata-se de uma parcela do território nacional, formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Goiás, sudoeste do Pará, leste do Mato Grosso, oeste da Bahia e noroeste de Minas Gerais, que, sob a influência da Ferrovia Norte-Sul e demais infra-estruturas, passam a dispor, na direção norte, de uma logística intermodal de transporte que tem na sua extremidade norte um dos mais favoráveis portos do país, o complexo portuário do Itaqui, em São Luís do Maranhão, vantagem que torna a atividade econômica regional mais competitiva, possibilitando a diversificação da pauta exportadora.

A proposta é que a infra-estrutura implantada cumpra sua finalidade não somente como um simples sistema de escoamento da produção regional, via Porto

do Itaqui, para o exterior, mas que, por toda essa área, se estabeleçam arranjos e cadeias produtivas que desencadeiem processos de exploração sustentável dos recursos naturais disponíveis, consolidando cidades como centros prestadores de serviço, promovendo o desenvolvimento.

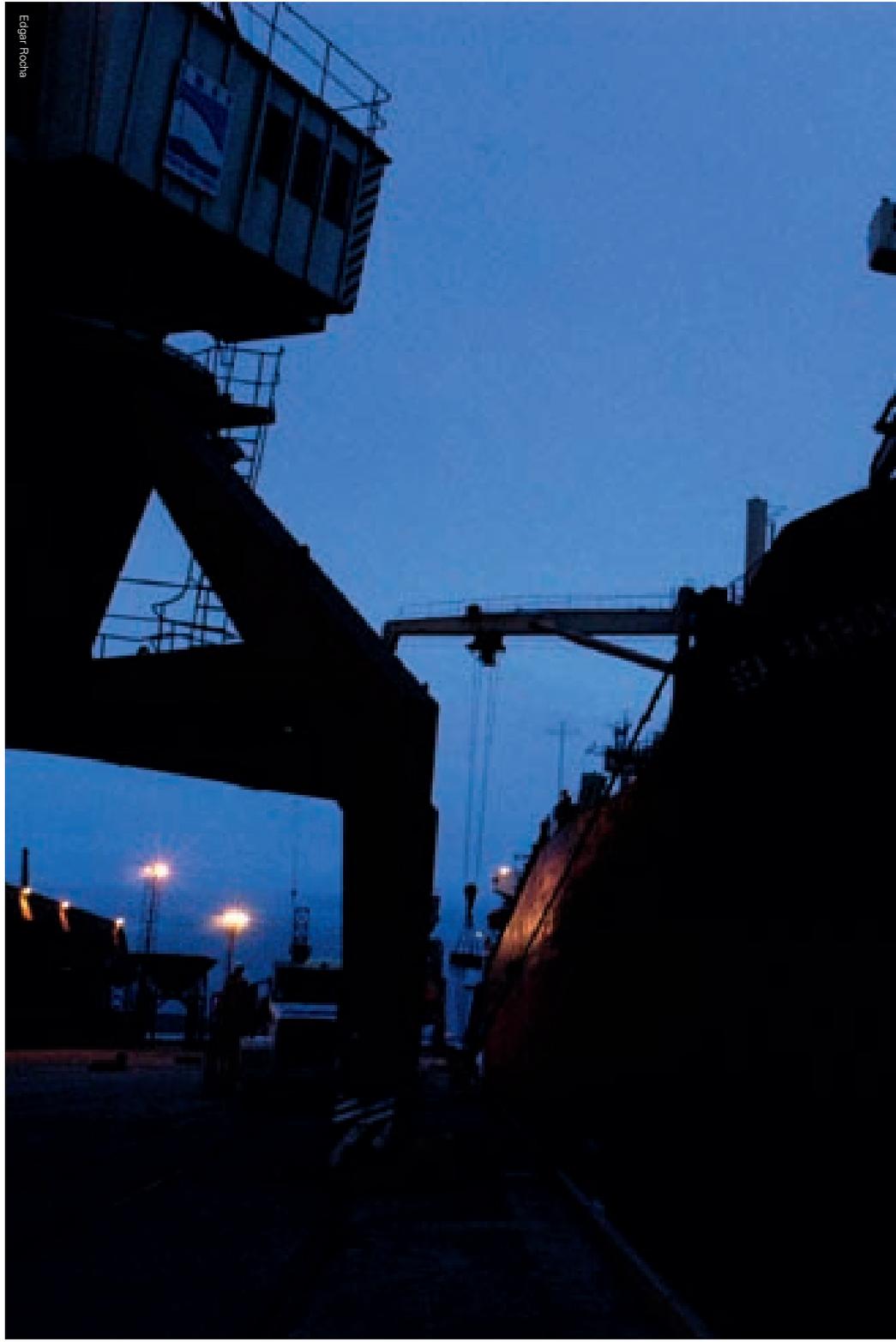
De fato, o Corredor Centro-Norte é uma realidade. A grande infra-estrutura já construída e em construção, alongando-se no sentido norte-sul, interliga o Planalto Central ao Norte e Nordeste do Brasil e abre perspectivas para o redirecionamento do fluxo das exportações das regiões abrangidas.

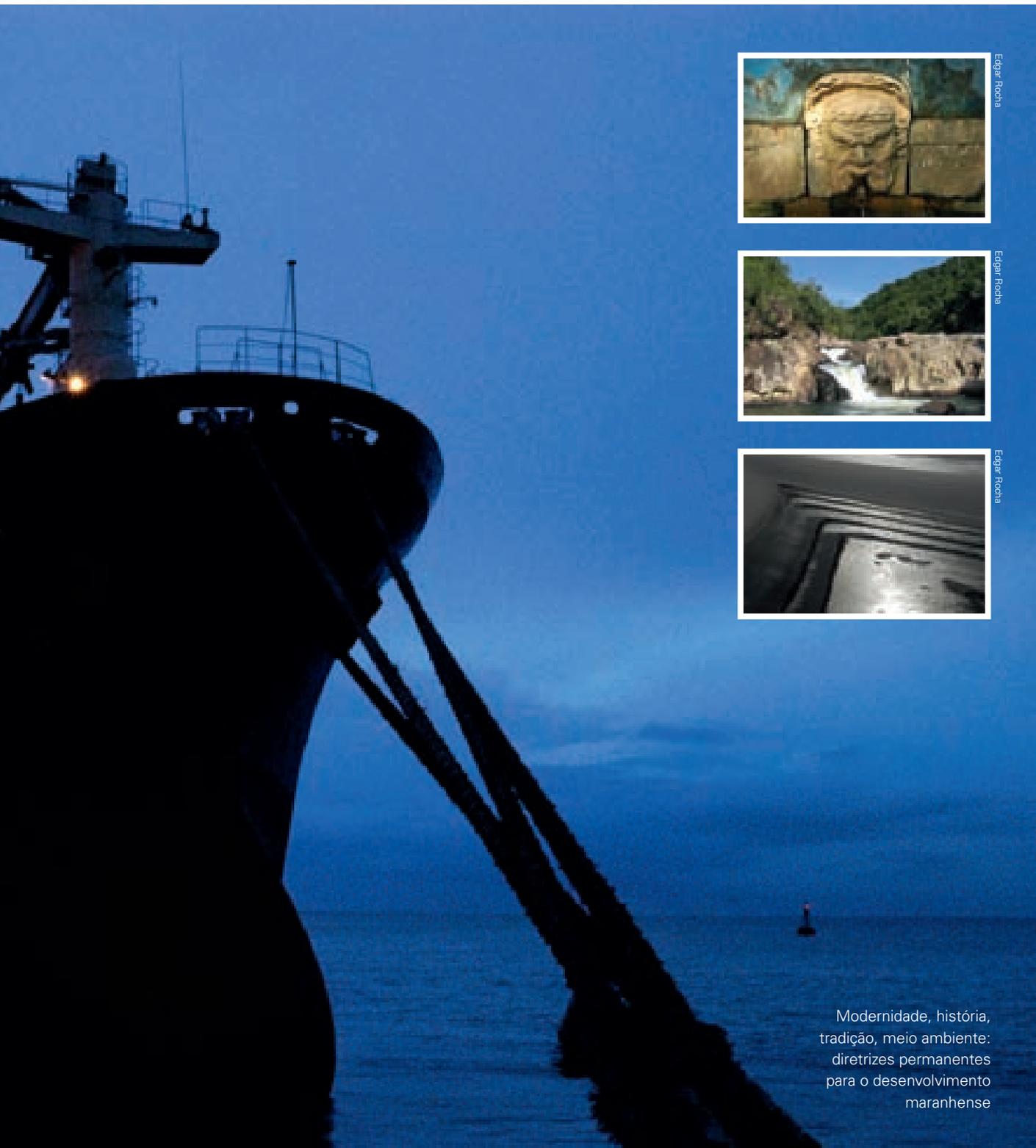
A Estrada de Ferro Carajás escoar a produção mineral da Serra dos Carajás para o Itaqui, de onde sai para países da Europa, da Ásia e da América do Norte. Pela Ferrovia Norte-Sul, cuja conclusão se acelera, avoluma-se, a cada ano, o fluxo exportador do agronegócio das regiões do Centro-Oeste, do Norte e do próprio Nordeste ocidental, onde se localiza o estado do Maranhão.

A Norte-Sul, essencial para escoamento da produção da região central do Brasil, em busca do mercado internacional pelo Porto do Itaqui, é também uma grande obra de integração do país e importante para o transporte de mercadorias, fortalecendo o mercado interno. No futuro, parte significativa da produção do Maranhão e Tocantins, do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, Goiás e Pará – açúcar, minério, soja, álcool, biodiesel, fertilizantes, além de produtos industrializados – poderá ser transportada pelo corredor em ambos os sentidos.

A infra-estrutura representada pela Ferrovia Norte-Sul, pela Estrada de Ferro Carajás e por grandes hidrovias e rodovias oferece perspectivas muito mais amplas do que a simples função exportadora. Os grandes projetos já instalados e a instalarem-se e o entendimento cada vez maior da classe política e da sociedade regional leva a que o corredor seja visto não apenas como uma saída natural do produto econômico da macrorregião, mas também como uma área dotada de dinâmica própria, de indiscutível potencial para sustentar um processo de desenvolvimento sustentado por uma atividade econômica forte e consolidada.

É o que se pretende ao conceituar esse espaço como o Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, estruturado em instituição de caráter regional, especificamente voltada para implementar políticas desenvolvimentistas, estimulando

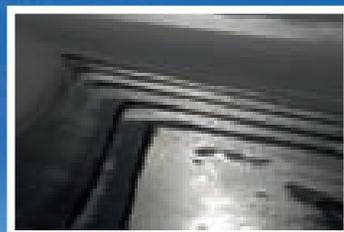




Edgar Rocha



Edgar Rocha



Edgar Rocha

Modernidade, história,
tradição, meio ambiente:
diretrizes permanentes
para o desenvolvimento
maranhense

e ordenando o investimento produtivo e garantindo a participação dos agentes empresariais nos fóruns de decisão.

Focado nos macroobjetivos regionais, nos grandes segmentos florestal, agrícola, pecuário, agroindustrial e industrial, o Corredor preconiza também a formação de uma rede de cidades, núcleos prestadores de serviços que assegurem a viabilidade e a fixação dos projetos.

A adoção de políticas comuns voltadas para o desenvolvimento do agronegócio, que é a grande vocação regional, a adoção de uma política consistente de atração de investimentos que assegure um desenvolvimento equilibrado, compatível com os recursos e a vocação natural de cada área, a elaboração e adoção conjunta de políticas industriais que estimulem o investimento e atendam à demanda regional serão estratégias fundamentais para que se alcancem os objetivos de desenvolvimento para todos os estados integrantes da macrorregião.

A efetivação dessa proposta terá repercussões extraordinárias em todos os setores da economia nacional: no agronegócio, que terá opções mais amplas de mercado interno e externo, e na indústria, que passa a ser planejada tendo em vista mercados diversificados e exigentes, sugerindo especialização e diversidade.

O Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA)

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão é um projeto que atende ao interesse do planejamento estratégico do governo do Maranhão e do setor produtivo – imprescindível tanto para a definição e estabelecimento de políticas de desenvolvimento quanto para a programação de investimentos produtivos que aproveitem com sustentabilidade os recursos naturais disponíveis no estado.

A primeira fase do projeto foi contratada à Embrapa Monitoramento por Satélite, fase que foi concluída com o apoio do empresariado industrial maranhense vinculado ao agronegócio e ao pólo guseiro do estado. A seguir, o trabalho continuará com o estado agregando novas cartas, promovendo a manutenção da base de dados, atendendo demandas, comercializando produtos e serviços.

O ZEE, na realidade, é o produto de um sistema de apoio ao planejamento e gerenciamento, com base no sensoriamento remoto, no geoprocessamento e em tecnologias da informação, capaz de responder questões que atendam a demandas do planejamento, do processo de desenvolvimento econômico e das políticas ambientais. Baseado em *softwares* de domínio público, seus produtos, de fácil acesso, estão permanentemente disponíveis e podem ser consultados remota, gratuita e amigavelmente.

Conta com duas bases operacionais – uma de dados cartográficos e iconográficos, outra, de dados socioeconômicos e ambientais sistematizados, cujos conteúdos e definição são continuamente refinados para atender à demanda e ao uso real a que se destinam. As áreas do estado foram divididas em unidades ambientais, com base na análise das relações entre seus principais componentes: rochas, relevo, solos, topografia, rede de drenagem e clima.

Estruturou-se um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com cartas digitalizadas e integradas à Unidade de Informação e Gestão. Para isso, utiliza-se amplamente o sensoriamento remoto aerotransportado e orbital, tanto sensores óticos (multiespectrais) como os dos satélites LANDSAT, SPOT, ATSR, CBERS e NOAA/AVHRR, e os de microondas (RADARSAT, ERS).

Os resultados do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Maranhão, em geral, podem ser consultados a partir de recortes espaciais diferentes: Estado, Regiões de Governo, Municípios, Folhas Cartográficas, em várias escalas.

Os dados são disponibilizados em quatro níveis hierárquicos: a) os domínios morfoclimáticos que englobam modelados geomorfológicos e seguem os padrões estabelecidos pelo IBGE e em uso no Maranhão; b) as regiões ecológicas, baseadas no contexto geomorfológico e que refletem o arranjo estrutural do relevo e seu potencial ecológico; c) setores ecológico-econômicos, definidos a partir dos sistemas e processos econômicos presentes; e d) as unidades ecológico-econômicas que representam áreas homogêneas de cada um dos setores ecológico-econômicos.

A análise do sistema socioeconômico, nos níveis de setores e unidades ecológico-econômicas, proporciona o conhecimento de quatro temas integradores passíveis de expressão cartográfica sintética e de contribuir na delimitação des-

ses últimos níveis hierárquicos de compartimentação espacial: a dinâmica espacial do uso das terras, suas relações com a diferenciação espacial do desenvolvimento econômico, a realidade socioeconômica das subunidades do ZEE, dentro de unidades maiores ou abrangentes, e a correlação da diferenciação espacial do desenvolvimento econômico e sua dinâmica socioeconômica, em relação aos problemas atuais de uso e ocupação das terras.

O trabalho consistiu em cinco conjuntos de atividades e produtos:

1. Estruturação de uma base cartográfica digital (SIG) nas escalas 1:500.000 e 1:250.000, com os planos ou temas de informação do Zoneamento Ecológico-Econômico;
2. Edição e disponibilização de atlas de mapas, na escala 1:250.000, passíveis de serem impressos em papel, entregues sob a forma de CDs;
3. Estruturação, implementação e disponibilização dos resultados do trabalho no *site* do ZEE-MA, passíveis de serem consultados via Internet por clientes e usuários 24 horas por dia e 7 dias por semana;
4. Estruturação e disponibilização de determinados trabalhos e bancos de dados passíveis de serem consultados e manipulados via Intranet somente pela SEPLAN e outras instituições autorizadas;
5. Apresentação, em seminários e reuniões, dos resultados obtidos e apoio à implementação operacional do ZEE-MA, incluindo o treinamento da equipe responsável pelos produtos, junto à Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão foi elaborado em 2003, como referencial para as ações de investidores e de governo, visando à ampliação, fortalecimento e consolidação da atividade em solo maranhense nos anos vindouros.

Iniciativa da FIEMA e construído em parceria com os diversos atores do sistema estadual – autoridades e técnicos do governo do estado, lideranças políticas

e empresariais, representantes expressivos do setor produtivo e da sociedade organizada – o documento aponta para uma visão de futuro desejável, a ocorrer nos vinte anos seguintes, e define estratégias e ações necessárias para torná-la realidade.

Identificados os condicionantes de futuro exógenos ao Maranhão e confrontados com os processos internos do estado e de sua economia, foram construídos cenários exploratórios da indústria maranhense, tendo-se em conta, como incertezas críticas, *o projeto político dominante* do governo do estado nas próximas décadas; *a iniciativa e mobilização empresarial*, focando o comportamento preponderante do conjunto de empresários atuantes no Maranhão; *o mercado interno*; *a competitividade sistêmica* e *o adensamento das cadeias produtivas*.

Focando-se diretamente os cenários da indústria, essas incertezas foram agrupadas em duas grandes incertezas-síntese – *a competitividade sistêmica* e *o adensamento das cadeias produtivas* –, expressas na forma de duas hipóteses –, em parte dependentes do comportamento de fatores exógenos ao segmento industrial, quais sejam: *a ampliação da competitividade sistêmica* da indústria maranhense como resultado dos investimentos públicos em infra-estrutura e logística, educação e capacitação em tecnologia e pesquisa, e *o adensamento das cadeias produtivas e agregação de valor* nos segmentos agropecuários e industriais e na complementação dos elos de encadeamento para frente e para trás dos complexos econômicos instalados no Maranhão, fatos estes que decorrem, fundamentalmente, da iniciativa privada, embora o suporte governamental seja imprescindível.

Da combinação dessas duas hipóteses surgiram cenários alternativos. Um cenário otimista (o vôo do guará líder), em que a indústria cresce e se diversifica positivamente, verificando-se ampla agregação de valor e forte adensamento das cadeias produtivas, resultado da dinamização do mercado regional e de um processo de crescimento acelerado da economia estadual; um outro cenário (o ritmo do jurará) tem em conta um crescimento moderado da economia, com limitado adensamento e agregação de valor das cadeias produtivas; e, finalmente, um terceiro cenário (a maldição do cazumbá) em que a indústria do Maranhão teria participação pouco significativa na formação do PIB estadual, com a eco-

nomia estadual experimentando baixo crescimento, refletindo um período de estagnação da economia brasileira.

O Plano Estratégico, considerando esse conjunto de alternativas e com base nos dados existentes e nos indicadores de futuro, traçou o caminho mais provável que a economia estadual deverá percorrer nos próximos anos.

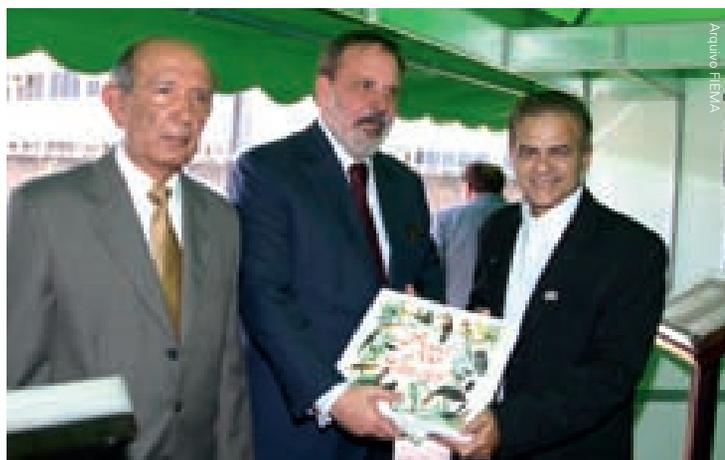
Trajectoria mais provável da indústria do Maranhão

A trajetória mais provável do contexto externo, e especialmente do Brasil, exerce uma influência muito forte, tanto na economia quanto na orientação política dominante no estado do Maranhão. Com efeito, embora com autonomia para definição das políticas e estratégias, as forças políticas no Maranhão tendem a ser influenciadas pelos movimentos nacionais, o que as leva a acompanhar de perto a trajetória nacional mais provável. O mesmo ocorre com a economia e com os investimentos públicos e privados.

Desta forma, o futuro mais provável do Maranhão e da sua indústria é marcado, de início, por dificuldades e baixo crescimento econômico, limitada competitividade e baixa articulação das cadeias produtivas, com a economia centrada em commodities de baixa agregação de valor, mesmo porque pode predominar ainda, no plano político, a orientação modernizadora mas com limitada capacidade de investimentos.

No entanto, com as alterações observadas no ambiente político e econômico do Brasil – retomada do crescimento e ampliação dos investimentos e das políticas sociais e regionais – tende a ocorrer no Maranhão a ampliação de um projeto político desenvolvimentista incorporando parcialmente políticas sociais, resultado também de uma mudança na postura do empresariado, que começa a se mobilizar e a tomar iniciativas econômicas independentes.

Mas esse movimento só vai acelerar-se no último período (2010 a 2020), na medida em que vão amadurecendo os processos de mudança registrados na fase anterior (especialmente no contexto nacional) e se ampliam os investimentos privados e públicos no Maranhão, particularmente na indústria maranhense e na área social.



O incentivo e a participação da CNI, na pessoa do seu presidente, em todos os atos que culminaram no lançamento do Plano Estratégico transformaram-se em garantia de resultados positivos no desenvolvimento industrial do Maranhão

Os empresários assumem gradualmente uma atitude pró-ativa e empreendedora, e o governo ganha uma conotação desenvolvimentista com forte preocupação social e regional. Junto com o crescimento da renda e do emprego, tende a ocorrer uma ampliação e diversificação do mercado interno. Como resultado dos novos investimentos e das iniciativas empresariais, o Maranhão apresenta uma competitividade sistêmica consolidada e um moderado adensamento das cadeias produtivas.



A proposta de integração e participação preconizada pelo Plano Estratégico envolve lideranças e autoridades de todos os níveis

Estratégia de desenvolvimento industrial

A estratégia de desenvolvimento industrial do Maranhão se orienta por uma visão de futuro caracterizada por um processo acelerado de industrialização e por um conjunto articulado de ações para a construção desse futuro.

O futuro desejado pelos empresários para a indústria do Maranhão combina uma elevada competitividade sistêmica da economia maranhense com um amplo adensamento das cadeias produtivas, aumentando a agregação de valor dos produtos e segmentos centrais da economia do estado.

Por outro lado, esse futuro considera o alargamento do mercado interno no estado e pressupõe uma importante mudança na realidade econômica, social e ambiental como condição mesmo para a melhoria da competitividade econômica maranhense.

Esse futuro se viabiliza por uma bem-sucedida aliança entre os empresários, o governo do estado e a sociedade, visando a transformar o Maranhão num dos principais elos de sustentação da estratégia nacional de integração competitiva com o comércio mundial.

A visão de futuro converge para o melhor dos três cenários do Maranhão – o vôo do guará líder – caracterizado pelo dinamismo econômico e pela ampliação e diversificação da indústria, com agregação de valor e complementação de importantes elos da cadeia produtiva, melhorando a posição da indústria maranhense no mercado externo ao mesmo tempo em que amplia sua presença no mercado interno, decorrente de uma demanda elevada por bens industriais e da melhoria da renda e das condições de vida da população.

O desenvolvimento da indústria contribui para melhorar as condições sociais, mas, por outro lado, a competitividade, o adensamento das cadeias produtivas e a diversificação do segmento industrial pressupõem a elevação da renda, a ampliação do mercado interno e a melhora dos indicadores sociais. Do ponto de vista da indústria, essa visão de futuro se manifesta de forma concreta nas seguintes metas globais qualitativas:

- a) Incluir o Maranhão no eixo central da inserção do Brasil na economia internacional, viabilizando a ampliação das exportações brasileiras a partir da ampliação e integração da logística e da infra-estrutura estadual e regional com a economia nacional;
- b) Desenvolver uma economia competitiva com grande capacidade de acesso aos mercados mundial e nacional e de atração de investimentos produtivos do Brasil e do exterior;
- c) Inserir o Maranhão entre os estados líderes nos segmentos e nas cadeias produtivas da minerometalurgia e do agronegócio, assumindo posição destacada no setor de turismo do Nordeste;
- d) Formar uma economia diversificada e internamente articulada decorrente não somente da irradiação e agregação de valor das cadeias produtivas, mas

também da implantação de novos segmentos voltados para o mercado interno e para a substituição de importações.

A viabilização desse futuro desejado depende, antes de tudo, da capacidade política e gerencial do governo e do empresariado maranhense em gerar os elementos internos capazes de implementar as mudanças, mas sempre dentro das condições externas, sobre as quais não têm governabilidade.

A visão de futuro destina-se a orientar a ação dos atores sociais, definindo as iniciativas adequadas a mudar a realidade no horizonte da estratégia, embora não possam determinar qual será o futuro do contexto mundial ou nacional, diante dos quais podem apenas definir iniciativas para explorar oportunidades ou defender-se das ameaças.

Para levar o Maranhão o mais próximo possível do formulado pela visão de futuro, são exigidas capacidade e disposição da sociedade, do empresariado e do governo maranhenses para implementar as mudanças na economia do estado.

Embora a realização dos desejos dependa também das condições do contexto externo, sempre será a estratégia de desenvolvimento dos atores estaduais que definirá o caminho, o ritmo e a proximidade da realidade em relação à visão de futuro. Para tanto, é importante que seja realizada uma negociação política capaz de levar a um pacto de desenvolvimento do Maranhão, que mobilize e articule as forças sociais do estado em torno dos grandes eixos de desenvolvimento e vetores estratégicos.

A definição da Estratégia de Desenvolvimento Industrial considerou, de um lado, as oportunidades e ameaças do contexto mundial e nacional; de outro, as potencialidades do Maranhão e sua indústria, com os respectivos estrangulamentos internos.

Como oportunidades externas foram destacadas: a integração externa do Brasil; a expansão do eixo Araguaia-Tocantins, com investimentos estruturadores na região; a implantação de políticas regionais no Brasil, com orientação para a competitividade; a ampliação de políticas sociais, com investimentos em infraestrutura social; e a ampliação dos mercados internos.

Em contraposição, os contextos mundial e nacional apresentam um conjunto de ameaças, dentre as quais se destacam: a disputa competitiva centrada no

conhecimento, na informação e na tecnologia; a alta exigência em qualidade dos produtos e serviços no mercado externo; e a concorrência de outros estados na atração de investimentos.

Diante desses fatores externos, o Maranhão e sua indústria apresentam potencialidades, que lhes permitem situar-se positivamente no contexto, e estrangulamentos, que restringem suas possibilidades de desenvolvimento.

Entre as potencialidades, foram ressaltadas: a disponibilidade de infraestrutura econômica – porto, rodovias, ferrovias e hidrovias; a posição geográfica estratégica – especialmente para exportação; a base ampla de recursos naturais – terras férteis, clima, recursos hídricos etc.; a existência de um parque minerometalúrgico e de uma forte base agropecuária; e a integração com o mercado externo.

Como estrangulamentos ou restrições, foram listados: o baixo nível de escolaridade, a baixa qualificação da mão-de-obra, a limitada capacidade tecnológica local, a baixa cultura empreendedora e o baixo nível de poupança interna.

Esses fatores internos e externos é que permitiram definir a estratégia de desenvolvimento da indústria, centrada, de um lado, na ampliação da competitividade sistêmica e, de outro, no adensamento das cadeias produtivas e agregação de valor, delineando assim dois conjuntos de iniciativas e projetos – os vetores estratégicos –, sinalizando as oportunidades de investimentos prioritários, tanto por parte do poder público como por parte do setor privado.

No âmbito da ampliação da competitividade sistêmica, alinham-se os vetores estratégicos cuja execução compete basicamente ao governo, quais sejam:

1. *Educação e capacitação profissional e tecnológica dos recursos humanos*, para elevar o nível de escolaridade da população maranhense e melhorar a capacidade técnica da mão-de-obra do estado, contribuindo para o aumento da competitividade, favorecendo o acesso ao emprego e a inclusão social da população;
2. *Pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologias voltadas para as cadeias produtivas*, visando a incorporar inovações e melhorias tecnológicas nos processos produtivos e gerenciais, incluindo a adequação de tecnologias importadas, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e difusão de

inovações, contribuindo para o aumento da produtividade e da competitividade econômica;

3. *Ampliação e qualificação da infra-estrutura econômica e da logística*, para complementar o sistema de transporte e a oferta de energia para a economia maranhense, reforçando as condições de logística e melhorando os sistemas de distribuição e comercialização dos produtos;
4. *Ampliação da infra-estrutura social*, com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade dos principais centros urbanos do Maranhão, especialmente quanto ao saneamento. Apesar de ser um objetivo econômico na medida em que viabiliza a competitividade, os projetos geram, de forma imediata e direta, a melhoria da qualidade de vida da população;
5. *Melhoria da qualidade dos produtos e serviços maranhenses e divulgação das potencialidades e da marca “Maranhão”*, para melhorar a qualidade dos produtos e serviços do estado e divulgar as potencialidades e a marca “Maranhão”, melhorando o acesso a mercados e atraindo investimentos produtivos;



Vista parcial do complexo portuário do Itaqui

6. *Promoção do empreendedorismo e das competências empresariais locais*, visando a cultivar o binômio empreendedorismo/competência como traço cultural dominante entre os empresários, como principais agentes do desenvolvimento industrial do estado.

No âmbito do eixo Adensamento das cadeias produtivas e agregação de valor estão os vetores próprios da atividade industrial, que foram definidos tendo-se em conta as potencialidades econômicas do estado. São eles:

1. Adensamento da cadeia produtiva minerometalúrgica, visando a irradiar os efeitos dos grandes empreendimentos no setor para o conjunto da economia maranhense, agregando valor aos produtos das atividades minerais – para frente, nos elos responsáveis pelo beneficiamento e industrialização do alumínio e do ferro, especialmente ferro-gusa; para trás, na implantação de empresas capazes de atender à demanda dos principais insumos em produtos e serviços da atividade minerometalúrgica;
2. Adensamento da cadeia produtiva de grãos, para viabilizar a irradiação das atividades agrícolas que têm uma posição de destaque na economia maranhense, ampliando a sinergia e eficiência econômica, agregando valor aos grãos produzidos no estado, tanto no beneficiamento e industrialização da soja e do milho como na oferta de insumos industriais articulados à cadeia;
3. Adensamento da cadeia produtiva da pecuária, visando a irradiar a atividade primária centrada na criação bovina e suína, com agregação de valor e dinamização da economia maranhense. A moderna atividade pecuária no estado permite um encadeamento para frente, com industrialização e beneficiamento dos produtos primários, além de abrir possibilidade de novas atividades fornecedoras de insumos para os negócios agrícolas;
4. Adensamento e fortalecimento da cadeia produtiva da construção civil, com o objetivo de consolidar e ampliar a interação dos diferentes segmentos produtivos voltados para o setor, de modo a estimular a sinergia econômica e a dinamização do conjunto da atividade econômica e industrial do Maranhão;
5. Adensamento da cadeia produtiva florestal e madeireiro-moveleira, para estimular a irradiação da atividade florestal e madeireira e, principalmente, a

agregação de valor, com a implantação de um segmento moveleiro de qualidade no estado do Maranhão;

6. Adensamento da cadeia produtiva de produtos naturais regionais, visando a fomentar o encadeamento para frente dos produtos naturais característicos do Maranhão, com o beneficiamento e a industrialização que agreguem valor à economia e favoreçam o dinamismo da economia maranhense;
7. Desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de aglomerados produtivos de vocação e potencialidade local em diferentes pontos do território maranhense, de modo a complementar as grandes cadeias produtivas;
8. Diversificação da estrutura econômica e industrial maranhense, visando a reduzir a excessiva especialização da economia estadual e fortalecer a indústria, destacando-se a orientação para o mercado interno, incluindo a substituição da importação de insumos e produtos demandados pelas cadeias produtivas e pela população.

Implementação e gestão da estratégia

O sucesso da estratégia de desenvolvimento industrial depende da própria capacidade dos atores sociais do Maranhão para mobilizar os instrumentos e viabilizar as ações definidas nos projetos. E, embora o resultado final dessas ações sofra influência e mediação de fatores exógenos, sobre os quais o Maranhão não tem poder, o fundamental está nas mãos dos empresários e do governo do estado.

Definida a estratégia e os diferentes projetos que podem transformar o futuro do Maranhão na direção dos desejos da sociedade, trata-se agora de criar as condições efetivas da sua implementação, definindo os meios e as responsabilidades dos diferentes segmentos sociais.

De forma simplificada, essa implementação passa pelas seguintes iniciativas e mecanismos:

- a) Formação de um pacto de desenvolvimento entre o governo e o empresário, como um espaço de discussão e cooperação entre os parceiros em

torno das grandes prioridades da estratégia, contando com a participação do governador, seus principais secretários e das federações e associações empresariais do estado;

- b) Operacionalização de uma política industrial ativa do governo do estado, através de um conjunto articulado e consistente de iniciativas e medidas governamentais voltadas para a promoção da industrialização do Maranhão;
- c) Negociação conjunta (governo e empresários) com parceiros externos, especialmente com o governo federal, para atrair investimentos e alavancar recursos públicos para os projetos estratégicos;
- d) Formação de capital social e fortalecimento do associativismo e cooperação do empresariado maranhense. O sucesso da estratégia de desenvolvimento industrial depende da própria capacidade de mobilizar os instrumentos e viabilizar as ações definidas nos projetos.

Como já foi dito, o fundamental está nas mãos dos empresários, do governo do estado e das forças sociais com a execução de projetos básicos de educação, programas de pesquisa, programas de inovação de processos e produtos, de implantação de infra-estruturas essenciais e programas de qualidade e produtividade.

O Plano indica a formação de um pacto de desenvolvimento entre governo e empresariado, a articulação das entidades de representação empresarial e procura fortalecer e expandir a atuação da FIEMA e das outras organizações empresariais no estado, especialmente no interior.



Terminal
portuário
de Ponta da
Madeira

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão considera que o avanço da atividade produtiva em geral depende de decisões de investimento do governo, para ampliar a competitividade sistêmica do estado, e do empresariado local, nacional e mundial, para adensar as cadeias produtivas, agregando valor à produção. São dois eixos fundamentais que materializam o compromisso desses dois lados na sua condição de agentes essenciais do desenvolvimento.

Estão em andamento grandes investimentos estruturadores diretamente vinculados ao desenvolvimento do estado do Maranhão, como parte do Eixo de Integração e Desenvolvimento Araguaia-Tocantins. Constituem eles fatos portadores de futuro que já estão determinando comportamento na socioeconomia e na política maranhenses. Citem-se como exemplo a complementação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, a ampliação da Ferrovia Norte-Sul, a construção da hidrelétrica de Estreito. A garantia de energia elétrica abundante e o transporte intermodal são atrativos reais para os investimentos ao longo do corredor e, de modo especial, no Maranhão, porto de saída da produção regional para o exterior e, por cabotagem, para o resto do país.

O Maranhão é o segundo maior estado do Nordeste, depois da Bahia; localizado ao norte da região, é uma área de transição para a Amazônia, que abriga uma grande diversidade de ecossistemas. Com 333 mil quilômetros quadrados, compõe uma faixa de morfologia variada, que vai da Mata Amazônica até a caatinga nordestina, contendo ainda extensões significativas de cerrados e uma área que é considerada o único deserto brasileiro – o Parque Nacional de Lençóis Maranhenses, com mais de 200 quilômetros quadrados de dunas. É uma combinação de floresta, campos e cerrados, com um litoral que incorpora manguezais, formações arbustivas e campos inundáveis.

O estado do Maranhão é considerado um dos membros da federação brasileira de maior potencial econômico pela abundância e diversidade dos seus recursos naturais, pela localização estratégica e pela ampla cobertura da sua infra-estrutura econômica, especialmente em relação ao setor de transportes, rodoviário e ferroviário, além de um bom porto e um bem-dimensionado sistema de produção e transmissão de energia. Com terras férteis, abundância de recursos hídricos e alta luminosidade, destaca-se com um grande potencial agropecuário.

É notório o potencial de desenvolvimento do estado, que tem papel essencial no Eixo de Integração Araguaia-Tocantins como rota de escoamento da produção agropecuária e minerometalúrgica do Centro-Oeste, do Norte e do próprio estado e uma alternativa a mais para o esforço exportador brasileiro.

A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de dinamismo e modernização: o agronegócio, com destaque para a moderna produção sul-maranhense – Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Sambaíba e São Raimundo das Mangabeiras, onde se expande a soja e a pecuária –, e o complexo minerometalúrgico de São Luís, Açailândia e Santa Inês, em torno do alumínio e do minério de ferro. O primeiro, beneficia-se da qualidade da logística para exportação, das condições climáticas e do solo de cerrado; o segundo, voltado principalmente para o mercado externo, baseia-se na vantagem locacional e na qualidade da infra-estrutura ferroviária, portuária e energética.

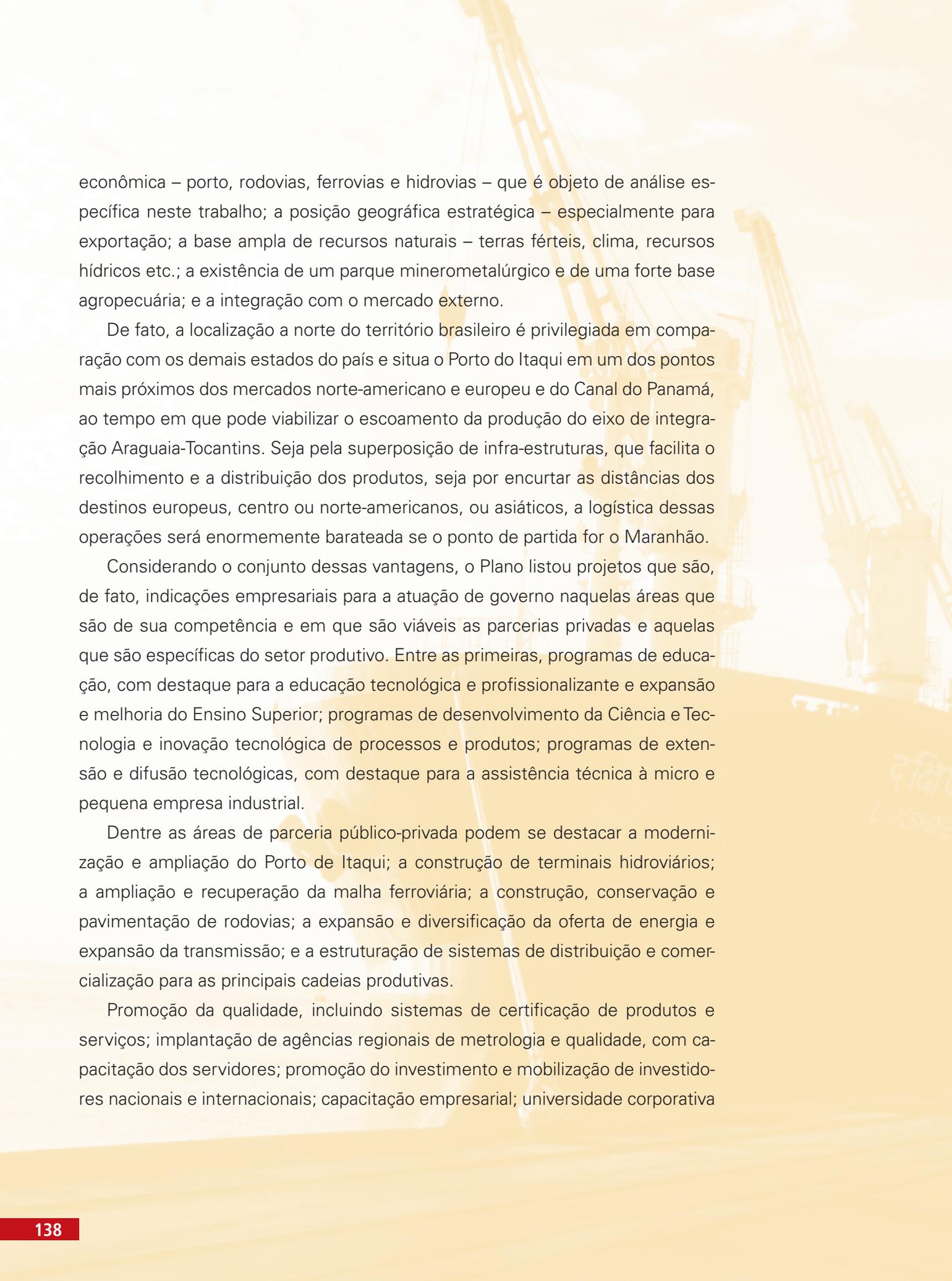
Por outro lado, é interessante ao investimento no estado o mercado consumidor interno, evidenciado pela grande diversidade de produtos adquiridos pelo

Maranhão nos demais estados da Federação. Segundo uma simples pesquisa realizada com base nas notas fiscais de entrada de produtos industriais que são ou podem ser industrializados no território estadual, foram gastos, no ano de 2007, nada menos do que 1,41 bilhão de reais.

Produtos adquiridos fora do Maranhão		
Grupos	Valor estimado (R\$)	%
Alimentos	334.144.682,85	23,67
Oleaginosas e derivados	330.479.154,10	23,41
Confecções e têxtil	120.125.050,51	8,51
Couro e calçados	108.998.058,73	7,72
Leite e derivados	107.887.586,92	7,64
Material de construção	61.016.541,94	4,32
Beleza e higiene	58.445.728,55	4,14
Bebidas	46.589.828,75	3,30
Diversos	46.186.448,24	3,27
Material de limpeza	41.287.744,15	2,92
Móveis e madeira	40.316.377,18	2,86
Carnes e seus derivados	38.955.494,11	2,76
Artefatos de plásticos	27.659.707,83	1,96
Frutas e hortaliças	14.067.499,09	1,00
Cerâmica vermelha	11.741.989,48	0,83
Artefatos de papel	9.563.693,56	0,68
Artefatos de metal	7.240.832,26	0,51
Impressos	3.625.759,58	0,26
Condimentos	3.561.078,64	0,25
Minerais	2.617,46	0,00
GLOBAL	1.411.897.880,93	100,00

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA, 2008

A estratégia de desenvolvimento delineada pelo plano estratégico ressalta potencialidades de que é dotado o Maranhão, a disponibilidade de infra-estrutura

The background of the page is a faded, yellow-tinted photograph of a port. Several large cranes are visible, extending from a ship or a pier. The sky is bright, and the overall scene suggests an industrial or maritime setting.

econômica – porto, rodovias, ferrovias e hidrovias – que é objeto de análise específica neste trabalho; a posição geográfica estratégica – especialmente para exportação; a base ampla de recursos naturais – terras férteis, clima, recursos hídricos etc.; a existência de um parque minerometalúrgico e de uma forte base agropecuária; e a integração com o mercado externo.

De fato, a localização a norte do território brasileiro é privilegiada em comparação com os demais estados do país e situa o Porto do Itaqui em um dos pontos mais próximos dos mercados norte-americano e europeu e do Canal do Panamá, ao tempo em que pode viabilizar o escoamento da produção do eixo de integração Araguaia-Tocantins. Seja pela superposição de infra-estruturas, que facilita o recolhimento e a distribuição dos produtos, seja por encurtar as distâncias dos destinos europeus, centro ou norte-americanos, ou asiáticos, a logística dessas operações será enormemente barateada se o ponto de partida for o Maranhão.

Considerando o conjunto dessas vantagens, o Plano listou projetos que são, de fato, indicações empresariais para a atuação de governo naquelas áreas que são de sua competência e em que são viáveis as parcerias privadas e aquelas que são específicas do setor produtivo. Entre as primeiras, programas de educação, com destaque para a educação tecnológica e profissionalizante e expansão e melhoria do Ensino Superior; programas de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e inovação tecnológica de processos e produtos; programas de extensão e difusão tecnológicas, com destaque para a assistência técnica à micro e pequena empresa industrial.

Dentre as áreas de parceria público-privada podem se destacar a modernização e ampliação do Porto de Itaqui; a construção de terminais hidroviários; a ampliação e recuperação da malha ferroviária; a construção, conservação e pavimentação de rodovias; a expansão e diversificação da oferta de energia e expansão da transmissão; e a estruturação de sistemas de distribuição e comercialização para as principais cadeias produtivas.

Promoção da qualidade, incluindo sistemas de certificação de produtos e serviços; implantação de agências regionais de metrologia e qualidade, com capacitação dos servidores; promoção do investimento e mobilização de investidores nacionais e internacionais; capacitação empresarial; universidade corporativa

e desenvolvimento de jovens empresários e de fornecedores são campos de atuação em aberto que podem ser objeto de investimento e em que a iniciativa privada é convidada a participar.

Uma grande variedade de investimentos específicos do setor produtivo são possíveis e desejáveis. A industrialização do alumínio e alumina no próprio estado, oriundos do Consórcio Alumar, cuja produção é exportada na quase totalidade para o exterior e para o restante do país, tem as vantagens de localização, infra-estrutura e logística em toda a cadeia produtiva.

O ferro produzido pela Vale e pelo pólo guseiro viabiliza, nas mesmas condições vantajosas, a implantação e irradiação da siderurgia do Maranhão, com foco na produção de ferro-gusa, na siderúrgica integrada a carvão, em unidades laminadoras de aço (laminação) e em unidades de produtos fundidos e usinados.

O calcário, o gesso e o caulim disponíveis no estado sinalizam para a pesquisa e beneficiamento de minérios brancos para fins agrícolas assim como para a construção civil e indústria cerâmica. A referência ao pólo gesseiro neste trabalho deixa clara essa alternativa.

Os pólos de soja e milho sugerem unidades de produção e beneficiamento de sementes e industrialização de grãos em geral; a produção pecuária, unidades de refrigeração e produção de derivados da carne bovina – produção de couros, de calçados e de outros artigos derivados do boi; a indústria de laticínios, unidades de refrigeração e produção de carnes e derivados de carne suína (embutidos).

Uma grande perspectiva é a expansão e diversificação da produção de cimento e de artefatos e pré-moldados. Embora exista no estado uma fábrica de cimento, a indústria da construção importa esse produto em grandes volumes. Um campo de desenvolvimento amplo tem, sem dúvida, a cerâmica vermelha, cuja produção de qualidade é ainda insuficiente para suprir os mercados interno e regional. Inexiste no estado indústria de cerâmica branca, embora haja disponibilidade da matéria-prima: todo espaço está aberto ao investimento no setor.

O Plano Estratégico indica ainda como campos disponíveis ao investimento o reflorestamento e utilização sustentável dos recursos florestais; a implantação de indústrias moveleiras de qualidade, com produção de móveis com design mo-

dermo e com a marca Maranhão; a instalação de empreendimentos para atender a demanda local da indústria moveleira, particularmente máquinas, equipamentos e serviços de manutenção.

Também o beneficiamento da amêndoa do babaçu e a indústria correlata são áreas que podem ser retomadas porque persiste a grande a disponibilidade de matéria-prima, assim como o aproveitamento das essências naturais e medicinais da Amazônia, com a produção de extratos naturais, fito-fármacos e cosméticos.

No âmbito do vetor de diversificação da estrutura industrial, o Plano Estratégico menciona oportunidades reais de implantação de pólos têxteis e de confecções, de expansão da piscicultura e da maricultura e beneficiamento, e o fomento à indústria de aproveitamento da biodiversidade dos ecossistemas do Maranhão. As indústrias têxteis remanescentes no estado têm amplas possibilidades de expandir-se diante de um mercado que cresce e que se torna explícito pelo movimento importador desses produtos no estado.

Também merece atenção a piscicultura, atividade que se destaca em quase todos os municípios do estado, de modo especial no continente, não apenas em sistemas de crescimento e engorda de alevinos, mas também na produção destes em laboratórios de boa tecnologia difundidos pelo território estadual. É uma perspectiva real para empresas que se proponham a produzir em larga escala e industrializar o produto dessa modalidade pesqueira.

O governo estadual tem manifestado forte interesse no desenvolvimento de arranjos produtivos que venham fortalecer a indústria da cachaça e melhorar sua qualidade no eixo do Sertão Maranhense, ampliar e qualificar a ampliação de mel e promover o artesanato voltado para o turismo. São estimulados também os projetos de desenvolvimento do turismo, os pólos de têxteis e de confecções, a expansão da piscicultura e da maricultura, e o aproveitamento da biodiversidade dos ecossistemas do Maranhão.

De todo esse conjunto de alternativas, destacam-se como prioridade, no parecer dos empresários formuladores do Plano Estratégico, a construção, conservação e pavimentação de rodovias, articulando as regiões dinâmicas com a logística e com o conjunto da economia maranhense; a capacitação empresarial;

a ampliação e melhoria da educação tecnológica e profissionalizante; a promoção da extensão e difusão tecnológicas com destaque para a assistência à pequena e média empresa; a consolidação e fortalecimento do sistema estadual de ciência e tecnologia e do fundo de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, e, ainda, a criação de um sistema de apoio à distribuição e comercialização dos principais produtos às cadeias produtivas.

Dos investimentos típicos do setor produtivo, apresentam-se como prioritários unidades de produtos fundidos e usinados; uma unidade laminadora de aço e usina siderúrgica integrada a carvão; a pesquisa e beneficiamento de minérios brancos; unidades de beneficiamento de soja e milho; beneficiamento e industrialização de grãos; refrigeração e produção de derivados de carne bovina; indústria de laticínios; produção de couros e calçados e outros artigos derivados do boi; industrialização de frutos e produtos naturais da região e o reflorestamento e utilização sustentável dos recursos naturais.

Uma prioridade abraçada pelo estado são os biocombustíveis. Um programa governamental, acreditando nas demandas crescentes a ocorrerem no mundo nos próximos anos, por força das questões ambientais e do Protocolo de Kioto, prevê a instalação em território maranhense de pelo menos outras vinte plantas, no curto prazo, na perspectiva de moerem anualmente em torno de um milhão e duzentas mil toneladas de cana.

As ações de governo de apoio à cadeia produtiva do álcool combustível consideram como vantagem competitiva a exportação do produto pelo Porto do Itaqui, e, ainda, a grande disponibilidade de áreas agrícolas aptas para produção em larga escala de cana-de-açúcar, com acesso à infra-estrutura ferroviária já instalada.

Principais cadeias produtivas

Infra-estrutura

Construção civil. Construção pesada. Manutenção. Transporte e Logística.

Madeira

Fazendas florestais visando ao fornecimento de madeira para móveis. Papel e celulose. Indústrias de móveis.

Pecuária, couro e piscicultura

Indústria de pesca. Maricultura. Indústria de Laticínios. Indústria de beneficiamento de couro. Indústria de Calçados. Carcinicultura. Piscicultura e beneficiamento.

Agricultura e agroindústria

Produção de soja. Indústrias de produtos e derivados da soja. Calcário e gesso agrícolas. Indústria de álcool e açúcar. Indústrias de beneficiamento de peixe, aves, suínos (frigoríficos). Fruticultura. Produção de biodiesel.

Turismo

Fazendas para a prática de turismo rural. Hotéis. Restaurantes. Transporte. Artesanato.

Minerometalurgia

Produção de ferro-gusa. Produção de carvão vegetal. Florestas plantadas. Indústrias de beneficiamento de alumínio e aço. Aproveitamento de subprodutos.

Etanol

Usinas de produção de álcool combustível. Fazendas de cana-de-açúcar. Aproveitamento de subprodutos. Fertirrigação.

POLÍTICAS ESTADUAIS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SINC), cabeça do Sistema, tem o objetivo estratégico de atrair e desenvolver parcerias comerciais e industriais, tornando-se agente efetivo no processo de construção do desenvolvimento do Maranhão, apoiando e incentivando o setor produtivo a fazer uso eficiente das vantagens competitivas do estado materializadas na localização privilegiada, nos seus recursos naturais e na logística diferenciada. Trabalhar em parceria com a classe empresarial é o seu lema.

Fazem parte do Sistema Estadual da Indústria e Comércio a Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA), o Instituto de Pesos e Medidas do estado do Maranhão (IPEMAR) e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). A Secretaria administra, ainda, o Fundo de Desenvolvimento Estadual do Maranhão, criado pela lei nº 8.246, de 25/05/2005, destinado a apoiar o setor produtivo estadual.

Algumas prioridades do sistema da indústria interessam diretamente aos setores produtivos do estado, quais sejam o Sistema de Incentivo à Indústria e ao Comércio Exterior (SINCOEX), destinado a incentivar a produção industrial, o

Programa Maranhense do Biocombustível, o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores e o Programa de Compras Governamentais, além da política estadual para o agronegócio, essencial para o desenvolvimento industrial do estado.

Sistema de Incentivo à Indústria e ao Comércio Exterior (SINCOEX). Incentivo aos empreendimentos industriais e de comércio exterior para implantar, ampliar e realocar projetos em áreas e distritos industriais. O financiamento é calculado tomando-se por base o ICMS recolhido pelas empresas industriais e agroindustriais sobre a arrecadação gerada em razão das vendas e da aquisição de máquinas e equipamentos, no caso de implantação e ampliação; em razão das vendas, da aquisição de máquinas e equipamentos e de sua transferência, limitado ao valor máximo do investimento realizado, no caso de realocação, e em razão das vendas e da aquisição de máquinas ou equipamentos, no caso de reativação de empresas paralisadas. No caso das empresas especializadas em comércio exterior, toma-se como base o valor das saídas das mercadorias tributadas decorrentes de operações internacionais de importação. As empresas industriais e agroindustriais podem dispor de até 75% do ICMS apurado, e as empresas de comércio exterior, de até 9% do valor de saídas das mercadorias tributadas do estabelecimento importador, limitado o incentivo ao valor da participação do estado no produto da arrecadação do imposto.

O Programa Maranhense de Biocombustíveis visa a dar suporte técnico, realizar investimentos em infra-estrutura, prover de informações os planos de investimentos e definir e implementar políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de cadeias produtivas correlatas à produção de biodiesel. Algumas linhas de ação adotadas pelo governo do Maranhão foram obtidas a partir do trabalho desenvolvido pelo Pólo Nacional de Biocombustíveis intitulado “Estudo comparativo do potencial de produção de etanol no Maranhão: suas vantagens competitivas e comparativas”.

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), executado em parceria com diferentes entidades de classe, visa a capacitar, promover e apoiar os fornecedores locais nas negociações com as grandes empresas instaladas no estado. Tem finalidade de internalizar recursos originários de serviços prestados às grandes empresas, no caso, a Vale e a ALUMAR – Consórcio de Alumínio do

Maranhão. É atualmente o principal instrumento de articulação entre a iniciativa privada e o governo.

Já o **Programa de Compras Governamentais** é uma ação permanente com o objetivo de gerar oportunidades de compra de bens e serviços junto a fornecedores locais, no caso de novos investimentos e compras de rotina, realizados pelo governo do estado.

Além desses programas, algumas outras prioridades do Sistema se destacam pelo significado que passam a ter para o setor produtivo. A prioridade do **agronegócio**, objeto de uma Superintendência, traduz o objetivo da agregação de valor ao produto agropecuário do estado, quase integralmente vendido in natura. A prioridade dada à **minerometalurgia** retrata a adequação à realidade econômica do estado, que tem nesse setor amplas possibilidades industriais, como o processamento e fabricação de produtos metalúrgicos, oriundos de metais ferrosos (siderurgia) e não-ferrosos (alumínio, cobre, chumbo, manganês, zinco etc.), e a construção civil e utilização de minerais não-metálicos – areia, brita, cimento, produtos cerâmicos etc.).

Micro e pequenas empresas. Com o papel estratégico de atrair novos investimentos para o Maranhão, a SINC integra em sua estrutura a Superintendência de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, que tem por missão formular políticas específicas para esse segmento de modo a ampliar a participação de micro e pequenos negócios no desenvolvimento socioeconômico do estado.

Distritos industriais. Alguns distritos industriais estão instalados no território do estado, são administrados pela SINC e traduzem as prioridades industriais para suas diversas regiões. O mais antigo e o maior deles é o Distrito Industrial de São Luís (DISAL), que conta com excelentes instalações portuárias, vizinho que é do Terminal da Ponta da Madeira e do Porto do Itaqui. O distrito goza de circunstâncias favoráveis diversas, como o Corredor Centro-Norte, que compreende um conjunto multimodal de transportes – Hidrovia Araguaia-Tocantins, Ferrovia Norte-Sul, Estrada de Ferro Carajás –, incluindo o sistema rodoviário e o sistema ferroviário da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), integrando o Brasil central ao Norte e ao Nordeste, portanto.



Edgar Rocha



Edgar Rocha

Soja e minério são produtos exportados pelo terminal de Ponta da Madeira

Outros sete distritos se localizam no interior do estado: os de Rosário (81,50 ha) Imperatriz (154,57ha) e Grajaú (81,50ha), tipificados para pequenas e médias indústrias, e os de Balsas (85,00ha), Caxias (500,00ha); João Lisboa (83,00ha) e Porto Franco (252,92ha), tipificados para agroindústrias.

Estão projetados distritos industriais em Açailândia, com área de 500,00ha, tipificado para minero-metalurgia e agroindústrias; em Bacabal, com 300,00ha, para agroindústrias, e em Bacabeira, com 200,00ha, para indústrias de grande porte – fundições, guserias, metalurgia, siderurgia etc.

INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA

Energia elétrica

A unidade hidrelétrica de Tucuruí, da Eletronorte, fornece cerca de 95% da energia elétrica consumida no estado do Maranhão. O restante é adquirido das Centrais Elétricas do Piauí (Cepisa), de energia oriunda da Usina Boa Esperança, ou advém de geração própria. O Distrito Industrial de São Luis está totalmente incluído no sistema elétrico Norte, operado pela Eletronorte, e que integra o sistema interligado Norte-Nordeste (Eletronorte/Chesf).

Encontra-se em construção na região tocantina, no sudoeste maranhense, a hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, entre os estados do Maranhão e Tocantins; terá um reservatório de 555 quilômetros quadrados e deverá ser concluída em 2010. São investimentos destinados a atender o crescimento da demanda dos novos projetos produtivos e a assegurar a confiabilidade no atendimento dos atuais consumidores.

Estrada de Ferro Carajás (EFC)

Inaugurada no dia 28 de fevereiro de 1985, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) destaca-se entre as ferrovias brasileiras pelo volume de transporte, moderna tecnologia e por um dos mais elevados índices de produtividade do mundo. Pertencente à Vale e por ela mesma operada, em seus 892 quilômetros de linha singela – 73% em linha reta e 27% em curva –, interliga, em excelentes condições técnicas, a província mineral de Carajás ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís.

Iniciada em agosto de 1982, com alto índice de mecanização, a obra alcançou a divisa entre os estados do Maranhão e Pará em setembro de 1984, no km 668; no mês seguinte foi inaugurada a ponte sobre o rio Tocantins, em Marabá, concluindo-se o lançamento dos trilhos em Carajás em 15 de fevereiro de 1985; no dia 28 do mesmo mês, a EFC foi oficialmente inaugurada, iniciando imediatamente o transporte de minérios de ferro e de manganês para exportação.

Prosseguiram em teste os diversos sistemas ao mesmo tempo em que se construíam pátios intermediários ao longo de toda a extensão da ferrovia. Em março de 1986 foi inaugurado o transporte comercial de passageiros.

Concebida com o objetivo de oferecer produtividade máxima aos trens de minério, a EFC se utiliza de um centro de controle dotado de sistema integrado moderno com base em rede de telecomunicações por fibra ótica. A velocidade máxima durante o tráfego é de 80km/h com o trem vazio e 75km/h com o trem carregado. A EFC conta hoje com 5.353 vagões e 100 locomotivas.

Em abril de 1987 iniciou-se o transporte de grãos com um carregamento de soja proveniente de Balsas, embarcada no pátio de Açailândia e com destino a Ponta da Madeira. No mesmo ano, em outubro, foi iniciado o transporte de produtos derivados de petróleo com a inauguração, também em Açailândia, da base de distribuição da Petrobrás Distribuidora.

Interligada à Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), à Ferrovia Norte-Sul, ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (São Luís - MA) e ao Porto de Itaqui (São Luís - MA), a EFC beneficia-se da integração da sua malha com a estrutura de logística da Vale. São mais duas ferrovias, oito portos, serviços de navegação

costeira e armazéns a compõem soluções intermodais para os clientes. A conexão com a Ferrovia Norte-Sul viabiliza a exportação dos grãos produzidos no norte do estado de Tocantins pelo Porto de Ponta da Madeira.

Nos seus quase vinte anos de existência, além de minério de ferro e manganês, têm passado pelos seus trilhos, anualmente, cerca de cinco milhões de toneladas de produtos como madeira, cimento, bebidas, veículos, fertilizantes, combustíveis, produtos siderúrgicos e agrícolas, com destaque para a soja produzida no sul do Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso.

Hoje, a EFC transporta anualmente cerca de 900 mil passageiros e 60 milhões de toneladas de mercadorias (minério de ferro, minério de manganês, ferro-gusa, veículos, combustível, soja etc.), equivalentes a 42 bilhões de TKU, e emprega 1.241 funcionários.



Além de minérios, a Estrada de Ferro Carajás transporta passageiros desde São Luís até Parauapebas (PA), na Serra dos Carajás

O minério de ferro é transportado até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luis, onde é estocado em pátios para, posteriormente, ser embarcado ou, no caso do pellet feed, destinado à Usina de Pelotização de São Luis.

Ferrovias Norte-Sul

A Ferrovia Norte-Sul é um projeto que contempla a construção de uma ferrovia de aproximadamente 2.100 quilômetros, atravessando as regiões do Centro-Oeste e Norte do país, conectando-se no Maranhão à Estrada de Ferro Carajás e ao sul com a Ferrovia Centro-Atlântica. A Lei nº 11.297, de 09/05/2006, incorporou o trecho Açailândia-Belém ao traçado inicialmente projetado.

O trecho ferroviário que liga as cidades maranhenses de Estreito e Açailândia já está concluído e em operação desde 1996. Esses 215 quilômetros de linha ferroviária se conectam à Estrada de Ferro Carajás, permitindo o acesso ao Porto do Itaqui, em São Luís.

No estado de Tocantins foi concluído o trecho Aguiarnópolis a Darcinópolis, com 147 quilômetros de extensão. O trecho seguinte, Darcinópolis-Araguaína, que tem a extensão de 58 quilômetros, foi inaugurado no dia 18/05/2007.

O trecho goiano da Ferrovia Norte-Sul terá a extensão de 427 quilômetros, desde o Porto Seco de Anápolis até a divisa com o estado do Tocantins, estando em obras a construção do trecho Anápolis-Ouro Verde.



Transporte ferroviário: infra-estrutura fundamental do Corredor Centro-Norte de Exportação

Sistema rodoviário

O estado do Maranhão é cortado por 4.338 quilômetros de rodovias federais (BR), 10.336 quilômetros de estradas estaduais (MA), além dos mais de 59.000 quilômetros de estradas municipais, que ligam os centros produtores às respectivas sedes urbanas.

Rodovias Federais (BR). A BR 010 entra no estado na divisa com o estado do Tocantins, passa pelo município de Carolina e segue na direção norte até a divisa do Maranhão com o Pará, no município de Itinga, percorrendo, portanto, toda a chamada região tocantina, onde se encontram os municípios de Estreito, Porto Franco, Imperatriz e Açailândia.

A BR 135 é uma rodovia longitudinal que, saindo da ilha de São Luís, segue na direção sudeste percorrendo as microrregiões do Itapecuru-Mirim e do Médio Mearim, alcançando Presidente Dutra, Colinas e São João dos Patos, até a divisa do Maranhão com o estado do Piauí.

As BRs 222 e 226 são rodovias transversais. A primeira inicia seu trecho maranhense no município de Chapadinha, passa pelas regiões de Itapecuru-Mirim e Pindaré, segue para o sul em direção a Açailândia, até a divisa do Maranhão com o Pará, no município de Itinga. A BR 226 entra no Maranhão pelo município de Timon, vai a Presidente Dutra, atravessa os municípios de Barra do Corda e Grajaú, seguindo até Porto Franco e Estreito, divisa do Maranhão com o estado de Tocantins.

A BR 230 parte da divisa do Maranhão com o Piauí no município de Barão do Grajaú, passa pela região de Pastos Bons, atravessa toda a região do sul maranhense, onde está o pólo agrícola de Balsas, e vai a Carolina e Estreito, na divisa do Maranhão com o estado de Tocantins.

A BR 316, partindo da divisa Pará/Maranhão no município de Boa Vista do Gurupi, atravessa as regiões do noroeste Maranhense, do Pindaré e do Médio Mearim, até o município de Peritoró, de onde segue na direção de Caxias até alcançar a divisa do Maranhão com o Piauí, na cidade de Timon.

Finalmente, a BR 402, que sai da BR 135 no município de Bacabeira, segue na direção oeste, alcançando as cidades de Rosário e Morros, chegando até a ci-

dade de Barreirinhas, pólo urbano da região dos Lençóis Maranhenses; encontra-se em construção o trecho que liga essa última cidade à de Tutóia, permitindo a ligação com o Delta do Parnaíba.

São ao todo 3.560km com pavimentação simples, 28km duplicados, 240km implantados e 540km planejados. Como se vê, são estradas que cobrem o estado em todas as direções, interligando os pólos produtores com a capital e com as macrorregiões do país, sendo fundamentais, portanto, para a economia estadual.

Rodovias Estaduais (MA). Essas estradas somam ao todo 10.336km e permitem as ligações intermunicipais com os troncos rodoviários federais. São 4.036km de rodovias pavimentadas, com mais 512km em pavimentação e 2.478km implantados. Todas as sedes municipais estão por elas interligadas à capital do estado e, portanto, entre si e com todas as regiões do país. Entre todas, a mais longa e mais importante estrada estadual é a MA 006, que, partindo do município de Alto Parnaíba, no extremo sul do estado, segue na direção norte, passando pelo pólo agrícola de Balsas, pelo município de Grajaú, no centro do estado, até o município de Zé Doca, atravessando a partir daí toda a região da Baixada Maranhense até o povoado de Palacete, no litoral norte do estado.



Rodovias cortam o território estadual e interligam a capital com todas as regiões do estado



O transporte rodoviário ainda é o mais utilizado pela atividade econômica do Maranhão

Porto do Itaqui

O Porto do Itaqui tem cinco berços de cais acostável (berços 101, 102, 103, 104 e 105) e um píer petroleiro com dois berços, sendo um no lado externo (berço 106), que se encontra em operação, e outro no lado interno (berço 107), que não se encontra em operação por motivos de profundidade limitada – depende de dragagem e derrocamento para operar.

Os berços 101 e 102 foram originalmente construídos sobre vinte e duas células circulares de estacas-pranchas metálicas de quinze metros de diâmetro, muro de acostagem em concreto armado apoiado nos gabiões e em estacas tubadas de 550mm, ficando a linha de guindastes, também em concreto armado, apoiada em estacas metálicas.

O berço 103, chamado de “Cais Norte”, tem 237 metros de comprimento e 35 metros de largura, com profundidade de 13 metros em toda a extensão,



Porto do Itaqui, termo do Corredor Centro-Norte, caminho natural da produção econômica macrorregional para o exterior

destina-se à movimentação de derivados de petróleo, soda cáustica e carga geral. Vem em seguida, ao norte, uma extensão do cais acostável para mais dois berços convencionais denominados berços 104 e 105, cujas características se destacam por uma estrutura com 480m de extensão, por 23,20m de largura – o berço 104 com 200m de comprimento e profundidade de 14m, e o Berço 105, com 280m de comprimento e 19m de profundidade.

O píer petroleiro é constituído pelos berços 106 e 107, dos quais apenas o berço 106 se encontra em operação.

O Porto do Itaqui está recebendo investimentos da ordem de R\$ 600 milhões para sua ampliação, modernização e reestruturação, preparando-o para acompanhar o crescimento previsto do agronegócio maranhense e consolidá-lo como termo do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, caminho natural da produção econômica das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil. As obras em andamento objetivam ampliar e recuperar berços, dotando-o de infra-estrutura para atender a demanda já existente e a que virá, já que a tendência do Maranhão agora é crescer cada vez mais. Em breve, o porto terá mais um berço, o 100, com retroárea de 72 mil m², como estão em projeto os berços 99 e 98 e a construção de mais uma retroárea de 22 mil m² nos berços 104 e 105. Além dessas obras, o porto terá equipamentos os mais modernos.

O objetivo é dar mais competitividade ao porto com a redução dos custos operacionais, com índices elevados de confiabilidade e serviços de qualidade.

De todos os projetos em andamento, o que mais prende a atenção é o da construção do Terminal de Grãos, o TEGRAM, cujos estudos de viabilidade econômica já foram aprovados. Trata-se de um projeto grandioso, de alto interesse para muitos investidores e que atende principalmente à demanda de produtores dos pólos produtores de soja, tanto do Maranhão como do centro-oeste do país, pois ofertará silos para armazenagem e estrutura necessária para transporte dos grãos no Porto do Itaqui.

O Porto do Itaqui está localizado no interior da Baía de São Marcos e seu acesso hidroviário se faz por um canal de profundidade natural mínima de 27 metros e largura aproximada de 1,8 quilômetro. Situa-se entre o Terminal da Ponta

da Madeira, a Leste, o paralelo 02° 34' 05"; a Sul, e as bóias nº 23 e 25 a Oeste, com profundidade variando entre 23 e 35 metros, tendo a bacia 0,8 milha de largura e cerca de 2 milhas de comprimento. Sendo assim, as condições de navegabilidade são boas (na faixa de 180°).

É administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), empresa pública de direito privado, por força do convênio firmado entre o Ministério dos Transportes e o governo do estado do Maranhão.

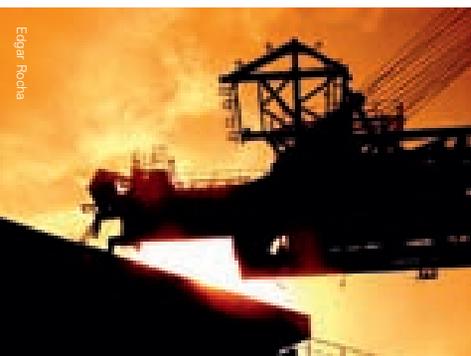
Um projeto cuja execução é crucial é o do Distrito Industrial Portuário, uma área de 541,92 hectares localizada próximo ao Itaqui, com oferta de toda infraestrutura para instalação de indústrias orientadas para a exportação. Importante para a geração de novos negócios e de empregos para a população, o novo distrito abre novas perspectivas para o investimento industrial ao tempo em que atende à política de expansão do comércio exterior e à diversificação da atividade industrial do estado.

Terminal Portuário de Ponta da Madeira

O Terminal de Ponta da Madeira foi inaugurado em janeiro de 1986. Inicialmente projetado para operar na exportação de minérios de ferro e manganês, vem diversificando suas operações, com ferro-gusa a partir de 1988 e soja desde 1992, abrindo um grande mercado exportador para a produção dos cerrados maranhenses, do centro-oeste brasileiro e do Planalto Central.

Operado pela Vale, o porto tem recebido investimentos contínuos para atender a uma demanda sempre crescente. Em 1994 foram inauguradas as operações pelo Píer II; em 2004, entrou em operação o Píer III, que, de fato, pertence ao Porto do Itaqui, tendo sido arrendado.

Além de minérios e soja, o terminal ainda exporta cargas gerais e vai receber investimentos de peso para expandir sua capacidade. No fim deste ano de 2007, a capacidade do terminal deve atingir 100 milhões de toneladas. Em dois anos irá a 130 milhões; em 2011 deverá ter capacidade para 200 milhões. O volume de investimentos neste ano, incluindo a expansão da Estrada de Ferro Carajás, deverá atingir 337 milhões de dólares americanos.



Segundo maior porto em movimentação de cargas do país, o terminal é o termo final da Estrada de Ferro Carajás, que o liga à província mineral de Carajás, no estado do Pará, e aos pólos guseiros daquele estado e do Maranhão. Minério de ferro, ferro-gusa, cobre, manganês e soja são transportados por essa ferrovia até o porto.

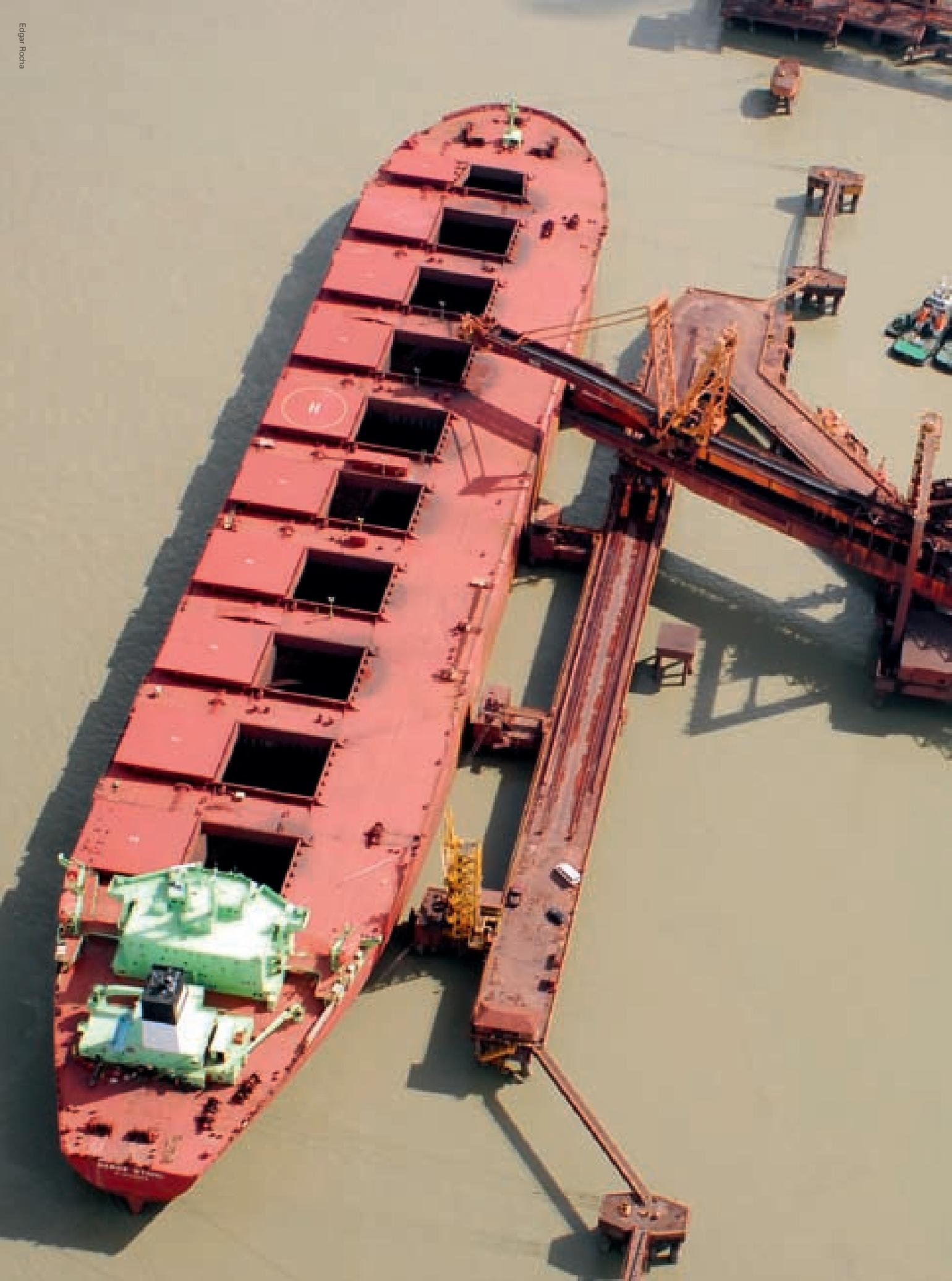
Os píeres, I, II e III têm profundidades de 23m, 18m e 21m, respectivamente; os silos, em número de seis, podem estocar até 165 mil toneladas de grãos. Com tais profundidades, o porto pode receber navios graneleiros de até 420 mil TPB, como o Berge Sthal, o maior graneleiro do mundo – de bandeira norueguesa, esse navio foi projetado para atracar, exclusivamente, em São Luís e em Roterdã, na Holanda.

Em 2006 o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira movimentou 81,7 milhões de toneladas (Mt) de carga geral, 9,8% a mais que em 2005 (74,4Mt). Dos produtos embarcados, 75,3Mt foram de minério de ferro e pelotas; 3,0Mt, de ferro-gusa; 1,8Mt, de soja; 1,2Mt, de manganês; e 428 mil toneladas de concentrado de cobre.

Com o objetivo de expandir a capacidade de escoamento de minério de ferro para 210 milhões de toneladas/ano, a partir de 2010, a Vale planeja a construção de um quarto píer, com 21 metros de calado, e a ampliação dos terminais ferroviários em Carajás, no Pará, e em São Luís, duplicando em até 400 km trechos da Estrada de Ferro Carajás.

Serão ampliados ainda os terminais de cruzamento de São Luís e de Carajás para atender ao crescimento do número de vagões.

O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira foi considerado o melhor do Brasil pelo Centro de Estudos em Logística da Coppead, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos critérios de infra-estrutura, profundidade e acesso rodoviário, em pesquisa realizada junto a trezentas empresas exportadoras, armadores e agências marítimas, levando-se em conta, ainda, o tempo médio de espera dos navios.



O SISTEMA EMPRESARIAL DA INDÚSTRIA

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA)

Até meados da década de 1950 não havia uma entidade de classe que representasse exclusivamente a atividade industrial do Maranhão. Tradicionalmente, todos os setores produtivos do estado organizavam-se em torno da Associação Comercial do Maranhão (ACM), entidade criada em 1854 com o nome de Comissão da Praça e que atendia ao que determinava o Código Comercial de 1850, art. 34: “Os comerciantes de qualquer praça poderão escolher entre si uma comissão que represente o corpo do comércio da mesma praça”.

A Comissão da Praça, enquanto durou, distinguiu-se sempre pela “mais absoluta e irrestrita solidariedade aos membros do corpo comercial maranhense”, no dizer de Viveiros, em sua *História do comércio do Maranhão*. Mais tarde, em 1878, prevaleceu a idéia de mudar o nome de Comissão da Praça para Associação Comercial do Maranhão.

A Associação Comercial do Maranhão assumiu um papel sempre mais relevante no meio empresarial do estado, em todos os setores, representando-o com eficiência



Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA, articulada com a sociedade e com o governo, promove o desenvolvimento industrial



perante a sociedade e o poder público, em todos os momentos colaborando na definição e implementação de políticas econômicas e na superação de crises que freqüentemente se levantaram contra a atividade empresarial no estado.

Nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX, quando a indústria assumiu papel de destaque na economia do estado, a ACM passou a integrar, no seu meio e na sua direção, representantes industriais que, com seus pares do comércio e dos serviços, acompanharam passo a passo, de modo participativo e operante, a evolução econômica do Maranhão, alguns deles ocupando cargos políticos importantes, inclusive de governador do estado.

Em 1956, com a expansão da atividade industrial no estado e com o recrudescimento de problemas e questões específicos do setor, seguindo a tendência que já ocorria em nível nacional, alguns empresários da indústria uniram-se no objetivo de fundar a entidade que a partir de então os representasse de modo exclusivo. Assim, no dia 26 de novembro daquele ano foi fundada a Federação das Indústrias do estado do Maranhão, com a finalidade de proteger e defender os interesses da classe industrial maranhense. À sua frente, o empresário Haroldo Corrêa Cavalcanti, que em 1965 presidia também a Confederação Nacional da Indústria (CNI), quando foi destituído de ambos os cargos e a Carta Sindical da Fiema foi cassada pelo Ministério do Trabalho, em pleno regime militar.

Em 1967, no entanto, um grupo de empresários maranhenses organizou-se com o objetivo de restaurar a Federação, conseguindo-o em 1968, quando foi emitida a nova Carta Sindical pelo Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, fato que permitiu a ela filiar-se à CNI.

Desde então a Fiema tem se destacado pelo trabalho constante na defesa dos interesses corporativos dos sindicatos afiliados, que hoje somam o número de 24, com três outros em processo de filiação. Deve-se reconhecer, todavia, que nos últimos anos a instituição vem adotando posicionamentos de maior visibilidade, principalmente para aquelas atribuições mais ligadas ao próprio desenvolvimento econômico do estado, no que concerne ao setor da indústria propriamente dita.

No Maranhão, nas últimas duas décadas, observaram-se mudanças fundamentais no sistema produtivo – na agricultura, na indústria, no setor de serviços.

A agricultura de subsistência dá lugar ao agronegócio, com a produção intensiva da soja e outros cultivares, e da pecuária de corte e de leite. A indústria, que antes se resumia praticamente a plantas esmagadoras da amêndoa de babaçu para a produção do óleo, e a alguns outros ramos, reorienta-se agora para o setor da minero-siderurgia e da metalurgia, assim como do álcool combustível.

Essa nova realidade, o ambiente de economia globalizada que elimina distâncias e permite transações transnacionais, assim como as vantagens competitivas desfrutadas pelo estado, tudo isso sugere a necessidade de ajuste no sistema econômico estadual, reconhecidamente tradicional em concepção e muitas vezes primitivo em seus processos produtivos.

A infra-estrutura e a logística disponíveis e as condições técnicas e a proximidade do porto do Itaqui dos mercados internacionais são fatores indiscutíveis de atração também para investidores em agronegócio, na indústria de alimentos, de confecções e de um sem-número de produtos voltados para exportação e para o consumo interno. É essa constatação que leva o empresariado industrial maranhense a se dar visibilidade, buscar novos caminhos e a assumir efetivamente o seu papel no processo de desenvolvimento de seu estado. A Fiema se apresenta como instrumento da ação empresarial com esse objetivo.

Mudanças substantivas se operam na atuação da Federação das Indústrias, decorrentes desse novo quadro. Principalmente mudanças de foco, embora sem distanciamento das funções tradicionais de defesa dos interesses corporativos da indústria. Os sindicatos continuam tendo toda a assistência e apoio em suas reivindicações e propostas para o crescimento e desenvolvimento de suas atividades, em todas as áreas, sempre com o objetivo do fortalecimento da indústria.

A mudança dá ênfase à articulação empresarial, que passa a ser atividade prioritária e rotineira: em nível de estado, integrando o empresariado em torno de ações conjuntas de interesse para o desenvolvimento da indústria; em nível regional, com o mesmo objetivo, mobilizando os setores produtivos locais e a sociedade para a superação de obstáculos e estrangulamentos limitadores da atividade industrial da região. Trata-se de um esforço geral pela criação de uma cultura de integração empresarial como forma de viabilizar uma produção industrial competitiva nos mercados nacional e internacional.

Por sua visão de conjunto da indústria maranhense, a Fiema volta-se para o interior do território estadual e busca o diálogo com todos os empresários, aqui incluídos os micro e os pequenos. O intuito é criar uma cultura de investimento na indústria, ora visando a complementar cadeias produtivas encabeçadas pelos grandes projetos, ora substituindo importações, incrementando a poupança e consolidando a economia.

O importante é que o empresariado industrial reconhece e aceita sua condição de agente fundamental do desenvolvimento e busca identificar diretrizes e políticas empresariais e de governo capazes de desencadear um processo de desenvolvimento sustentável da indústria maranhense, otimizando a utilização dos recursos naturais disponíveis e as vantagens competitivas do Estado.

É essa a idéia motriz na formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão, construído com a participação ativa de empresários, agentes de governo, lideranças comunitárias e da sociedade civil em geral, e que estabelece macroobjetivos para a indústria nos próximos anos.

Um programa de implementação do Plano Estratégico está em andamento e tem como principal instrumento a mobilização geral de empreendedores e sociedade no sentido de otimizar a viabilidade econômica do estado e promover o desenvolvimento industrial.

Esse é também o foco essencial de todos os serviços prestados pelo Sistema FIEMA, que abrangem as áreas da educação formal e profissional, da capacitação tecnológica e empresarial, da assistência técnica e apoio institucional, da responsabilidade social e da segurança e qualidade no trabalho.

Por esse mesmo prisma, leva em frente o objetivo básico de defender e coordenar os interesses gerais da indústria e representá-la em todas as esferas da sociedade, contribuindo para o estudo e solução dos assuntos que, direta ou indiretamente, possam fomentar o fortalecimento e expansão da atividade industrial no Maranhão, defendendo a livre iniciativa e seus postulados, pleiteando e adotando medidas úteis ao desenvolvimento da indústria, em tudo quanto possa concorrer para o desenvolvimento e prosperidade do setor que representa.

A FIEMA é dirigida por um presidente e 22 vice-presidentes e auditada por um conselho fiscal de três membros efetivos e três suplentes. São os seguintes

os sindicatos patronais afiliados à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, com os respectivos endereços atuais.

1. Sindicato das Indústrias de Cerâmica para Construção do Estado do Maranhão

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, S/Nº - 3º andar – Ed. Casa da Indústria Albano Franco – Bequimão – São Luís – MA. CEP: 65.060-645. Tel: (98) 3236-3312. Fax: (98) 3212-1804. E-mail: sindicerma@terra.com.br

2. Sindicato das Indústrias do Arroz do Estado do Maranhão

End.: Caxuxa – Indústria e Comércio Cruzeiro Ltda. Caixa Postal: 33 CEP: 65.700-000 Telefone: (99) 3621-2790/3621-1461

3. Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão – SINDUSCON

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, S/Nº - 3º andar – Ed. Casa da Indústria Albano Franco – Bequimão – São Luís – MA. CEP: 65.060-645. Tel.: (98) 3246-3944. Fax: (98) 3236-8179.
sinduscon-ma.com.br/ E-mail : sinduscon@sinduscon-ma.com.br

4. Sindicato de Extração de Fibras Vegetais e Descaroçamento do Algodão do Estado do Maranhão.

End.: Av. Daniel de La Touche, 13 – Parque Shalom – COHAMA – São Luís – MA. CEP: 65.061-050. Tel.: (98) 3212-1805 / 1850. Fax: (98) 3212-1804

5. Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Maranhão

End.: Av. Daniel de La Touche, 13 – Parque Shalom, COHAMA – São Luís – MA. CEP: 65.061-050. Tel.: (98) 3212-1805 / 1850. Fax: (98) 3212-1804.

6. Sindicato das Indústrias de Construção de Estradas Terraplanagem e Obras de Engenharia em Geral da Região Tocantina – SINDITETO

End.: Rua D. Pedro I, Nº 1.600 Parque Buriti – Imperatriz, MA. CEP: 65.903-350. Tel./Fax: (99) 3524-3248. Tel./Fax Empresa: (99) 3524-3833 / 3525-1322. francoengenharia.com.br/ E-mails: joaonetofranco@hotmail.com / franco@francoengenharia.com.br

7. Sindicato das Indústrias de Madeiras e Móveis de Imperatriz e Região – SINDIMMIR

End.: Rua Bahia, Nº 611, Sl. 05, 1º and. Centro, Imperatriz – MA. CEP: 65.903-350. Tel.: (99) 3524-8624. Fax: (99) 3525-1340 E-mail: sindimir@velox-mail.com.br

8. Sindicato das Indústrias de Malharia e de Confeções de Roupas em Geral do Estado do Maranhão

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, 3º andar – Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Fone: (98) 3246-3160. Fax: (98) 3236-6040. E-mail: sindvest-ma@fiema.org.br

9. Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Luís.

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, S/Nº - 3º andar – Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Tel.: (98) 3236-7820. Fax: (98) 3236-7820. E-mail: sind.metalurgicos@elo.com.br

10. Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Luís – SINDIPÃO

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, 3º and, Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Tel (98) 3246-2953. Fax: (98) 3227-6452 / 3212-1804. E-mail: joseantonio@sacoplas.com.br

11. Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Óleos Vegetais e de Produtos Químicos e Farmacêuticos no Estado do Maranhão

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, S/Nº - 3º andar - Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Fax: (98) 3246-3864. E-mail: sindoleo_ma@ig.com.br

12. Sindicato das Indústrias de Óleos, Sabão, Velas e Produtos Químicos e Farmacêuticos de Caxias, Codó, Pedreiras, Bacabal e Lago da Pedra.

End.: Rua São José, nº 1.853, Bairro Trizidela, Caxias, MA. CEP: 65.607-440. Tel.: (99) 3521 – 4062 / 3521 – 4065. Fax: (99) 3521-5061. E-mail: sincoplema@sincloportalmail.com.br

13. Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles no Estado do Maranhão

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº 3º and. Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Tel: (98) 3212-1805/1850. Fax: (98) 3212-1804

14. Sindicato das Indústrias de Fabricação de Peças, Ornatos, Estruturas de Cimento, Gesso e Amianto no Estado do Maranhão

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº 1º and. – Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645 Tel: (98) 3245 – 1144 / 3245-1222. Fax: (98) 3245 – 2278. E-mail: algaseng@elo.com.br

15. Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Maranhão

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº - 3º andar – Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Tel.: (98) 3212-1805/1850. Fax: (98) 3212-1804. E-mail: netofernan@bol.com.br

16. Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Imperatriz – SIMETAL

End.: Rua Bahia, nº 611, 1º and. Sl. 07, Centro, Imperatriz – MA. CEP: 65.903-350. Tel. : (99) 3525-3159 / 3525-3160. Fax : (99) 3524-7739. E-mail: stamatilde@bol.com.br

17. Sindicato das Indústrias de Serrarias, Compensados e Laminados do Estado do Maranhão

End.: Av. Guajajaras, 300 – São Cristóvão, São Luís, MA. CEP: 65.051-070. Tel.: (98) 3212-1805/1850. Fax: (98) 3212-1804.

18. Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado do Maranhão – SINCOPEM

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº 2º and. Ed Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Tel./Fax: (98) 3246-1277 / 3236-5679. Fax: (98) 3248-0354. www.sincopem.com.br E-mail : sincopem@sincopem.com.br

19. Sindicato das Indústrias de Plásticos em Geral do Estado do Maranhão.

End.: Km. 02 – MA 53, s/nº Estrada de Ribamar, Forquilha, São Luís – MA. CEP: 65.060-540. Tel.: (98): 3212-1805/1850. Fax: (98) 3212-1804. E-mail: sindiplast@fiema.org.br

20. Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Imperatriz

End.: Rua Bahia, nº 611, 1º and, Sl. 07, Centro, Imperatriz – MA. CEP: 65.603-350. Tel.: (99) 3523-6750. Fax: (99) 3525-1402. E-mail: paodahorama@uol.com.br

21. Sindicato das Indústrias de Construções Elétricas do Maranhão – SINDICEMA

End.: Rua 07, nº 15, São Francisco, São Luís, MA. CEP: 65.076-460. Tel.: (98) 3235-6352 / 3227-6979. Fax: (98) 3235-6352. E-mail: agrasty@terra.com.br

22. Sindicato das Indústrias de Fabricação de Calçados de Couros de São Luís

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº 3º andar, Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Tel.: (98) 3212-1805/1850. Fax: (98) 3212-1804

23. Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão – SIFEMA

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº 2º andar, Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA. CEP: 65.060-645. Tel./Fax: (98) 3246-6185 / 3246-5685.

24. Sindicato da Indústria da Carne e Derivados do Estado do Maranhão – SINDICARNE

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA, CEP. 65.060-645. Fone / Fax: (98) 3246.4487 / 3236.6783. www.sindicarne-ma.com.br
E-mail: sindicarne@sindicarne-ma.com.br

25. Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do Estado do Maranhão – SINDILEITE

End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº 3º andar - Ed. Casa da Indústria Albano Franco, Bequimão, São Luís, MA, CEP. 65.060-645. Fone: 3256-8922.
E-mail: inagro@click21.com.br

26. Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Maranhão – SINDIREPA

End.: Av. São Sebastião nº 95, Cruzeiro do Anil – São Luís (MA)
CEP: 65.060-700 Telefone: (98) 3245-8041
E-mail: sinderepa-ma@hotmail.com

Centro Internacional de Negócios (CIN)

O Centro Internacional de Negócios (CIN) é um núcleo técnico da Federação das Indústrias aplicado ao apoio e incentivo a empresas do estado do Maranhão na identificação de novas oportunidades de negócios no cenário internacional a fim de disseminar a cultura exportadora entre as empresas de pequeno e médio porte. Objetivo: incrementar as exportações do estado do Maranhão, ampliando o número de empresas exportadoras; fomentar a realização de parcerias e *joint-ventures*, objetivando exportação; atrair investimentos para o estado.

O CIN atua ainda na expedição de Certificados de Origem, documento necessário à exportação e que assegura tratamento preferencial e o cumprimento das exigências estabelecidas pela legislação do país importador.

Serviço Social da Indústria (SESI)

Criado em 1946, o foco principal da atuação do Sesi - Serviço Social da Indústria é contribuir para melhorar a qualidade de vida do trabalhador da indústria, de seus familiares e da sociedade em geral, “oferecendo um conjunto amplo e integrado de ações convergentes com os interesses dos agentes produtivos do setor industrial”, conforme seu Regulamento.

No Maranhão, desde a fundação e instalação do Departamento Regional do Sesi, em 1953, a **Educação** se tem consolidado como uma de suas prioridades, construindo ao longo do tempo notável conceito de qualidade onde quer que atue e que se traduz, hoje, na Rede Sesi de Educação no Maranhão. Trata-se de um sistema educacional centrado na formação integral dos trabalhadores da indústria e seus dependentes, cujos princípios pedagógicos se expressam no estímulo à criatividade, na valorização da liberdade de expressão e no raciocínio lógico de crianças, jovens, adultos e do trabalhador da indústria. A Rede atua em todos os segmentos da educação básica.

A Educação Infantil – que atende crianças de 3 a 6 anos – aplica-se na construção da identidade e da autonomia, na interação com a sociedade de maneira crítica, cooperativa e transformadora, bem como na formação socioafetiva, cognitiva e psicomotora, respeitando sempre o universo infantil. Os planos de aula e metodologias interagem com o tempo e o espaço dos alunos, contemplando práticas que estimulam a aprendizagem – histórias, desenhos, dramatizações, atividades lúdicas.

O Ensino Fundamental, em sintonia com o processo de conhecimento do educando, mantém o princípio pedagógico do respeito ao ritmo e às experiências do aluno e dá ênfase a uma prática que engloba ensino, aprendizagem e pesquisa, ampla em interação, buscando a construção de um mundo mais humano, responsável e solidário. Nesse contexto, os alunos também se ocupam com tarefas que ultrapassam o conteúdo fixado nos livros didáticos: aprendem a importância do engajamento em projetos de cidadania e atividades de esporte e lazer.

O Ensino Médio do Sesi orienta-se para a formação de jovens com perfil profissional, de acordo com as demandas do mercado; adota metodologia moderna



É tradicional o vínculo do SESI com o Ensino Fundamental e Médio de qualidade

e dinâmica, que constrói o conhecimento a partir da análise crítica e reflexiva dos temas propostos. Em 2005 o SESI/Maranhão assume o desafio de absorver no Ensino Médio Regular os 227 alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, em ação articulada concomitantemente com o SENAI.

O Ensino Médio articulado com o Ensino Profissionalizante (EBEP) é uma estratégia de formação integral adotada pelo SESI/SENAI que, ao mesmo tempo, prepara o aluno para o vestibular e para o mercado de trabalho. O EBEP atende a demandas da indústria e da sociedade, ampliando as alternativas de inserção de jovens e adultos na vida produtiva.

Centros de Atividades do SESI/MA:

1. **Escola LARA RIBAS.** Rua Jerônimo Viveiros, s/nº - Alemanha. 65.036-370 – São Luís-MA. Tel.: (98) 3243-2735. E-mail: lararibas@fiema.org.br
2. **Escola Anna Adelaide Bello.** Av. Dom José Delgado, s/n, Alemanha. CEP: 65.036-810 – São Luís – MA. Fone/Fax: (98) 3243-5727
3. **Bacabal CAT Presidente Médici.** Rua Frederico Leda, s/n, Centro. CEP: 65.700-000 – Bacabal – MA. Fone/Fax: (99) 3621-1332.
4. **Imperatriz.** Rua Aquiles Lisboa, Bairro Mercadinho. CEP: 65.901-340 – Imperatriz – MA. Fone: (99) 3523-2488/Fax: (99) 3523-1570

Em integração com o SENAI

1. **Escola Prof. Raimundo Franco Teixeira.** Av. Getúlio Vargas, 2.888 Monte Castelo. 65.025-001 São Luís-MA. Tel.: (98) 3232-0122 / 3221-0512 / 3221-2615 / 3232-9094. Fax.: (98) 3221-5076. E-mail: senairft@fiema.org.br
2. **Centro de Educação Tecnológica e Ações Móveis (CETAM).** BR 135, km 5, Tibiri. 65.095-040 – São Luís-MA. Fax.: (98) 3241-1214/1513/1899. E-mail: senaicetam@fiema.org.br
Agência de Açailândia. Rua Alziro Pereira de Oliveira, s/n, - Vila Bom Jardim. CEP: 65.930-000 – Açailândia – MA. Fone: SENAI(99) 3538-408. SESI (99) 3538-4100.
Agência de Balsas. Av. Catulo, 205 – 1º Andar – Centro. CEP: 65.800-000 – Balsas – MA. Fone: (99) 3541-9676.
Agência de Caxias. Rua Gonçalves Dias, s/n Residencial Hélio Queiroz. CEP: 65.604-440 – Caxias – MA. Fone: (99) 3521-4198/4471.

Na área da Saúde, o SESI tem a oferecer ao trabalhador da indústria serviços de saúde e noções de segurança, visando a elevar a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias e a produtividade das empresas.

Porque reconhece que a saúde não está simplesmente relacionada à ausência de doenças ou do tratamento destas, mas tem a ver com a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo, o SESI dá ênfase a ações de saúde e segurança no trabalho, visando à prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais. E o faz mediante programas como Prevenção ao Uso de Drogas e Álcool na Empresa, Prevenção da Hipertensão e Diabetes e DST/AIDS, inserindo-se na perspectiva mais moderna do gerenciamento de saúde e segurança no trabalho, influenciando, assim, o crescimento da produtividade industrial.

A ampliação de cobertura de atendimento às empresas nas maiores cidades do Maranhão e a informatização da gestão em saúde e segurança no trabalho são as principais metas de que o SESI se ocupa em executar, tanto na capital como nas principais cidades do interior do estado.

Para isso dispõe, em São Luís, da Unidade de Saúde Bento Mendes, SESI Clínica, inaugurada em 2003 e equipada para prestar atendimento em clínica médica, odontologia e SST – saúde e segurança no trabalho, além de serviços de laboratório, enfermagem, raio-X e exames cardiológicos – teste ergométrico e eletrocardiograma – dispondo, para isso, de profissionais qualificados e de equipamentos modernos. A clínica odontológica tem uma estrutura física de sete consultórios e capacidade instalada para atender setenta pacientes por turno, além de salas de raio-X, de esterilização e de escovação.

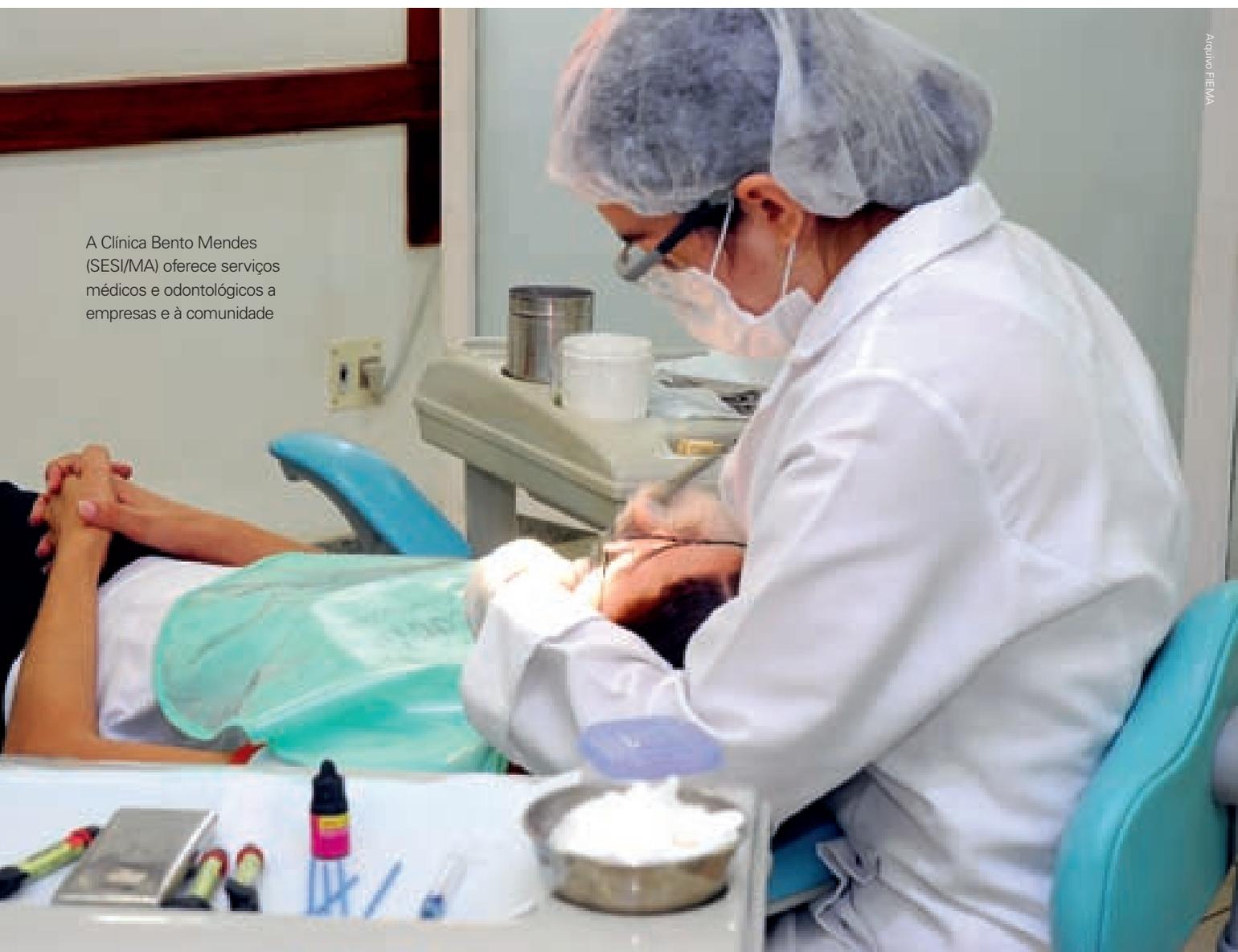
A unidade SESI Clínica conta ainda com um auditório com capacidade para quarenta pessoas e um Núcleo de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e Saúde Preventiva e executa as atividades pertinentes, de interesse das empresas.

O atendimento médico oferecido abrange as especialidades médicas de clínica geral, ginecologia, fonoaudiologia, cardiologia, oftalmologia e psicologia, além de exames laboratoriais, radiologia, mamografia, ultra-sonografia, eletrocardiograma, eletroencefalograma e teste ergométrico. Em odontologia, são oferecidas clínica básica, ortodontia, endodontia, prótese, periodontia, cirurgia bucomaxilar e odontopediatria.

O SESI oferece ainda às empresas consultoria em segurança, incluindo serviços de inspeção, avaliação ergométrica, mapeamento de riscos, cursos e treinamentos na área.

Merece destaque ainda a atuação da instituição no tocante a esporte e lazer. São oferecidos programas específicos a empresas e seus trabalhadores no objetivo de que as pessoas envolvidas passem a adotar um estilo de vida mais ativo como fator de elevação da qualidade.

A Clínica Bento Mendes (SESI/MA) oferece serviços médicos e odontológicos a empresas e à comunidade



Nessa área são oferecidos programas especiais, como o SESI Ginástica na Empresa, desenvolvido no horário e local de trabalho, visando à melhoria das condições de saúde, socialização e qualidade de vida do trabalhador por meio de exercícios físicos e atividades orientadas; o SESI Esporte, que promove competições esportivas nacionais e internacionais, favorecendo o aprendizado das diversas modalidades esportivas entre os trabalhadores e seus dependentes; e o programa SESI Lazer Ativo, que realiza atividades esportivas ao longo do ano destinadas a industriários maranhenses e comunidades segundo uma programação ajustada para atender ao interesse de todas as pessoas independentemente de faixa etária e sexo. Os principais eventos esportivos promovidos pelo SESI acontecem no SESI Clube, um amplo espaço dotado de instalações apropriadas para a prática de diferentes esportes e que está situado na Av. Projetada, s/nº Araçagy. 65.052-060 – São Luís-MA. Tel.: 3248-1969. E-mail: sesiclube@fiema.org.br.



Alfabetização para o trabalho e para a vida: o SESI/MA engajado na luta nacional contra o analfabetismo

Cultura e responsabilidade social

Na área da *Cultura*, o SESI/MA focaliza a inclusão cultural, a valorização e preservação de memórias e identidades culturais. Suas ações resultam de demandas específicas das empresas industriais, direcionadas a promover o acesso dos trabalhadores e seus familiares a vivências artístico-culturais.

Os serviços prestados pelo SESI em Responsabilidade Social atendem às necessidades da empresa relativas a programas ou projetos sociais decorrentes da formulação de sua política de responsabilidade social. A instituição realiza também programas de atendimento a comunidades ou grupos com carências sociais diversas, promovendo a formação de parcerias público-privadas tendo como escopo a formação de 'Redes Sociais'. É exemplo o programa *Ação Global*, realizado em parceria com setores sociais à base do trabalho voluntário, ampliando a prestação de serviços sociais no país.

Para que as empresas possam desenvolver uma gestão socialmente responsável, o SESI oferece ainda serviços de assessoria social às indústrias de duas formas:

– *Consultoria*, para a aplicação de técnicas e ferramentas específicas à gestão em responsabilidade social empresarial – Balanço Social, Norma Brasileira de Responsabilidade Social, Indicadores Ethos, Voluntariado Empresarial, Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais no Trabalho, Gestão em Responsabilidade Social Empresarial, Código de Ética, DST/AIDS, Investimento Social Privado, entre outros; e Gestão e/ou Execução de Projetos Sociais Customizados para empresas que optam por contratar serviços especializados quanto a sua política de responsabilidade social.

Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho (PSQT)

Trata-se um projeto que tem a finalidade de prestigiar as empresas que praticam a responsabilidade social, divulgando conceitos, capacitando pessoas, promovendo debates, troca de informações e novos valores de gestão. Criado em 1996, o prêmio vem recebendo a cada ano número sempre maior de inscrições,

sendo que em 2006 atingiu o número recorde de participantes – 2.036. Os Relatórios de Avaliação do PSQT constataam que as empresas vêm de forma muito positiva sua participação no prêmio; 91,1% delas utilizam o diagnóstico que avalia sua política de gestão de pessoas e investem em práticas diferenciadas de gestão e na valorização dos seus colaboradores.

São premiadas as empresas que obtêm a maior nota em quatro critérios de avaliação, quais sejam o *sistema de gestão de pessoas* adotado, os níveis de *educação, desenvolvimento e qualidade de vida* dos trabalhadores e o *desenvolvimento socioambiental* diagnosticado. As empresas participantes são separadas em quatro grupos de acordo com o porte determinado, este, de acordo com o número de colaboradores da empresa: até 19 (micro); de 20 a 99 (pequena); de 100 a 499 (média); de 500 e mais (grande). Aberto a indústrias contribuintes do Serviço Social da Indústria (SESI) ou optantes pelo Simples, o PSQT se realiza em três fases – a fase estadual, a regional e a nacional, sendo que, destas últimas, participam as empresas vencedoras na fase anterior. As empresas vencedoras da fase nacional ganham uma medalha da Ordem do Mérito do Trabalho, concedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Prêmio SESI de Qualidade na Educação (PSQE)

Voltado para a melhoria da educação básica, o PSQE é uma iniciativa dos empresários do setor industrial, em parceria com a UNESCO e com o movimento *Todos pela Educação*, e se estende a todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio, públicas, privadas e da Rede SESI de Educação, com o objetivo de promover a busca da excelência na educação. O prêmio incentiva também a reprodução de experiências bem-sucedidas na educação brasileira como forma de reconhecer o trabalho das instituições dedicadas a fazer o Brasil crescer em educação de qualidade.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Maranhão, foi criado em 1953 com o objetivo de formar e aperfeiçoar profissionais para o setor industrial, atendendo a indústria maranhense por meio da educação profissional e serviços técnicos e tecnológicos, garantindo sua participação no desenvolvimento socioeconômico.

Entende-se como educação profissional o conjunto de conhecimentos necessários a formar técnicos qualificados, sobretudo para a indústria e para o comércio. Fortemente impactada por mudanças sociais, culturais, políticas e tecnológicas, é orientada para o exercício de uma atividade produtiva, seja esta a mais simples, puramente manual, ou que exija um saber técnico de grau médio ou superior. A UNESCO reconhece sua importância e a recomenda como parte integrante dos sistemas de educação.

Inicialmente, a formação profissional limitava-se a atividades de corte e costura ou cozinha, para as mulheres, e carpintaria ou metalurgia, para os homens, e quase sempre exclusiva para jovens, cujos resultados nos estudos eram insuficientes, ou aos que provinham de camadas sociais mais baixas, visando manter e reforçar os papéis sociais e a categoria do trabalho. A reforma do ensino de 1971 trouxe-a para dentro das escolas, determinando que, já no primeiro grau, sondadas as aptidões, se promovesse desde logo a iniciação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional vigente mudou a natureza do ensino profissional, fazendo-o complementar, sem substituir, a educação básica; e os seus programas podem ser desenvolvidos por “formação inicial e continuada de trabalhadores” de nível básico.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é direcionada àqueles que estejam cursando o Ensino Médio ou que já o tenham concluído; a Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação caracteriza-se por ser de nível superior.

O grande pólo de ensino profissional no Brasil é o Sistema “S”, que atua principalmente na educação profissional básica e técnica e concentra 40% desse nível de ensino; em suas quase 12 mil escolas estudam mais de 800 mil alunos.

No Maranhão, o SENAI se faz presente com escolas profissionais aplicadas na formação, em nível básico, técnico e tecnológico, de jovens entre 14 e 24 anos e adultos trabalhadores em geral, muitas vezes só exigindo deles certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

Atualmente, o SENAI/MA empenha-se em suprir a defasagem entre a demanda crescente de trabalhadores com qualificações técnicas específicas, por parte das empresas, e o tipo de graduados que lhes são oferecidos pelas instituições de Ensino Superior. E o faz com planificação por força das exigências de ordem econômica, social e industrial, pela eficácia de seu ensino e aprendizagem técnico-profissional.

Unidades de atendimento

O SENAI dispõe de 7 unidades fixas, 6 unidades móveis e 22 conjuntos didáticos do PAM, e atua nas áreas de alimentos e bebidas, automação, automotiva, construção civil, eletroeletrônica, energia, gráfica e editorial, informática, têxtil e vestuário, madeira e metal-mecânica, mineração, minerais não-metálicos, papel e celulose, química, refrigeração, saúde e segurança no trabalho, telecomunicações, transportes.

Serviços educacionais

No campo da formação inicial e continuada de trabalhadores são executados os projetos de Aprendizagem Industrial, voltado para jovens aprendizes na faixa etária de 14 a 24 anos e com escolaridade mínima de Ensino Fundamental (5ª série); o projeto Qualificação Profissional, que prepara alunos com idade mínima de 16 anos para o exercício profissional, qualificando em nível básico ou técnico; e o projeto Aperfeiçoamento Profissional, que objetiva complementar e atualizar as competências profissionais em áreas específicas.

O programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferece o Curso Técnico Profissionalizante, que é a própria educação básica articulada à educação profissional na modalidade de habilitação profissional para alunos matriculados



Qualificação profissional, contribuição permanente do SENAI/MA para o desenvolvimento da indústria

ou egressos do Ensino Médio, nas áreas de Eletroeletrônica, Metal-mecânica e Tecnologia da Informação; o programa Educação Básica e Educação Profissional (EBEP), que é a educação básica articulada com a educação profissionalizante, uma ação conjunta do Sesi e SENAI que visa a educar o aluno de forma integral para o mercado de trabalho em nível técnico ou para concorrer a uma vaga no curso superior de sua preferência; e o programa Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação, que inclui a pós-graduação LAN&WAN, destinada a capacitar o

aluno a projetar, construir e gerenciar redes de computadores, proporcionando aos concludentes reconhecimento imediato como especialistas da área.

Há ainda o Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI), que promove a educação profissional de pessoas com necessidades especiais. Depois de qualificá-las, o programa empenha-se em inseri-las no mercado de trabalho, encaminhando-as para as empresas.

Outros serviços de educação profissional

Certificação de Competências. Reconhecimento formal dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções inerentes a uma determinada profissão. Conta com técnicos especializados nas áreas específicas e com vários testes de aptidão.

Exames de Qualificação. Funcionam no Centro Tecnológico de Ações Móveis (CETAM), através do Centro de Exames de Qualificação (CEQUAL), que oferece qualidade e certificação a profissionais e empresas nas áreas de mecânica, elétrica, telecomunicações, construção civil e informática.

A certificação é conferida após a realização de exames práticos e teóricos. Essas avaliações pretendem verificar os conhecimentos e habilidades mínimas necessárias aos trabalhadores, assim como seu potencial para o desenvolvimento contínuo na sua função.

A certificação faz parte do Programa Nacional de Qualificação e Certificação de Pessoal na área de manutenção, desenvolvido pela Associação Brasileira de Manutenção (ABRAMAN) em parceria com o SENAI, proporcionando a melhoria de qualidade e produtividade dos serviços de manutenção no país.

Núcleo de Informação Tecnológica e Documentação (NITD). Disponibiliza dados de bases nacional e internacional de acordo com o interesse da pesquisa, em tempo hábil, com qualidade e confiabilidade, além de acesso a pesquisas *online*, biblioteca, videoteca e serviços como disseminação seletiva de informação, resposta técnica, levantamento bibliográfico, consulta local, empréstimo entre bibliotecas e empréstimo domiciliar.

Programas, parcerias e projetos especiais

Incluem-se neste item, o PAM – Programa de Ações Móveis, que, utilizando-se de unidades móveis, leva a educação profissional aos mais distantes pontos do estado; o Programa de Alimentos Seguros, que orienta empresários e empresas a produzir, preparar e distribuir, com segurança, alimentos que primem pela qualidade, mediante cursos e consultorias sobre legislação e normas de Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Unidades operacionais

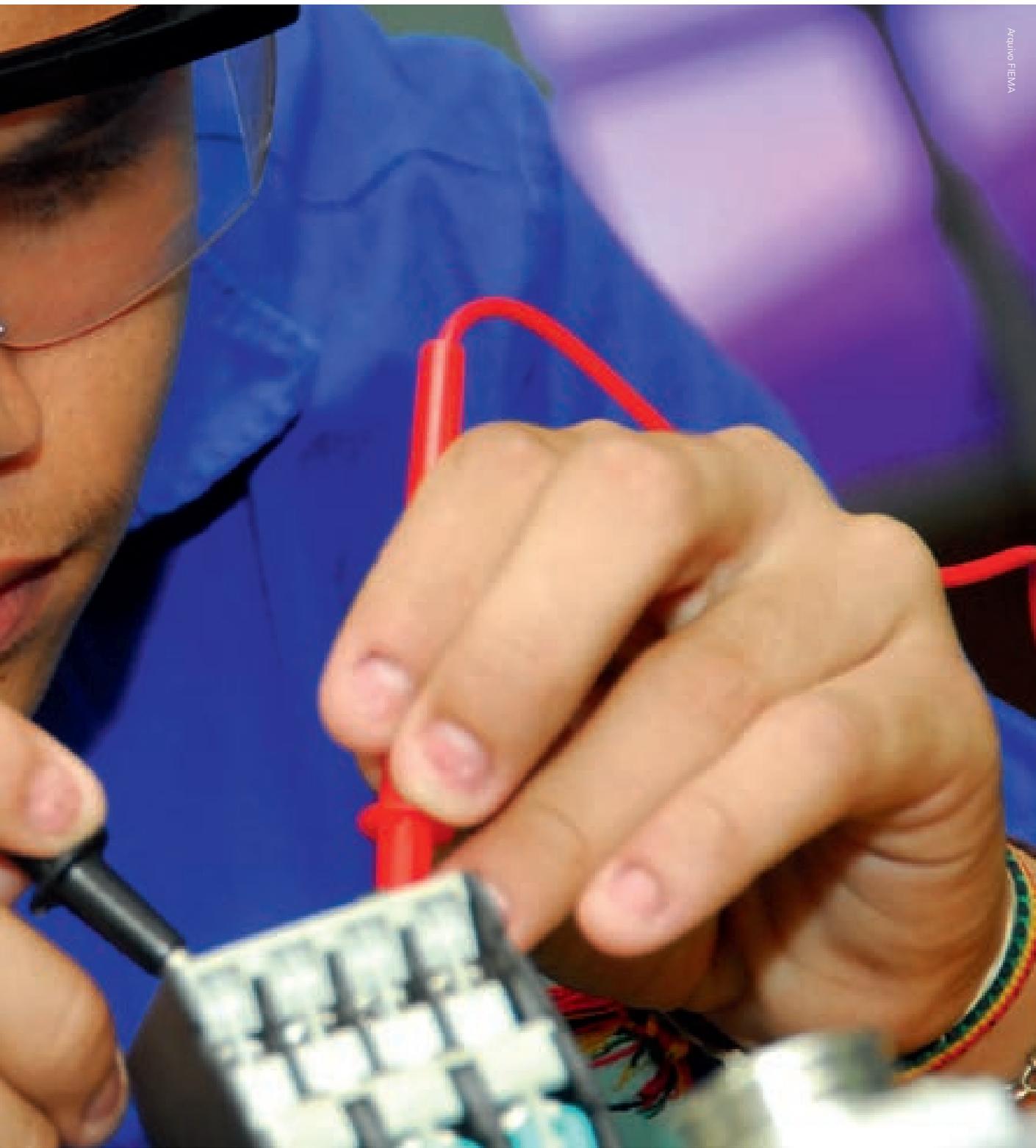
Além das unidades mantidas em parceria com o SESI já mencionadas, o SENAI/MA tem as seguintes unidades fixas: em **Bacabal**, Rua Frederico Leda, s/n, Centro. CEP: 65.700-000 – Bacabal – MA. Fone: (99) 3621-1182/1332 – (99) 3621-3173. Em **Imperatriz**, Av. da Juventude, s/nº Nova Imperatriz. CEP: 65.907-180 – Imperatriz – MA, Fone: (99) 3525-3451.

Unidades móveis

Unidade Móvel de Alimentos e Bebidas, que atende as regiões mais carentes e com dificuldades de acesso, oferecendo cursos nas áreas de processamento de alimentos (de carnes, pescados, laticínios, frutas, mel e cachaça); Laboratório Móvel de Análise Físico-química e Microbiológica, para controle de qualidade dos produtos alimentícios, atendendo empresas do segmento realizando análises microbiológicas e físico-químicas; Unidade Móvel de Comandos Pneumáticos e Hidráulica; Unidade Móvel de Costura e Vestuário; Unidade Móvel de Mecânica e Refrigeração e Unidade Móvel de Mecânica de Motores a Diesel.

Os **Serviços Técnicos e Tecnológicos** orientam-se para a solução de problemas que interferem no processo de fabricação. Adaptam-se à necessidade de cada empresa, criando condições para que ela possa produzir melhor, com mais qualidade e enfrentar o mercado com maior poder de competitividade. Abrangem os campos da gestão, do processo produtivo e da saúde e segurança





do trabalhador, visando, por exemplo, à estruturação e implantação de CIPA, à estruturação e implantação de projetos de segurança, à implantação de programas de prevenção, e à elaboração de mapas de riscos ambientais, entre outros objetivos.

Com participação efetiva no Programa de Modernização para a Competitividade Industrial, o SENAI está recebendo equipamentos tecnologicamente mais avançados para a unidade Raimundo Franco Teixeira, em São Luís, e para a unidade de Caxias, destinados a atender o setor industrial do estado que no momento é objeto de grandes investimentos: nova hidrelétrica, nova refinaria da Alumar, ampliação do Terminal Portuário da Ponta da Madeira, ampliação da fábrica da Schincariol etc.

Na área do meio ambiente o SENAI promove atividades que envolvem a utilização racional de recursos naturais, o uso de tecnologias de produção mais limpa, tratamento de efluentes e implantação de sistema de gestão ambiental.



Instituto Euvaldo Lodi (IEL)

Criado na cidade do Rio de Janeiro em 1969, o Instituto Euvaldo Lodi – IEL nacional – tem o objetivo de promover a parceria universidade-indústria como fator essencial do desenvolvimento do setor produtivo. Mais nova instituição do Sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI), tem como público-alvo o empreendedor, enquanto o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) são instituições inteiramente voltadas para os trabalhadores.

O IEL surgiu quando se iniciava no Brasil o ciclo do chamado “milagre econômico”, das grandes obras financiadas pelo poder público, do fortalecimento de empresas estatais, período em que o país recebeu vultosos investimentos estrangeiros e consolidou o seu parque industrial privado.

Na época, em países mais avançados, a parceria entre indústria e universidade já apresentava resultados significativos. No caso brasileiro, o que se pretendia era fomentar a aproximação dos empresários com as instituições de Ensino Superior e pesquisa, visando ao desenvolvimento tecnológico, a formação e absorção de profissionais mais capacitados e preparados.

A criação nos estados de núcleos regionais, vinculados às Federações das Indústrias, permitiu difundir as ações e projetos do IEL pelo território nacional, mediante acordos e parcerias com entidades públicas e privadas.

O núcleo regional do Instituto Euvaldo Lodi no Maranhão, o IEL/MA, foi criado em 1970 e tem como missão promover a inovação e o desenvolvimento da indústria maranhense por meio da articulação do setor com instituições de governo, sindicatos e centros de ensino, pesquisa e tecnologia. Caracteriza-se pela identificação de demandas e de oportunidades de conhecimento e inovação, concebendo e executando programas e projetos que atendam à premissa de tornar competitiva a indústria do Maranhão.

Para isso, o IEL tem como atribuições próprias o aperfeiçoamento da gestão, a capacitação empresarial e a interação positiva de estudantes, gestores e empresas com provedores de conhecimento, agentes de fomento e de regulação, objetivando o desenvolvimento industrial.



Estágio e Bolsas, Educação executiva e corporativa e Desenvolvimento empresarial: linhas básicas de negócio do IEL

Nesse contexto o IEL/MA estrutura suas ações em três linhas básicas de negócio – Estágio e Bolsas, dirigida especificamente para estudantes de universidades e de instituições de Ensino Médio; Educação executiva e corporativa; e Desenvolvimento Empresarial, pesquisa e consultoria.

Na linha de negócio Estágio e Bolsas, incluem-se o Projeto de Estágio Supervisionado, para alunos cadastrados e selecionados de acordo com o perfil pretendido pelas empresas, emitindo termos de compromisso e acompanhando a folha de pagamento e o recolhimento de prêmios de seguro de vida; o Projeto Curso para Estagiários/Avaliação, em que são oferecidas palestras visando a elevar o padrão de atuação. São cursos de vinte horas de duração para estudantes, abrangendo os mais variados temas – atendimento ao cliente, motivação, arte das relações interpessoais etc. O IEL realiza avaliação anual dos estágios entrevistando empresas, supervisores e os próprios estagiários, e aplica testes durante o cadastramento.

Pelo Projeto BITEC, são oferecidas em torno de vinte Bolsas de Incentivo à Inovação Tecnológica para Micro e Pequenas Indústrias (BITEC), no valor mensal de R\$ 300,00, com duração de seis meses, destinadas a alunos e

universidades interessadas em desenvolver projetos específicos de interesse empresarial. Os trabalhos devem ser acompanhados por um professor indicado pela universidade.

Na linha de negócio Educação Executiva & Corporativa, é executado o projeto Capacitação e Empreendedorismo, com destaque para as boas práticas, que engloba cursos de Capacitação em Gestão, de curta duração (15 e 20 horas) e de média duração (90 e 180 horas), abertos e *in company*, para empresários, executivos e gestores, nas áreas de gestão, recursos humanos, finanças, qualidade, planejamento etc., e cursos de Capacitação Empresarial para empresários de micro e pequenas Empresas (90 horas), abertos e em parceria com sindicatos em todo o território do Maranhão, nas áreas de planejamento estratégico, *marketing* e mercado, finanças, qualidade e gestão de pessoa; e o projeto Descobrimos Jovens Empreendedores, para estudantes do segundo e terceiro grau, de 90 horas de duração, contemplando temas como plano de negócio, mercado, vendas, finanças, qualidade e gestão de pessoas.

Na linha de negócio Desenvolvimento Empresarial (Pesquisa e Consultoria) são oferecidos às empresas os projetos Pesquisas e Diagnósticos, Consultoria Empresarial e Prospecção de Novos Negócios, com destaque para boas práticas. Incluem-se no primeiro a pesquisa dos produtos importados pelo Maranhão, já executada, com a produção de documento retratando os dados estatísticos dos produtos importados de outros estados pelo Maranhão, e o cadastro das indústrias do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão. No segundo, incluem-se o Diagnóstico das Indústrias de Base do Estado do Maranhão, com a finalidade de caracterizá-las tecnicamente, visando à certificação pelo programa de fornecedores do estado, e o Programa de Certificação de Empresas (PROCEM), desenvolvido junto às empresas maranhenses, visando a sua certificação como empresas fornecedoras de qualidade para o Governo do estado, como a Vale, ALUMAR e outras grandes empresas. O projeto Prospecção de Novos Negócios é de interesse do próprio IEL e do sistema Fiema como um todo.



POSFÁCIO

A iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e do Instituto Euvaldo Lodi do Maranhão (IEL/MA), com o apoio da Confederação Nacional das Indústrias, do Departamento Nacional do SENAI e do Núcleo Central do Instituto Euvaldo Lodi, de resgatar os fatos, as conquistas e a grandeza da indústria maranhense constitui-se num fascinante desafio que a reposiciona no futuro do desenvolvimento industrial brasileiro.

Sabemos que sua trajetória acumulou memoráveis exemplos de uma gente dedicada, obstinada e simples, personagens inesquecíveis na construção de um valioso acervo de culturas e tradições e na formulação de princípios e do caráter do empresariado do Maranhão.

A sua história narrada em incontáveis lembranças, em prosa e verso, por autores consagrados da nossa literatura é marcada por um permanente enfrentamento de dificuldades que exigiu extrema aplicação de todos que viveram determinada e apaixonadamente as múltiplas passagens dessa jornada cívica de abnegação e vontade superior.

A mística e o fascínio de suas origens transmitidos silenciosamente ao longo do tempo no cotidiano dos encontros alimentaram as paixões de sua gente, tornando-as compulsivas e sublimes na medida em que se permitiu permear pelos resultados alcançados, sem maiores alquimias, como em todos os Grandes Mistérios, mas com a pureza abstrata e absoluta da felicidade estampada no amor lírico da cidadania.

E sabe Deus com que admirável persistência foi exercida a tarefa singela de, inspirados nos dias de um passado distante, e com a perseverança de uma prática incansável por longas e intermináveis vigílias, construir uma indústria autêntica e representativa desse estado vocacionado para o progresso.

Movidos por uma impulsão que transcende as relações materiais, gente, terra e água romperam o espaço sagrado da compreensão e tocaram o coração de um povo, orquestrando a melodia encantadora do espírito, despertando os olhos de um sonho sem sentido para a contemplação de uma vida plena, verdadeira poesia dos deuses.

A indústria maranhense, nos tumultuados dias de infecção da qualidade humana, oferece exemplarmente uma faculdade quase exclusiva de crença no futuro, longe do sobrenatural e envolvida no inebriante aroma do progresso como fruto de criatividade, competência e dedicação preservadas pela grandeza da sua mensagem de fé.

O cenário do futuro industrial brasileiro reserva um espaço privilegiado para o empresariado maranhense, que não abrirá mão de sua vontade de crescer e de se desenvolver e de contribuir para que o Brasil seja aquele país dos sonhos de nossos avós e que os nossos filhos farão por merecê-lo.

ROBERTO GUIMARÃES BOCLIN

REFERÊNCIAS

- ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- ABREU, Capistrano de. **Estudos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; MEC. 1975.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. In: ENCONTRO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE CÔCO BABAÇU, 2., 1995, São Luís. **Anais...** São Luís: MIOCB, 1995.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. 2. ed. São Luís: MIOCB. BALAIOS Typographia, 2001.
- _____. **Guerra ecológica nos babaçuais**. São Luís: Lithograf, 2005.
- ALMEIDA, Rubem. **Prosa, poesia e iconografia**. S. Luís: SECMA, 1982.
- ALUMAR . Disponível em: <<http://www.alumar.com.br/index2.asp-2006>>.
- AMARAL Filho, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: Imprensa e Obras Gráficas do Estado, 1990. 312 p.
- AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a história da balaiada na Província do Maranhão**. São Luís, 1441.
- _____. **Efemérides maranhenses**. São Luís, 1823.
- ANDRADE, J. E. P.; CORRÊA, A. R. Pólo de tecelagem plana de fibras artificiais e sintéticas da região de americana. **Relato Setorial – BNDES**, Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste, espaço e tempo**. Petrópolis, RJ,: Vozes, 1970.
- ASSUNÇÃO, Mathias Rörigh. **A guerra dos bem-te-vis**. São Luís: Sioge, 1988.

- AZEVEDO, G. H. W. **A indústria têxtil brasileira**: desempenho, ameaças e oportunidades. Tese (Mestrado)–IE, Universidade Federal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro, 1997.
- BARLÉU, Gaspar. **História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974. (Prefácio e notas de Mário G. Ferri).
- BARROS, Aldenira. **Imagens do moderno em São Luís**. São Luís: Stúdio 11; Unigraf, 2001.
- BASTOS, Oliveira (Org.). **Sarney**: o outro lado da história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Tipo, 1988.
- BNDES. **O BNDES e o complexo têxtil**. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **Proposta de subprograma de ação setorial (SPI): têxtil e vestuário**. Rio de Janeiro, 1978.
- BRANSKI, R. M. **Exportações brasileiras de têxteis e de vestuário**: desempenho e perspectivas. Campinas: Ceri; Unicamp, 1999.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**: memórias de um Chefe de Estado-Maior na campanha da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- BUENO, Eduardo. **Brasil**: terra à vista. Porto Alegre: L & PM, 2000.
- _____. **Capitães do Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- _____. **Náufragos e degredados**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. **A viagem do descobrimento**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- BUZAR, Benedito. **O vitorinismo**. São Luís: Lithograf, 1998.
- _____. **FIEMA**: 20 anos de lutas e vitórias. São Luís, 1988.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: AML; SIOGE, 1991.
- CARVALHO, Carlota. **O sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924.
- CASCUDO, Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: MEC, 1976.
- CNI; SENAI; CETIQT. **Documento sobre a competitividade industrial no âmbito da Câmara Setorial Têxtil**. Rio de Janeiro, 1994.
- _____. **Programa de qualidade e produtividade, subprograma setorial cadeia têxtil**: estratégias ações e projetos. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. **Estudos para automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano 2000**. São Paulo, 1986. 2 v.
- COELHO NETO, Eloy. **Caxias e o Maranhão**: sesquicentenário. São Luís: Santo Antônio, 1990.
- CORRÊA, Roberto Lobato; AYRES JÚNIOR, José Costa. **A economia do babaçu no Maranhão**: gênese, crise e novas perspectivas de desenvolvimento babaçu: programa nacional de pesquisa. Brasília: EMBRAPA, 1984.
- CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006
- CORTESÃO, Jaime. **História da colonização portuguesa**. Porto: Litográfica Nacional, 1926.
- COUTINHO, L. G. et al. **Estudo da competitividade das cadeias integradas no Brasil**: impactos das zonas de livre comércio. Campinas: Unicamp/IE, 2002.
- COUTO, Ronaldo Costa. De 1964 ao governo Sarney. In: BASTOS, Oliveira (Org.). **Sarney**: o outro lado da história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- DIAS, Antônio Gonçalves. **Poesias de a. Gonçalves dias**. Rio de Janeiro: H. Ganier, 1850.
- DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- DISPLAY COMUNICAÇÃO LTDA. **FIEMA 15 anos**. São Luís: Gráfica São Luís, 1983
- EMMERICH, Francisco Guilherme. **Modelo granular, percolação resistividade, RSE e módulo de elasticidade dos materiais carbonosos**: aplicação ao endocarpo de babaçu tratado termicamente até 2200° C. Tese (Doutorado)– Instituto de Física Gleb Wataghin, Campinas, 1987.
- FAURÉ, Y; HASENCLEVER, L. **O desenvolvimento econômico local no Estado do Rio de Janeiro quatro estudos exploratórios**: Campos, Itaguaí, Macaé e Nova Friburgo. Rio de Janeiro: e-Papers, 2003
- FERREIRA, M. E. **Modelos log-normal e markoviano para estudo da evolução de IBGE**: Produção Agrícola Municipal 2003. Brasília: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- FLEURY, Afonso; et. al. **A competitividade das cadeias produtivas da indústria têxtil baseadas em fibras químicas**. Rio de Janeiro: Fundação Vanzolini, 2001. (Trabalho contratado pelo BNDES).
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo; QUADROS, Jânio da Silva. **História do povo brasileiro**. São Paulo: J. Quadros Editores Culturais, 1968.
- FURTADO FILHO, Douglas. **História dos Dias Vieira**. São Luís: Maia, 2000.
- GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo, 1970.
- GARCIA, O. L. **Competitividade da indústria têxtil**: nota técnica setorial do complexo têxtil. Campinas: Unicamp, 1993.
- GARCIA, R. C. **Aglomeramentos setoriais ou distritos industriais**: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil. Campinas, 1996.
- GIAMBIAGI, F.; et al. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão para os alunos da escola normal**. São Luís: Tip. Ramos d' Almeida & Cia. Sucess, 1904.
- GORINI, A. P. F.; MARTINS, R. F. Novas tecnologias e organização no setor têxtil: uma avaliação do programa de financiamento do BNDES. **Revista BNDES**, Rio de Janeiro, n. 10., dez. 1998.
- GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50. set. 2001.
- HIRATUKA, Célio. **Estruturas de coordenação na cadeia têxtil**: um estudo sobre as relações entre a indústria têxtil e os fornecedores de fibras químicas, fibras de algodão e máquinas têxteis no Brasil. Tese (Mestrado)–Unicamp. Campinas, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Divisão, 1976.
- INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. **Brasil têxtil**: 1º relatório do setor têxtil brasileiro. São Paulo, 2001.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Estudo de Caso do CEAPE**. Maranhão, 2003.
- ITAPARY, Joaquim. **A falência do ilusório**: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. São Luís: ALUMAR, 1995.
- LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. **Itinerário da província do maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- _____. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LEIRAS, Daniela. No Maranhão, as obras do tempo. **GLOBO on Line**, 2006. Disponível em: <www.oglobo.com.br>.

LIMA, Carlos de. **Vida, paixão e morte da Cidade de Alcântara – Maranhão**. São Luís: SECMA, 1998.

_____. **História do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 1981.

LIMA, Bento Moreira Neto. **Histórias do Porto de Itaqui**. São Luís, 2005.

LIMA, Felix Alberto (Org.). **Maranhão reportagem**. São Luís: Clara, 2002.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão (1821-1825)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

MAIOR, A. Souto. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon; Seleta, 1970.

MARQUES, Sérgio. **O Morubixaba na rota dos navios negreiros**. São Luís, 2006.

MEIRELES, Mário M. **França equinocial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; SECMA, 1982.

_____. **História da arquidiocese de São Luís do Maranhão**. São Luís, Universidade do Maranhão; Sioge, 1977.

_____. **Holandeses no Maranhão**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1971.

_____. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro (RJ), DASP - Serviço de Documentação, 1960.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústrias têxtil do Maranhão (1940-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Estratégias setoriais para têxtil e confecções**. Brasília, 1990. (Texto para discussão, versão 1).

_____. **Análise dos setores industriais: a indústria de vestuário e artefatos de tecidos**. Brasília, 1980-81.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Secretaria Executiva Banco de Informações dos Transportes. **Ferrovia de Carajás**. Brasília, 2003.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. **Aplicação de fundos compulsórios pelo BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira: 1952-89**. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio (Org.). **BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão**. São Luís: Legenda, 1989.

MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

MONTEIRO, Sandra Regina et al. **Relatório do V Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. São Luís: Estação Gráfica, 2004.

NAVA, Pedro. **Chão de ferro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

NORMANO, J. F. **Evolução econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1939. (Coleção Brasileira.)

PEREIRA, Josimar. **Museu histórico e artístico do Maranhão: 30 anos contando a nossa história**. São Luís: UNIGRAF, 2003.

PEROZZI, Mariana. Arroz no Maranhão. Disponível em: <www.arroz.agr.br>.

POLARY, José Henrique Braga. **Indústria no Maranhão: panorama recente e prospectivo**. São Luís: Sesi, 2001.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Pólo Gesseiro**. São Luís, 2004.

- PORTAL Lena Casas Novas Terra das Palmeiras. Disponível em: < <http://saoluisdomaranhao.blogspot.com/> > . Acesso em: set. 2006.
- PORTOSMA. Disponível em: <<http://www.portosma.com.br/especial/alumar.php>>. Acesso em: 9 out. 2007.
- PROCHNICK, V. **A dinâmica do complexo têxtil**. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. **A dinâmica internacional do complexo têxtil**. Rio de Janeiro, 1991.
- PROCHNICK, V.; LISBOA, M. **Perspectivas para o complexo têxtil brasileiro**. Rio de Janeiro: IEI; FEA, 1991.
- RIOS, Luiz. **Estudos de geografia do Maranhão**. São Luís: Graphics, 2001.
- ROMERO, Luiz L. et al. Tecidos finos de algodão. **Relato Setorial BNDES**, Rio de Janeiro, abr. 1994.
- _____. Setor têxtil. **Relato Setorial BNDES**, Rio de Janeiro, set. 1993.
- RUCCI, A. J.; QUINN, R. T. The employee-customer-profit chain at Sears. **Harvard Business Review**, January 1998.
- SCHUWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERRA, Astolfo. **A balaiada**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.
- SERRA, N. et al. **Organização industrial e tecnologia: setor têxtil**. São Paulo: IPT, 1988.
- SILVA, Luiz Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão – 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
- SILVEIRA, Simão Estácio da Silveira. **Relação sumária das coisas do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SOUTO MAIOR, A. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- SOUZA, Haroldo Silva; ACHILLES, Lisboa. **Glória do Maranhão e do Brasil**. São Luís: Lithograf, 2000.
- SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TEIXEIRA, M. A. **Estimativa do potencial energético na indústria do óleo de babaçu no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2000.
- TORRES, Luso. **O Duque de Caxias no Maranhão: 1840-1841**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1941.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **A pesca no Maranhão**. São Luís, 2003.
- URANI, André. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: ODP&A, 1999.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978.
- VILLAR, P. M. Del et al. **Cadeia produtiva do arroz no Estado do Maranhão**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2001.
- VIVACQUA FILHO, Antônio. **Babaçu, aspectos sócios - econômicos e tecnológicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1968.
- VIVEIROS, Jerônimo. **Benedito Leite, um verdadeiro republicano**. São Luís, 1957.
- _____. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.
- _____. **Quadros da vida maranhense**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1978

SENAI/DN**Unidade de Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento – UNIPAD**

Fernando de Moraes Correia

Gerente-Executivo

José Augusto Zaroni Filho

Responsável Técnico**IEL/NC****Unidade de Gestão Executiva – UGE**

Júlio Cezar de Andrade Miranda

Gerente-Executivo**GERÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO – GRM**

Oto Morato Álvares

Gerente de Relações com o Mercado

Ana Amélia Ribeiro Barbosa

Responsável Técnico**GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL – GDE**

Diana de Mello Jungmann

Gerente de Desenvolvimento Empresarial

Eliane Menezes dos Santos

Responsável Técnico**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC****Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND**

Renata Lima

Normalização

Suzana Curi

Produção Editorial

Autores

José Ribamar Dourado

Roberto Guimarães Boclin

Ronaldo Santiago

Revisão Gramatical

Keystone/Liquidy Library

Foto de capa**Fotos**

Ailton Barein

Arquivo FIEMA

Dourado

Edgar Rocha

MA Ind.

Fotos das páginas 31, 35, 38-39 e 44

Fotos de Gaudêncio Cunha endereçadas ao Senador Benedito Leite, presentes na publicação "Album 1908:"

Reprodução por Edgar Rocha.

Quiz Design (Eduardo Meneses)

Projeto gráfico e diagramação



FIEMA SENAI IEL

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Departamento Regional do Maranhão
Instituto Euvaldo Lodi
Núcleo Regional do Maranhão

CNI SENAI IEL

Confederação Nacional da Indústria
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Departamento Nacional
Instituto Euvaldo Lodi
Núcleo Central

ISBN 978-85-87257-33-8



9 788587 257338